



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE**

Edvan Santana Alves

**UM ESTUDO SOBRE A ALOCAÇÃO INTERNA DOS RECURSOS
ORÇAMENTÁRIOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Salvador-BA, Brasil, 2016

Edvan Santana Alves

**UM ESTUDO SOBRE A ALOCAÇÃO INTERNA DOS RECURSOS
ORÇAMENTÁRIOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade.

Orientador: Marcelo Embiruçu

Salvador-BA, Brasil, 2016

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

Alves, Edvan Santana

Um estudo sobre a alocação interna dos recursos orçamentários nas Universidades Federais Brasileiras / Edvan Santana Alves. -- Salvador, 2016.

163 f. : il

Orientador: Marcelo Embiruçu.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) --Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos,

2016.

1. Universidades Federais. 2. Financiamento Público.

3. Planejamento Orçamentário. 4. Alocação de Recursos. I.Embiruçu, Marcelo. II. Título.

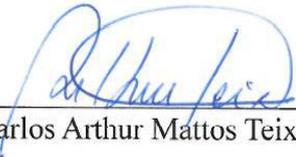
EDVAN SANTANA ALVES

**UM ESTUDO SOBRE A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

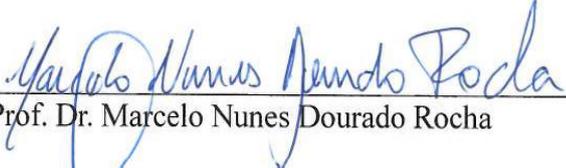
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 23 de setembro de 2016.

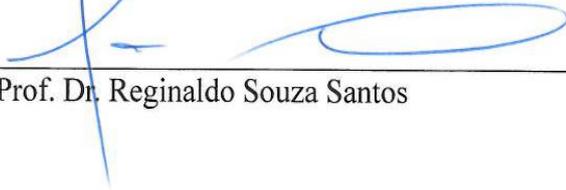
Banca examinadora



Prof. Dr. Carlos Arthur Mattos Teixeira Cavalcante



Prof. Dr. Marcelo Nunes Dourado Rocha



Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por tudo que me proporcionou nos últimos anos, incluindo sucessos e fracassos, pois cresci muito pessoalmente e profissionalmente com ambos.

Agradeço a quem posso contar e chamar de família, Zélia e Luiz, meus pais, pela ajuda, paciência e incentivo para o meu desenvolvimento acadêmico, além de Magaly e Ivaney (meus irmãos). Um agradecimento especial a Bruna Viegas e a Michele Cruz, que mesmo de longe estiveram presentes nos últimos anos incentivando e acompanhando cada batalha vencida.

Aos Professores Marcelo Embiruçu, Maria Isabel, Carlos Martins e Anamélia Lins, que através das suas experiências passaram conhecimentos positivos e orientações preciosas para a melhoria do meu trabalho.

Finalmente agradeço à minha Instituição, Universidade Federal da Bahia, pela oportunidade que me foi concedida de voltar a estudar e de me capacitar profissionalmente.

“O tempo certo é aquele em que as coisas acontecem
e o amanhã a Deus Pertence.”

Zibia Gasparetto

Resumo

O presente trabalho traz uma abordagem sobre os avanços e desafios vivenciados pelas Universidades Federais recentemente, bem como sobre a origem do financiamento do ensino superior no Brasil, o planejamento orçamentário e a alocação dos recursos executados por estas instituições. O financiamento das Universidades Federais é majoritariamente exercido pelo Ministério da Educação (MEC), mas existe uma contribuição relevante de outros órgãos como o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e as Fundações de Amparo à Pesquisa, que é acrescido ainda dos recursos próprios arrecadados pelas universidades. Já o seu orçamento é pautado no modelo de alocação de recursos orçamentários estipulado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC em parceria com a ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), chamado de Matriz de Outros Custeios e Capital (OCC). Visando uma gestão eficiente dos recursos públicos, por meio do aperfeiçoamento gerencial e adoção de metodologias administrativas modernas que maximizem os resultados, adaptações à Matriz OCC para uso interno nas Universidades Federais, baseadas nos critérios estipulados pela SESu-MEC, tendem a gerar avanços no planejamento e controle dos gastos. Essas novas práticas gerenciais têm como finalidade a alocação eficiente dos recursos, valorizando a competência de cada unidade, permitindo assim uma distribuição justa e adequada. Sendo assim, neste trabalho foram investigadas e analisadas metodologias internas de alocação dos recursos orçamentários praticadas atualmente nas Universidades Federais do Brasil, bem como se propôs, a partir desta análise, uma nova matriz para alocação interna de recursos em Universidades Federais Brasileiras, exemplificada através de sua aplicação à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Palavras-chave: Universidades Federais, Financiamento Público, Planejamento Orçamentário, Alocação de Recursos.

Abstract

This work discusses the progress and challenges experienced recently by the Brazilian Federal Universities, as well as the source of financing of higher education in Brazil, budget planning and resource allocation performed by these institutions. Funding of Federal Universities is mainly exercised by the Ministry of Education (MEC), but there is also a relevant contribution of other public agencies, such as the National Council for Research and Development (CNPq), the Financier of Studies and Projects (FINEP) and the State Foundations for Research Support. Universities' financing is further increased by their own raised funds. Currently their budget is guided by the allocation model of budgetary funds stipulated by the MEC Department of Higher Education (SESu) in partnership with ANDIFES (National Association of Federal Higher Education Institutions Principals), called "other costs and capital matrix" (OCC). For efficient management of public resources, through management development and adoption of modern administrative methodologies that maximize the results, adjustments to the OCC Matrix for internal use in the Federal Universities, based on the criteria set by SESu-MEC, tend to generate advances in planning and controlling expenses. These new management practices are aimed at the efficient allocation of resources, enhancing the competence of each unit, allowing for a fair and appropriate distribution. Thus, in this work internal methodologies of allocation of budgetary resources currently practiced in the Federal Universities of Brazil were investigated and analyzed. Based on this analysis a new matrix for internal allocation of resources was proposed, exemplified by its application for the Federal University of Bahia (UFBA).

Keywords: Federal Universities, Public Financing, Budget Planning, Resource Allocation.

Lista de Tabelas

Tabela 1	Efeito do Número de Diplomados em Alunos Equivalentes	35
Tabela 2	Cálculo do Aluno-Equivalente da UNIFAL (UNIFAL, 2010)	46
Tabela 3	Hora Aula dos Cursos por Unidade Acadêmica (%) da UNIFAL (UNIFAL, 2010)	48
Tabela 4	Aplicação do Modelo de Alocação de Recursos por Unidade na UNIFAL (UNIFAL, 2010)	49
Tabela 5	Metodologia UFV - 2014 (UFV, 2014)	55
Tabela 6	Metodologia UFV - 2014 (Detalhamento) (UFV, 2014)	55
Tabela 7	Matrizes e Pesos das Variáveis (%) - Área Acadêmica 2014 - UFV (UFV, 2014)	56
Tabela 8	Matrizes e Pesos das Variáveis (%) - Área Administrativa 2014 - UFV (UFV, 2014)	56
Tabela 9	Indicadores (%) - UFPA (UFPA, 2014)	59
Tabela 10	Matriz de Custos - Dados Referentes ao Ano de 2011 - UFPA (UFPA, 2014)	59
Tabela 11	Distribuição do Orçamento (Consumo e Bens Permanentes) entre os Colegiados Acadêmicos de Graduação em 2014 - UNIVASF (UNIVASF, 2014)	66
Tabela 12	Distribuição do Orçamento (Consumo e Bens Permanentes) entre os Colegiados de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em 2014 - UNIVASF (UNIVASF, 2014)	67
Tabela 13	Distribuição do Orçamento (Consumo e Bens Permanentes) entre os Colegiados de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em 2014 - UNIVASF (UNIVASF, 2014)	67
Tabela 14	Valores Utilizados nas Equações - Grupo, Duração Padrão, Retenção Padrão e Peso - UFPel (UFPel, 2013)	69
Tabela 15	Pesos das Publicações (GED) - Resolução CONSUNI/CEPEC nº 002/99 (UFG, 1999)	71
Tabela 16	Peso p/ o Tipo de Disciplina - UFU (UFU, 2003)	76
Tabela 17	Peso para o Tipo de Material Utilizado na Aula - UFU (UFU, 2003)	76
Tabela 18	Produção Científica, Tecnológica e Artística pelo Corpo Docente - UFU (UFU, 2003)	78
Tabela 19	CrITÉrios para Distribuição de Recursos (Valor Simulado em R\$ 1,00) - UFRJ (Façanha <i>et al.</i> , 1996)	82
Tabela 20	Quantitativo de Docentes e Téc. Administrativos UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)	87
Tabela 21	Nº Disciplinas e Alunos/Disciplinas UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)	88
Tabela 22	Nº de Turmas / Aluno Disciplina e Carga Horária UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)	90
Tabela 23	Gastos das Unidades UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)	91
Tabela 24	Participação Percentual das Unidades UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)	92
Tabela 25	Distribuição de Recursos UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)	94
Tabela 26	Distribuição de Crédito por Unidades Universitárias UFBA 1998 (Baiard e Lima, 1998)	99
Tabela 27	Avaliação Comparativa dos Modelos Estudados	101
Tabela 28	Grupos de Cursos, Peso por Grupos, Áreas de Conhecimento, Fator Retenção e Duração Média - SESu-MEC (MEC, 2005)	107
Tabela 29	Pontuação da Produção Científica (Proposta, UFB)	115
Tabela 30	Pontuação das Atividades de Extensão (Proposta, UFB)	115
Tabela 31	Cálculo por Unidade Universitária da UFBA para o Ano de 2013	116
Tabela 32	Resultado Final da Distribuição de Crédito Orçamentário para as Unidades Universitárias da UFBA 2013 - Cenário Base do Modelo Proposto	117
Tabela 33	Análise de Cenários da Proposta de Matriz Utilizando os Dados da UFBA de 2013	121

Lista de Figuras

Figura 1	Índice de Distribuição de Recursos de Custeio (<i>Partu</i> Percentual) entre os Centros - UFSCar (UFSCar, 2001)	50
Figura 2	Coefficiente de Distribuição de Recursos da UFBA - 1998 (%) (Baiard e Lima, 1998)	97

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPLAD	FÓrum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FPF	Fundo Público Federal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
NFTE	Aluno Equivalente
OCC	Outros Custeios e Capital
PPA	Plano Plurianual
PROUNI	Programa Universidade para Todos
QDD	Quadro de Detalhamento da Despesa
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SESu	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
UGR	Unidade Gestora Responsável
UF	Universidade Federal
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	16
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	18
3.1 Gestão Universitária.....	18
3.2 Gestão Financeira das Universidades Federais.....	20
3.2.1 Origem do Financiamento.....	20
3.2.2 Orçamento das Universidades Federais e a Alocação de Recursos (Matriz OCC - Outros Custeios e Capital).....	26
3.2.3 Fragilidades da Matriz ANDIFES e do Processo de Negociação entre MEC e ANDIFES.....	35
4. MODELOS DE ALOCAÇÃO INTERNA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESENVOLVIDOS POR UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	39
4.1 Modelo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).....	39
4.2 Modelo da Universidade Federal de Lavras (UFLA).....	42
4.3 Modelo da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).....	45
4.4 Modelo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).....	49
4.5 Modelo da Universidade Federal de Viçosa (UFV).....	53
4.6 Modelo da Universidade Federal do Pará (UFPA).....	58
4.7 Modelo da Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (UNIVASF).....	64
4.8 Modelo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).....	67
4.9 Modelo da Universidade Federal de Goiás (UFG).....	69
4.10 Modelo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).....	73
4.11 Modelo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).....	79

4.12 Modelo Adotado Atualmente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Breve Histórico.....	82
5. CRÍTICA AOS MODELOS ESTUDADOS.....	100
5.1 Síntese da Avaliação Comparativa dos Modelos Estudados.....	100
5.2 Crítica ao Conjunto de Modelos.....	102
6. PROPOSTA DE UMA MATRIZ PARA ALOCAÇÃO INTERNA DE RECURSOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS (UFB).....	103
6.1 Formulação do Modelo Proposto.....	103
6.2 Aplicação do Modelo Utilizando Dados da UFBA.....	111
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS - DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	133

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivos centrais investigar e analisar as metodologias internas de alocação dos recursos orçamentários praticadas atualmente nas Universidades Federais do Brasil, mostrando de forma objetiva também a origem do seu financiamento e a sua forma de estruturação, bem como propor uma matriz própria para alocação interna dos recursos e/ou sugestões de melhorias que possam ser acrescentadas às práticas atuais.

Pode-se observar no atual cenário socioeconômico do país que, ao longo dos últimos anos, o compromisso institucional das Universidades Federais de promover uma educação profissional pública de excelência, integrando Ensino, Pesquisa e Extensão, capaz de construir uma sociedade justa, democrática e sustentável não foi alcançado em sua plenitude, principalmente por conta da fragilidade destas instituições em trabalhar com fatores diretamente ligados à questão gerencial dos recursos financeiros advindos do orçamento público federal, o qual, tradicionalmente, é constituído apenas como um documento de previsão de receitas e de autorização de despesas, com poucos detalhes em relação ao planejamento das ações do governo. Outro fator preponderante encontra-se na dificuldade de adaptação destas instituições ao planejamento das ações do governo que nos últimos anos esteve pautado numa política restritiva de gastos e com repasses orçamentários considerados insuficientes pelos gestores educacionais (Amaral, 2008). Sendo assim, há relevância científica, social e interesse para o desenvolvimento da pesquisa, bem como os pressupostos citados anteriormente colocam o planejamento e o orçamento como ferramentas de uma gestão participativa, integrada e pautada em uma ação continuada.

Primeiro, para contextualizar este trabalho, iniciou-se com uma abordagem panorâmica do ambiente da gestão das Universidades Federais brasileiras e os avanços e principais desafios enfrentados nos últimos anos, a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada principalmente nas bases de dados dos Portais de Periódicos do Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando palavras-chave, e análise de artigos completos. Segundo, deu-se uma maior atenção ao financiamento, orçamento e alocação dos recursos realizados dentro das Universidades Federais, buscando explorar conceitos, dilemas e possíveis soluções encontradas pelas universidades, através de um estudo comparativo, que possam ser implementadas para alcance de um melhor desempenho dentro de uma abordagem qualitativa dos dados coletados. A seção final destaca maneiras de aperfeiçoamento da gestão e melhor utilização dos recursos públicos como forma de melhorar os índices de desempenho avaliados pelo Ministério da Educação e assim melhorar seu orçamento.

Esta dissertação está organizada em sete capítulos, incluindo este primeiro capítulo introdutório, além de alguns anexos. No capítulo 2 estão descritos os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas para o desenvolvimento do trabalho. O capítulo 3 aborda de forma ampla a gestão universitária, destacando temas como a gestão financeira das Universidades Federais, a origem do financiamento e a estruturação do orçamento destas instituições, bem como detalha a Matriz de Outros Custeios e Capital (OCC) utilizada pelo MEC (Ministério da Educação) para definição do orçamento a ser repassado às universidades. No capítulo 4 são apresentados, detalhadamente, modelos de alocação interna de recursos orçamentários desenvolvidos por Universidades Federais Brasileiras (UFB). No capítulo 5 é apresentada uma crítica ao conjunto de modelos estudados no capítulo 4, trazendo uma avaliação comparativa entre eles e com os conceitos presentes na Matriz ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). O capítulo 6 apresenta e descreve, detalhadamente, uma proposta de matriz para alocação interna de recursos em UFB. O capítulo 7 apresenta uma análise final dos resultados do trabalho realizado, destacando a busca de alternativas administrativas que propiciem a melhoria do desempenho institucional, e traz também as considerações finais sobre o estudo desenvolvido, abordando algumas questões identificadas na revisão de literatura à procura de explicações, bem como são feitas algumas sugestões para o progresso do campo investigado.

2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa aqui realizada é do tipo descritiva, exploratória e com uma abordagem qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa permitiu revelar em profundidade as múltiplas dimensões do contexto em termos de consensos, divergências e conflitos que envolvem o planejamento orçamentário e a distribuição interna de recursos executados pelas Universidades Federais brasileiras. A análise quantitativa permitiu a comparação de modelos matemáticos de distribuição interna de recursos utilizados por algumas Universidades Federais brasileiras baseados nos critérios definidos pela Matriz ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), bem como a escolha objetiva de variáveis para proposição de um novo modelo interno de distribuição de recursos, exemplificado através de sua aplicação à UFBA (Universidade Federal da Bahia) por meio da realização de simulações, observação de variações nos indicadores e mensuração de resultados.

Tendo em vista a caracterização e o objetivo da pesquisa, anteriormente exposto, optou-se por um estudo de caso, para diagnosticar as especificidades de uma situação institucional em relação às iniciativas e limites da modernização da gestão administrativa universitária, o que caracteriza as limitações ou delimitações da pesquisa (Fonseca, 2002). De acordo com Gil (2007), o estudo de caso, por ser uma estratégia de pesquisa que foca no entendimento da dinâmica presente em um determinado local, bem como evidencia uma forma de se fazer pesquisa investigando fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos, parece ser a estratégia mais adequada para elucidar as questões da presente pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Neste estudo, se tomou como referência os trabalhos desenvolvidos e publicados pela UTFPR, UFLA, UNIFAL, UFSCar, UFV, UFPA, UNIVASF, UFPel, UFG, UFU e UFRJ, que abordaram a distribuição interna dos seus recursos orçamentários disponíveis, bem como estudos desenvolvidos pela UFBA nos anos 1972, 1977, 1981, 1983/1984 e o modelo atual datado de 1998.

A coleta de informações foi feita a partir de uma pesquisa bibliográfica, utilizando palavras-chave (Universidades Federais, Financiamento Público, Planejamento Orçamentário e Alocação de Recursos), nas bases de dados dos Portais de Periódicos do *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), integrada a uma pesquisa documental (Relatórios de Gestão, Planilhas Estatísticas de Quantitativos de Alunos por *Campus*, Planilhas Orçamentárias, Estudos Desenvolvidos) na UFBA (Universidade Federal da Bahia), como forma de investigar o tema e aprofundar aspectos importantes no âmbito da modernização da gestão ao analisar trabalhos já publicados (artigos completos, dissertações, teses,

livros, documentos e materiais disponíveis na *internet*). Houve dificuldades iniciais para encontrar fontes de informações e para a coleta das informações para a pesquisa documental, sobretudo em relação a relatórios e documentos sobre a metodologia de alocação de recursos praticada atualmente na UFBA e a planilhas orçamentárias anuais de distribuição dos recursos orçamentários de Outros Custeios e Capital da UFBA dos últimos exercícios.

Após a identificação dos critérios utilizados com maior frequência pelas instituições estudadas, e que também são considerados nas avaliações do MEC (Ministério da Educação) para distribuição do Orçamento de Outros Custeios e Capital, foram estabelecidas, a partir do estudo comparativo, quais as metodologias que poderiam ser conjugadas e quais os índices e indicadores que poderiam ser alterados ou acrescentados de forma a permitir um melhor ajuste à realidade atual das Universidades Federais, e da UFBA em particular. O pensamento base está no entendimento de que ao melhorar internamente os indicadores avaliados pelo MEC para alocação dos recursos financeiros, conseqüentemente a instituição terá direito a um maior orçamento no próximo exercício. Em um primeiro momento, pensou-se em como se poderia efetuar a alocação dos recursos de forma mais justa na UFBA e melhorar a produtividade das Unidades Universitárias. Sendo assim, estabelecer critérios objetivos através de um modelo baseado no desempenho acadêmico das Unidades Universitárias seria a melhor alternativa. Entretanto, esse modelo dependeria de uma mudança na gestão financeira e do desempenho conjunto das Unidades Universitárias, cada uma com suas especificidades, o que leva à conclusão de que elas não podem ser tratadas sem considerar o fato de que a universidade apresenta variações no seu custo *per capita* por aluno a depender do curso ofertado.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Gestão Universitária

No âmbito da Gestão Pública há muito tempo se discute a questão das competências gerenciais, cuja articulação deve resultar no alcance dos objetivos organizacionais, tendo em vista o atual dinamismo da conjuntura socioeconômica, o qual vem exigindo das instituições públicas uma gestão diferenciada, pautada em resultados quantitativos e econômicos baseados em índices de desempenho, sem deixar a qualidade e a tradição de lado (Brigato, 2011).

Segundo Santos e Almeida (2008), os programas de desenvolvimento institucional propostos recentemente pela maioria das Universidades Federais enfatizam que elas adentraram o século XXI conscientes de que sua missão perante a sociedade é mais do que acadêmica, ou seja, é também social, e este contexto engloba temas como sustentabilidade e qualidade de vida, os quais deverão compor o alcance da ampliação das suas áreas de atuação. Para tanto, é imprescindível desconstruir a visão gestora tradicional que ao longo da história encontrou-se muitas vezes pautada apenas no processo ensino-aprendizagem e com forte influência política-partidária, deixando de lado a concepção histórica, antropológica, sociológica e filosófica das universidades no alcance pleno da sua missão.

Corroborando com o entendimento de Chiavenato (2000), estudioso da teoria geral da administração, as organizações precisam, a princípio, detectar e conhecer suas operações, avaliando seus pontos fortes e fracos, observar e diferenciar habilidades dos seus similares e incorporar o melhor deles e, se possível, excedendo-os e ultrapassando-os, num processo de aprimoramento contínuo conhecido como *benchmarking*¹. Essa abordagem permite às universidades avaliarem o seu desempenho e realizar correções pontuais na atual organização administrativa ou até mesmo adotar um novo modelo de acordo com as reais necessidades vivenciadas. Neste sentido, busca-se neste texto trazer novos direcionamentos para a distribuição dos recursos financeiros disponíveis nas Universidades Federais que permita uma melhoria na execução dos serviços em todas as áreas de atuação, tanto administrativas quanto acadêmicas, e que possa contribuir para um melhor desenvolvimento institucional através do acesso a uma parcela maior do Orçamento Público.

Santos (2013) destaca que os projetos de mudança e modernização institucional envolvem as dificuldades que as universidades enfrentam, as novas abordagens sobre mudanças que permitem tornar a organização de ensino superior atualizada em seu tempo, e os impactos das propostas sobre

¹ *Benchmarking* – Conceito que se baseia no aprendizado das melhores experiências, técnicas e/ou métodos de organizações similares. Reflete o entendimento de que existe na sociedade alguém que faça algo melhor e que precisa ser identificado, conhecido, copiado/ adaptado e até mesmo ultrapassado (Chiavenato, 2000).

a realidade vivida pela instituição, conforme o nível de amadurecimento alcançado e a vontade dos cidadãos envolvidos em torná-las bem sucedidas. Porém, vale salientar que padrões culturais de comportamento influenciam condições fundamentais para a realização dos projetos de modernização, bem como valores da cultura política. Sendo assim, diversos fatores de caráter institucional, políticos e socioculturais limitam a implantação dos projetos nestas organizações que precisam executar suas atividades baseadas nas legislações fiscais, as quais estabelecem restrições de tempo e utilização dos recursos orçamentários disponibilizados.

Segundo Balduino (2012), o principal desafio enfrentado atualmente pelas Universidades Federais é o desafio orçamentário, ou seja, o orçamento destas instituições encontra-se submetido a rígidas regras de planejamento, as quais chegam ao ponto de prejudicar a gestão dos recursos e a tomada de decisões na busca de soluções para os problemas de infraestrutura. Por se tratar de um assunto complexo, ele será abordado na sequência deste trabalho, na seção que trará esclarecimentos sobre o orçamento das Universidades Federais, trazendo especificações que permitam uma melhor compreensão da questão levantada por Balduino (2012), e que é compartilhada pelos gestores universitários.

A necessidade de mudanças tornou-se uma realidade, independentemente da região e de questões partidárias, tendo em vista que o modelo atual de gestão “enrijece” as Universidades Federais. É bem comum se escutar dentro das Universidades Federais expressões do tipo: “Isso sempre foi feito assim, não é agora que irá mudar.”. Contudo, a realidade de outrora não é mais a de hoje e adaptações na organização do trabalho precisam ser empregadas para que as universidades possam dinamizar seus procedimentos, usufruir melhor dos recursos financeiros e tecnológicos, captar recursos de forma relevante, evitar o retrabalho e atender melhor seu público docente e discente. Vale ressaltar que muitas das mudanças necessárias tiveram como causa a redução do compromisso político do Estado com as universidades e com a educação em geral, como relatam Santos e Almeida (2008), fato este que ocasionou uma descapitalização, trazendo como consequências uma crise institucional de hegemonia e legitimidade destas Organizações.

A realização de uma Avaliação Institucional consiste numa forma de se obter um retrato da gestão pública em uma instituição de ensino superior, ou seja, possibilita acompanhar a elaboração do seu planejamento e avaliação, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura. Vale destacar ainda que a partir de 2004 essa prática da avaliação institucional vem sendo executada pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004 (Brasil, 2004), onde foi prevista a análise dos instrumentos de avaliação aplicados aos discentes, docentes e servidores da instituição. A ideia básica é que uma

instituição que se conhece e reflete sobre si mesma tende a possuir nas suas próprias mãos o seu destino, não deixando que questões políticas ou rotineiras sejam pontos determinantes na definição de seus objetivos. Contudo, diversos fatores geram uma reação às mudanças, embora o processo de avaliação seja vantajoso para as Universidades Federais, pois enquanto refletem flexibilidade e adaptabilidade também promovem importantes conflitos, devido ao desejo de segurança e estabilidade por parte dos indivíduos que se sentem ameaçados pelo processo e não aceitam cumprir as novas determinações. Ressalta-se também que em 1993 o Ministério da Educação criou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, visando a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelas Universidades Federais à sociedade, pautadas no trinômio ensino, pesquisa e extensão. Essa avaliação sistemática permite acompanhar o desempenho da organização, servindo como importante ferramenta de gestão que permite diagnosticar situações a serem corrigidas, indicar prioridades, ameaças e oportunidades, efetuar o controle e possibilitar o redirecionamento de ações.

3.2. Gestão Financeira das Universidades Federais

3.2.1. Origem do Financiamento

De acordo com Amaral (2008), a estrutura da Universidade Federal atualmente conhecida tem sua origem na Universidade do Rio de Janeiro de 1920 que pouco mais de uma década depois foi transformada em Universidade do Brasil, por volta de 1937, e a partir de 1965 recebeu a denominação atual de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vale destacar que a Universidade do Brasil, vislumbrada desde 1931, tinha como proposta servir de modelo às demais instituições de ensino superior do Brasil, implantando um padrão nacional através de um sistema que permitisse o controle da qualidade do ensino.

O Ministério da Educação (MEC) é o ente público responsável pela organização e coordenação do sistema de educação superior no Brasil, seja ele público ou privado, sendo de sua responsabilidade financiar as Universidades Federais através de recursos oriundos do Fundo Público Federal (FPF), bem como avaliar e fiscalizar a qualidade do ensino das entidades de ensino superior privadas e públicas, de todas as esferas de governo. Contudo, isso não quer dizer que o governo federal não empregue recursos nas instituições privadas, ou seja, como forma de atender à crescente demanda por ensino superior no país e aproveitar as vagas disponíveis, foram criados mecanismos como o

PROUNI² e o FIES³, custeados com recursos públicos. O FPF é composto de impostos, taxas e contribuições pagas pela sociedade brasileira, cabendo-lhe o financiamento de programas do governo voltados para saúde, educação, habitação, saneamento, assistência social, incentivos à agricultura, dentre outros. Sendo assim, as Universidades Federais disputam por recursos num contexto mais amplo, que envolve outros sujeitos de áreas bem distintas.

O financiamento realizado pelo MEC abrange gastos com pessoal, ativo e inativo, e outros itens de custeio e capital. Atualmente, a maior parte dos recursos destina-se à folha de pagamento dos servidores, inclusive já são repassadas de forma separada dos outros recursos que serão destinados à manutenção e investimentos nas organizações. Uma reflexão comum no meio acadêmico pode ser sintetizada da seguinte forma: se o recurso orçamentário que atualmente é empregado nas Universidades Federais é considerado insuficiente pelos gestores e o governo coloca dinheiro nas entidades privadas, se esse recurso fosse integralizado nas Universidades Federais resolveria as suas principais demandas e seria capaz de atender toda a sociedade? De acordo com as considerações de Balduino (2012), a resposta é não, pois a ampliação de vagas para estudantes de graduação na rede federal necessitaria ser acompanhada de uma reposição do quadro docente, investimentos na modalidade de educação à distância, um financiamento adequado às reais necessidades de infraestrutura destas instituições, além da alteração da legislação fiscal e de um melhor entendimento do conceito de autonomia universitária estabelecido pelo Art. 207 da Carta Magna (Brasil, 1988), o que não seria possível no momento, particularmente tendo em vista a política de restrição de gastos e ajuste fiscal adotada pelo governo a partir do ano de 2015. Otranto (2006) corrobora com o entendimento de Balduino (2012) ao enfatizar que, na maior parte dos cursos, não existem vagas ociosas, assim como as seleções realizadas evidenciam que a relação candidato/ vaga é alta, ou seja, o setor público não tem e não terá condições de atender toda a demanda por ensino superior no país sem a participação das entidades privadas.

A questão levantada acima é relevante e requer um estudo mais aprofundado por parte do governo federal, pois envolve outras questões de políticas públicas sociais relacionadas ao mercado, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) consagrou a educação no país como um direito social em seu Art. 6º e também foi estabelecido por lei um percentual mínimo obrigatório

² PROUNI - Programa Universidade para Todos do MEC criado em 2004, que oferece bolsas de estudos em entidades de educação superior privadas, nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, aos estudantes brasileiros que não possuem diploma de nível superior.

³ FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, destinado a financiar, por meio de empréstimo financeiro, a concessão de bolsas a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e avaliados positivamente nos processos orientados pelo MEC. O estudante após a conclusão do curso terá uma carência de 18 meses até o início do período para efetuar a amortização da dívida por meio de parcelas.

para o financiamento em todas as esferas do governo. A revisão de literatura aqui realizada não foi capaz de esclarecer esta questão, tendo em vista a complexidade deste assunto. Sendo assim, ressalta-se que o principal financiador das Universidades Federais é o governo federal, tendo uma parcela mínima de recursos captados pelas próprias instituições. Segue abaixo o Art. 6º da Carta Magna (Brasil, 1988):

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição [Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010 (Brasil, 2010b)].

A Lei nº 452/1937 (Brasil, 1937) criou a Universidade do Brasil e estabeleceu no seu Art. 39 a obrigação do financiamento pelo Governo, mas não definiu claramente como deveria ser a execução deste procedimento, bem como não vinculou o seu patrimônio e nem a criação de reservas que permitissem a continuidade dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento e à manutenção destas organizações. Já em 1996, a Lei 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), conhecida como LDB, estabeleceu no seu Art. 55: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”, ou seja, garantias financeiras baseadas nas principais necessidades das universidades. Entretanto, mais uma vez não se definiu claramente a maneira de se chegar ao montante desses recursos e nem se estabeleceu o que seria suficiente. Esta situação não é muito diferente nos dias atuais, ou seja, as Universidades Federais não recebem repasses do MEC que supram todas as suas demandas e nem conseguem gerar recursos relevantes que atendam seus orçamentos. O Art. 212 da Constituição Federal também busca reforçar a necessidade de política pública voltada para o avanço da educação superior trazendo a seguinte redação (Brasil, 1988):

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Com a consagração da Autonomia Universitária pela Constituição Federal de 1988 no seu Art. 207 (Brasil, 1988), também se esperava que providências fossem tomadas neste sentido e que os problemas das universidades, como financiamento e expansão, pudessem ser debatidos de uma forma mais objetiva. Entretanto, isso não aconteceu e se pode dizer que a norma constitucional não define o sentido que acaba se tomando para o termo autonomia, o qual traz diversos entendimentos. O Art. 207 da Carta Magna traz a redação (Brasil, 1988): “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A palavra autonomia enfatiza a capacidade de autodeterminação e de autonormação dentro dos limites preestabelecidos pelo poder que a instaura, ou seja, existem normas a serem respeitadas como é o caso da Lei Complementar nº 101/2000 que trata da responsabilidade fiscal (Brasil, 2000). Segundo Balduino (2012), “o que falta às Universidades Federais é o exercício pleno da autonomia prevista na Constituição Federal”. Dentro do contexto atual, esse entendimento é correto, uma vez que os órgãos fiscalizadores, após a aprovação do orçamento das Universidades Federais, colocam a burocracia acima da própria Constituição, deixando de lado a relevância da atividade finalística destas organizações, independentemente dos meios que a levam ao alcance dos objetivos, dentro dos limites da legalidade. Pode-se tomar como exemplo da questão levantada por Balduino (2012) o fato de que quando uma universidade consegue economizar algum recurso, esse dinheiro não é transferido automaticamente para o exercício seguinte, sendo o mesmo recolhido ao Tesouro Nacional. Em seguida, caso haja superávit das contas governamentais, é que o recurso será devolvido à universidade, muitas vezes parcelado. Em 2010, o Decreto Nº 7.233 trouxe maiores orientações a respeito do que havia sido proposto no Art. 207 do texto constitucional (Brasil, 1988), dando destaque ao planejamento orçamentário das universidades, como se pode observar abaixo (Brasil, 2010a):

Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências.

Art. 1º Este Decreto estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas Universidades Federais.

Dentre as legislações pertencentes à política de ajuste fiscal que envolvem o ambiente das Universidades Federais, a Lei Complementar nº 101/2000 certamente foi a que proporcionou os mais importantes desdobramentos que podem ser observados abaixo no seu Art. 1º (Brasil, 2000):

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Todo o sistema orçamentário do governo federal passou a ser organizado e controlado de acordo com os desdobramentos da Lei Complementar nº 101/2000 decorrente do Art. 165 da Constituição Federal de 1988, como se pode ver abaixo (Brasil, 2000):

- Plano Plurianual – PPA: É um instrumento de planejamento do governo de médio prazo, previsto no art. 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829 o qual estabelece diretrizes e metas da Administração Pública para um intervalo de 4 anos;

- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: Corresponde ao Art. 4º da Lei 101/2000 onde conterà Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais, atende ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição dispondo sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho a serem efetivadas nas hipóteses previstas na alínea b no inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados

com os recursos dos orçamentos, demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

- Lei Orçamentária Anual – LOA: Corresponde ao Art. 5º da Lei 101/2000 e é elaborada de maneira compatível com o Plano Plurianual, com a LDO, contendo demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento que trata o § 1º do art. 4º, documento com medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado e reserva de contingência.

Alguns estudiosos como Moraes e Nadia (2009) compartilham a ideia de que a principal ameaça à universidade não se encontra fora dela, mas sim em seu próprio contexto interior: práticas obsoletas, dificuldade de adaptação às novas demandas sociais, conservadorismo, corporativismo e excesso de individualismo. Estes são fatores que tendem a reduzir a inovação e a criatividade, que são pilares destas instituições geradoras de conhecimento. Compartilha-se também desta opinião neste trabalho, mas não se permite deixar de fora deste contexto a Política Nacional de Educação e as iniciativas do governo que não conseguem ser efetivas e alcançar um resultado satisfatório frente às reais demandas sociais, como explicitado no recorte histórico. É imprescindível conhecer as reais necessidades de cada universidade, conhecer novas práticas e desenvolver mecanismos próprios de suporte para emprego dos recursos, ou seja, não basta aprovar um orçamento vinculando-o às rubricas e cobrar o cumprimento das metas que muitas vezes não acabam tendo o dinheiro direcionado para onde realmente seria necessário, e a alocação de recursos não pode sofrer alteração por ser considerada ilegal. Como foi possível observar, o financiamento das Universidades Federais é majoritariamente exercido pelo Ministério da Educação. Contudo, existe uma contribuição relevante de outros órgãos como o CNPq, a FINEP e as Fundações de Amparo à Pesquisa, que fomentam a nível estadual pesquisas e pós-graduações nas Universidades Federais, além dos recursos próprios diretamente arrecadados e daqueles provenientes de contratos e convênios celebrados com organizações públicas e privadas.

3.2.2. Orçamento das Universidades Federais e a Alocação de Recursos (Matriz OCC - Outros Custeios e Capital)

De acordo com Giacomoni (2010), o orçamento público caracteriza-se por seu contexto abranger inúmeros aspectos, dentre eles o político, jurídico, econômico, contábil, financeiro e administrativo, o que lhe dá um caráter interdisciplinar. O orçamento é considerado como uma das mais tradicionais e antigas ferramentas utilizadas na gestão pública, sendo mais do que uma simples previsão das receitas ou estimativas de despesas, ou seja, compreende-se num relatório, numa proposta ou estimativa para tomadas de decisões. Pode-se dizer que é um plano que expressa, em termos de capital e para um espaço temporal definido, o programa de operações governamentais e seus meios de financiamento.

O orçamento adotado pelas Universidades Federais do Brasil é o orçamento-programa que é regulamentado pela Lei nº 4320/1964 (Brasil, 1964) e pela Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 2000), fazendo parte do orçamento geral da União e, assim sendo, é discutido e aprovado pelo Congresso Nacional. Este orçamento é composto por recursos do Tesouro Nacional, recursos frutos da captação direta das Universidades Federais, conhecidos como recursos próprios, e dos recursos oriundos de convênios e contratos celebrados com entes públicos ou privados, como foi citado anteriormente. Detalhando, os recursos orçamentários destinados à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Universidades Federais recebem a denominação de Outros Custeios e Capital (OCC), que representam o seu orçamento total subtraído do recurso da folha de pagamento de pessoal. O repasse desses recursos ocorre baseado num modelo (chamado de matriz) matemático que é pautado nos indicadores da produção acadêmica das universidades federais e que foi implantado após diversas discussões entre o MEC e a ANDIFES.

Essa dinâmica de repasse foi implantada inicialmente em 1999, mas já em 2002 reuniões entre a SESu (Secretaria de Educação Superior)/ MEC, a ANDIFES e o FORPLAD (Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração) determinaram mudanças e ajustes na matriz, chegando-se assim ao modelo atual. Este modelo passou a ser conhecido como Matriz ANDIFES, e sua versão mais atual foi institucionalizada através da Portaria do Ministério da Educação nº 651 de 24 de julho de 2013 (MEC, 2013), sendo composto por um orçamento básico e um orçamento de investimento. A determinação do orçamento global e individual para manutenção e investimentos das Universidades Federais se faz por meio de um processo que abrange três etapas distintas. Na primeira etapa, o MEC estabelece o “teto” global dos recursos para o conjunto das Universidades Federais Brasileiras (UFB). Na segunda etapa, o orçamento global é alocado de acordo com as regras disposta na Matriz ANDIFES, onde são definidos os orçamentos individuais. Na terceira e

última etapa, as Universidades Federais são informadas sobre os orçamentos individuais e efetuam a distribuição dos recursos por elemento de despesa, devolvendo-os ao Ministério da Educação para que seja consolidada a proposta orçamentária relativa ao próximo exercício. A aprovação do orçamento depende de um Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) que é preparado anualmente, e vincula os recursos às respectivas rubricas. Balduino (2012) esclarece essa situação ao dizer que “Cada real estipulado dentro do QDD aprovado para o pagamento de pessoal, por exemplo, não pode ter outra finalidade.”.

Qualquer desrespeito ao quadro de detalhamento pode gerar sérios problemas à gestão de uma Universidade Federal, que é submetida às fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF) e da Controladoria-Geral da União (CGU). Ressalta-se que o “engessamento” orçamentário das Universidades Federais é alvo de críticas, uma vez que recursos não podem ser redirecionados para necessidades e prioridades vigentes, dificultando assim possíveis ajustes orçamentários no decorrer do exercício. Entretanto, o fiscalizar e o controlar apenas dificultam a improbidade administrativa, mas não a impedem de acontecer à medida que recursos podem ser utilizados com demandas consideradas desnecessárias para o momento como forma de executar todo o orçamento disponibilizado pelo Ministério da Educação. Vale a pena ressaltar que o financiamento aceito atualmente apresenta conceitos integrados dos modelos holandês e inglês que foram adaptados para atender às especificidades das Instituições Federais de Ensino Superior do país, inclusive as universidades federais, e é fundamentado no quantitativo de alunos equivalentes das instituições (Pires *et al.*, 2010), cujo cálculo será detalhado mais adiante.

As Universidades Federais vêm enfrentando um momento de desafios com a política de ajuste fiscal do Governo Federal, onde, da totalidade dos recursos repassados, a maior parte destina-se à folha de pagamento dos servidores, restando recursos considerados insuficientes para a execução das atividades e para a manutenção ou implantação da infraestrutura. Dentro deste contexto, já faz algum tempo que algumas universidades vêm buscando formas alternativas de captar recursos, objetivando a complementação do seu orçamento. Percebe-se através da revisão de literatura que a lista de exigências imposta às grandes universidades brasileiras possui similitude com as preocupações das universidades de pequeno e médio porte existentes no país, quer sejam elas estaduais ou federais. Embora sejam de dimensões e complexidade diferentes, os desafios enfrentados por seus gestores se assemelham, sendo decorrente das restrições orçamentárias, da estrutura organizacional, dos modelos de gestão ou das políticas de ensino superior adotadas. Sendo assim, buscar uma boa gestão dos recursos disponíveis poderá servir de suporte para a transformação, crescimento e desenvolvimento institucional, melhorando a prestação de serviços à sociedade, bem como uma forma de sobrevivência a partir do momento que se busca a diminuição

dos gastos e a captação de recursos da esfera privada. Neste sentido Giacomoni (2010) traz o seguinte entendimento:

Na organização do orçamento, a receita apresenta número bem menor de questões de interesse do que a despesa [...]. Ao contrário da despesa que é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento, a receita é apenas estimada na peça orçamentária, sendo seus demais procedimentos disciplinados em outros âmbitos, especialmente o da legislação tributária.

Diante deste contexto, o planejamento orçamentário é fundamental para que ele possibilite várias vantagens ao processo gerencial, como por exemplo: o aumento da assertividade nas tomadas de decisão; a promoção de uma visão global; o aumento da participação e da comunicação entre os diferentes níveis hierárquicos; a identificação das responsabilidades. Desta forma, ele acaba permitindo uma melhor aplicabilidade e alocação de recursos dentro das organizações. No entanto, ressalta-se que, na execução destas ações que foram planejadas estrategicamente, necessita-se de um processo de monitoramento contínuo, para que possíveis erros possam ser identificados e intervenções corretivas possam ser realizadas em tempo real. A ação de planejar está presente no cotidiano dos cidadãos, seja no ambiente pessoal ou profissional, sendo uma atividade complexa que demanda um pensamento contínuo sobre um futuro almejado onde o delineamento dos meios necessários para torná-lo realidade justifica que o planejamento anteceda a tomada de decisões e as ações que devam ser realizadas.

Falando um pouco mais sobre a Matriz de Alocação de Recursos Orçamentários, ela é adotada pela SESu/ MEC com o objetivo de determinar o investimento e as despesas de custeio para as Universidades Federais. Essa metodologia compreende a adoção de indicadores que são calculados a partir de um banco anual de dados de caráter acadêmico, tendo como seu principal indicador o que ficou convencionado como Aluno Equivalente (*Nfte*) sendo utilizados outros 04 (quatro) indicadores parciais relativos às atividades acadêmicas nos níveis de graduação, mestrado, doutorado e residência médica. O processamento dos dados é realizado a partir da Plataforma Integrada de Gestão das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) denominada “PingIfes”, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, e a coleta dos dados é efetuada pela própria instituição por meio do Censo da Educação Superior através do Sistema Censup e fiscalizada pelos servidores das outras universidades, sob orientação e critérios estabelecidos pelo MEC. O Censo da Educação Superior consiste no levantamento anual e sistemático de dados sobre

a educação superior no Brasil gerado a partir do cadastro no Sistema e-MEC. Destaca-se que a distribuição dos recursos para cada Universidade Federal é feita baseada na participação dela no conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, de acordo com a Matriz de Outros Custeios e Capital (OCC). O resultado da soma dos alunos equivalentes representa uma fração h dos recursos disponíveis, e os índices de qualidade e produtividade representam o restante ($1-h$), e portanto a participação de cada universidade no orçamento é calculada de acordo com a seguinte equação (Sant'Ana, 2015):

$$PART_j = h_1 \cdot PTAE_j + h_2 \cdot EQR_j \quad 0 \leq h \leq 1 \quad (1)$$

onde:

$PART_j$ corresponde ao percentual de participação de uma Universidade Federal j no total de recursos orçamentários da Matriz ANDIFES;

$PTAE_j$ é o indicador que mede a participação de cada universidade no total dos alunos equivalentes do conjunto das Universidades Federais Brasileiras (UFB);

EQR_j é o indicador que mede a eficiência e a qualidade acadêmico-científica de cada uma das universidades em referência ao conjunto total das UFB.

O MEC e a ANDIFES definiram, via comissão paritária, os valores de $h_1= 0,9$ e $h_2= 0,1$, ou seja, a parcela dos alunos equivalentes tem um peso de 90% e o índice de qualidade e produtividade de cada Universidade Federal tem um peso de 10%. Portanto, considerando uma quantidade RO_T de recursos orçamentários totais do MEC a serem distribuídos para as universidades, o recurso orçamentário destinado a uma dada Universidade Federal j , RO_j , é dado pela seguinte expressão:

$$RO_j = PART_j \cdot RO_T \quad (2)$$

A participação de cada universidade no total dos alunos equivalentes do conjunto das UFB é dada por:

$$PTAE_j = \frac{Ne_j}{\sum_{i=1}^{N_{UF}} Ne_i} \quad (3)$$

onde:

N_{UF} é o número de Universidades Federais;

Ne_j é o número total de alunos equivalentes da Universidade Federal j , que é calculado com base na seguinte metodologia utilizada pelo MEC (2005):

$$Ne_j = Ne_{j,G} + Ne_{j,M} + Ne_{j,D} + Ne_{j,R} \quad (4)$$

$$Ne_{j,G} = Ne_{j,CGC} + Ne_{j,CNI} \quad (5)$$

$$Ne_{j,CGC} = \sum_{k=1}^{NC_{j,CGC}} \left\{ \left[Nd_{j,k} \cdot D_{j,k} \cdot (1 + R_{j,k}) \right] + \left[\frac{Ni_{j,k} - Nd_{j,k}}{4} \cdot D_{j,k} \right] \right\} \cdot BT_{j,k} \cdot BFS_{j,k} \cdot PG_{j,k} \quad (6)$$

$$Ne_{j,CNI} = \sum_{k=1}^{NC_{j,CNI}} Nm_{j,k} \cdot BT_j \cdot BFS_j \cdot PG_j \quad (7)$$

onde:

$Ne_{j,G}$ é o número total de alunos equivalentes de graduação;

$Ne_{j,M}$ é o número de alunos equivalentes do mestrado;

$Ne_{j,D}$ é o número de alunos equivalentes do doutorado;

$Ne_{j,R}$ é o número de alunos equivalentes de residência médica;

$Ne_{j,CGC}$ é o número de alunos equivalentes em cursos de graduação consolidados⁴;

⁴ São considerados consolidados os cursos que já formaram pelo menos uma turma.

$Ne_{j,CNI}$ é o número de alunos equivalentes em cursos de graduação cursos novos⁵ ou intervalados⁶;

$NC_{j,CGC}$ é o número de cursos de graduação consolidados;

$Nd_{j,k}$ é o número de diplomados do curso k ;

$D_{j,k}$ é a duração média do curso k ;

$R_{j,k}$ é o coeficiente de retenção do curso k ;

$Ni_{j,k}$ é o número de ingressantes do curso k ;

$BT_{j,k}$ é o bônus por turno noturno para o curso k (o Ministério da Educação definiu um peso de 15% para esse bônus). Significa dizer que $BT_{j,k} = 1,15$;

$BFS_{j,k}$ é o bônus por curso fora da sede para o curso k (o Ministério da Educação definiu um peso de 10% para esse bônus). Significa dizer que $BFS_{j,k} = 1,10$;

$PG_{j,k}$ é o peso do grupo ao qual pertence o curso k ;

$NC_{j,CNI}$ é o número de cursos de graduação novos ou intervalados;

$Nm_{j,k}$ é o número de alunos matriculados efetivos no curso k no ano de referência do cálculo.

Para os cursos de mestrado *stricto sensu*, cursos de doutorado e para as atividades de residência médica são utilizadas as seguintes equações:

$$Ne_{j,M} = fMD \cdot \sum_{k=1}^{NC_{j,M}} Nm_{j,k} \cdot PG_{j,k} \quad (8)$$

$$Ne_{j,D} = fDD \cdot \sum_{k=1}^{NC_{j,D}} Nm_{j,k} \cdot PG_{j,k} \quad (9)$$

⁵ São considerados cursos novos aqueles que ainda não possuem o tempo mínimo para formação da primeira turma.

⁶ São considerados cursos intervalados aqueles em que, por condições peculiares de operacionalização, ocorrem interrupções de ingressantes, independente de quando iniciou o curso.

$$Ne_R = \sum_{k=1}^{NC_{j,R}} Nm_{j,k} \quad (10)$$

onde:

fMD é o fator tempo dedicado a cursar disciplinas no mestrado, igual a 0,75;

$NC_{j,M}$ é o número de cursos de mestrado;

fDD é o fator tempo dedicado a cursar disciplinas no doutorado, igual a 0,38;

$NC_{j,D}$ é o número de cursos de doutorado;

$NC_{j,R}$ é o número de cursos de residência médica.

A parcela correspondente aos 10% do recurso orçamentário destinado a uma Universidade Federal referente ao índice de qualidade e produtividade de cada Universidade Federal é definido conforme os critérios e procedimentos descritos abaixo (Sant'Ana, 2015):

$$EQR_j = \frac{DEQ_j}{\sum_{i=1}^{N_{UF}} DEQ_i} \quad (11)$$

$$DEQ_j = DEAE_j + DQG_j + DQM_j + DQD_j \quad (12)$$

$$DEAE_j = \left(\frac{RAP_j}{RAP^*} \right) \quad (13)$$

$$DQG_j = \frac{\sum_{k=1}^{NC_{j,G}} FCG_{j,k}}{NC_{j,G}} \quad (14)$$

$$FCG_{j,k} = \left(\frac{CSG_{j,k}}{CSG_k^*} \right) \quad (15)$$

$$DQM_j = \frac{\sum_{k=1}^{NC_{j,M}} FQM_{j,k}}{NC_{j,M}} \quad (16)$$

$$FQM_{j,k} = \left(\frac{CCM_{j,k}}{CCM_k^*} \right) \quad (17)$$

$$DQD_j = \frac{\sum_{k=1}^{NC_{j,D}} FQD_{j,k}}{NC_{j,D}} \quad (18)$$

$$FQD_{j,k} = \left(\frac{CCD_{j,k}}{CCD_k^*} \right) \quad (19)$$

onde:

DEQ_j é a dimensão eficiência e qualidade acadêmica-científica da UFB j ;

$DEAE_j$ é a dimensão eficiência das atividades de ensino da UFB j ;

DQG_j é a dimensão de qualidade dos cursos de graduação da UFB j ;

DQM_j é a dimensão de qualidade dos cursos de mestrado da UFB j ;

DQD_j é o dimensão de qualidade dos cursos de doutorado da UFB j ;

RAP_j é a relação de alunos equivalentes por professores equivalentes da UFB j ;

RAP^* é a relação média de alunos equivalentes por professores equivalentes do conjunto das UFB;

FCG_j é o fator de qualidade do curso de graduação i da UFB j ;

$CSG_{j,k}$ é o conceito SINAES do curso de graduação k da UFB j ;

CSG_k^* é o conceito SINAES médio do curso de graduação k no conjunto das UFB [é utilizado o maior Conceito do Curso (CC) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)];

FQM_k é o fator de qualidade do curso de mestrado k da UFB j ;

CCM_k é o conceito CAPES do Curso de mestrado k da UFB j ;

CCM_k^* é o conceito CAPES médio do curso de mestrado k no conjunto das UFB dos cursos da área de conhecimento em que se enquadra o curso de mestrado;

$FQD_{j,k}$ é o fator de qualidade do curso de doutorado k da UFB j ;

$CCD_{j,k}$ é o conceito CAPES do Curso de doutorado k da UFB j ;

CCD_k^* é o conceito CAPES médio do curso de doutorado k no conjunto das UFB dos cursos da área de conhecimento em que se enquadra o curso de doutorado.

Visando ilustrar os procedimentos descritos anteriormente para o cálculo dos indicadores que irão compor a Matriz ANDIFES, objetivando o repasse dos recursos orçamentários às Universidades Federais, a Tabela 1 mostra, através da utilização das Eqs. 5-7, o efeito do número de concluintes no cálculo dos alunos equivalentes observando assim os impactos que têm a Diplomação, Retenção, Evasão, Interiorização das Universidades e Ampliação das Vagas no turno noturno, variáveis indutoras da Matriz ANDIFES, na definição do recurso orçamentário a ser destinado à uma Universidade Federal.

Tabela 1 - Efeito do Número de Diplomados em Alunos Equivalentes

Duração média do curso (D)	4
Coefficiente de retenção (R)	0,1
Número de ingressantes (N_i)	100
Bônus por turno noturno (BT)	1,15
Bônus por curso fora da sede (BFS)	1,1
Peso do grupo (PG)	2
Número de alunos matriculados efetivos no ano de referência do cálculo (N_m)	0
Número de diplomados (N_{di})	
Número de alunos equivalentes (N_e)	
100	1113,2
60	769,12
20	425,04

3.2.3. Fragilidades da Matriz ANDIFES e do Processo de Negociação entre MEC e ANDIFES

Este trabalho visa, além de realizar uma reflexão promover um estudo que proporcione o desenvolvimento acadêmico sobre o tema, fornecendo elementos concretos e objetivos que possam auxiliar a gestão das UFB, particularmente a sua gestão orçamentária. Nesse sentido, até por uma imposição da realidade atual, ele toma como base para desenvolvimento a Matriz ANDIFES e modelos direta ou indiretamente dela derivados e adotados por diversas UFB. Por outro lado, considera-se que tanto a Matriz ANDIFES quanto os elementos considerados nos processos de negociação entre o MEC e a ANDIFES apresentam fragilidades importantes, que serão brevemente discutidas, embora esse não seja o objetivo principal desse trabalho.

A Matriz ANDIFES trata tão somente da alocação de um certo montante de recursos entre as UFB, não contemplando, de forma transparente e objetiva com base em critérios e indicadores, o cálculo desse montante a ser distribuído, ou seja, não contempla uma metodologia de cálculo de

necessidades orçamentárias do conjunto das UFB, dadas suas características físicas, de pessoal e de estrutura de ensino, pesquisa e extensão. A correta definição do montante a ser distribuído é tão ou mais importante do que a metodologia de sua distribuição, que é extremamente importante, pois uma distribuição incorreta pode trazer prejuízos a algumas UFB do sistema, mas uma definição incorreta do montante a ser distribuído pode trazer prejuízos, ou mesmo inviabilizar o adequado funcionamento, de todas UFB do sistema. Apesar da importância dessa questão, observa-se uma atenção muito pequena, ao menos em termos de discussões, análises, estudos e desenvolvimentos documentados, salvo alguns poucos documentos que a mencionam (p.e.: UFV, 1994).

Conforme colocado por UFV (1994), isso é importante, inclusive para “[...] ficarem instituições e órgãos imunizados contra flutuações políticas, eliminando as ingerências e dependências de terceiros. Atualmente, a distribuição é feita sem critérios conhecidos publicamente e fica-se à mercê de "lobbies" e na dependência de reitores e pró-reitores, para conseguir recursos essenciais à sobrevivência das IFES. Isso sem contar com a ação de políticos, que, de uma forma ou de outra, conseguem partes substanciais de recursos para suas instituições "protegidas".”. Portanto, parece que evoluiu-se apenas na metodologia de distribuição, e muito pouco na metodologia de cálculo de necessidades. Alguns aspectos da realidade brasileira parecem contribuir para isso: i) os governos, em intensidades que podem ser até bem diferentes, parecem não considerar que eles e as UFB fazem ambos parte de uma mesma estrutura de Estado, e parecem querer, em geral, direcionar o mínimo possível de recursos para as UFB; ii) as UFB também parecem não fazer parte da mesma estrutura de Estado que o governo, e por vezes aparentam querer recursos ilimitados, que inexistem; iii) a avaliação da educação brasileira, em todos os níveis, parece cada vez mais ter a visão de sua avaliação totalmente turvada e embotada por uma visão estritamente comparativa, quando apenas a relativização das ações, quantitativas e qualitativas, parece ser importante, dando a parecer que não existem objetivos de quantidade e de qualidade absolutos, o que é totalmente descolado da realidade concreta e objetiva (ou seja, concretamente apenas compara-se uma UFB com outra, avaliando-se se uma desempenha melhor do que a outra, mas não sabendo-se concretamente se ambas desempenham bem ou mal, ou se uma bem e outra não). Portanto, parece haver pouco, ou nenhum, investimento técnico humano e material, além de pouca maturidade civilizatória e política, de ambas as partes, governo e UFB, para desenvolver metodologias corretas, e calcadas nos melhores padrões internacionais e na realidade concreta Brasileira, para o levantamento de necessidades orçamentárias. Não se trata de um raciocínio ingênuo imaginar que uma questão dessas resolver-se-ia apenas por critérios técnicos, excluindo pressões e questões sociais, econômicas e políticas, mas de, por exemplo, chegar-se a um consenso maduro estabelecendo no mínimo uma metodologia para se calcular uma faixa orçamentária, entre um limite mínimo para um “funcionamento aceitável” das

UFB e um máximo para um “funcionamento ideal”. Dentro dessa faixa as negociações poderiam se dar sujeitas a legítimos e civilizados interesses, pressões e necessidades políticas, econômicas e sociais, como se espera em uma sociedade moderna.

Além da ausência de uma metodologia de cálculo de necessidade orçamentária, a própria metodologia de distribuição apresenta elementos conceitualmente criticáveis. O fato de que a distribuição é comparativa estabelece um clima competitivo e não cooperativo dentro do sistema e, pior, não permite avaliar o real estágio de desenvolvimento e de desempenho de cada UFB. Como colocado anteriormente, apenas mede-se que uma dada UFB tem melhor desempenho do que outra e, por isso, mereceria mais recursos. Isso pode levar a uma série de distorções: i) se o montante é suficiente para todos, por exemplo, eventualmente a UFB de maior desempenho poderia receber mais recursos do que o necessário; ii) a “melhor” UFB pode não ter um bom desempenho, e estar recebendo muitos recursos, já que o seu desempenho absoluto não é avaliado; iii) da mesma forma, a “pior” UFB pode ter um bom desempenho, e estar recebendo poucos recursos; iv) mesmo que, eventualmente, as piores UFB não tenham um bom desempenho, retirar recursos de quem já não está tendo bom desempenho não parece ser uma boa política, pois isso tenderia a levar a desempenhos ainda piores; v) embora a quantidade de alunos-equivalentes, principal insumo da Matriz ANDIFES, tenha certamente um impacto na necessidade orçamentária, vários outros insumos são necessários para se determinar essa necessidade.

Assim, utilizar critérios que têm uma forte conotação no desempenho acadêmico, e não necessariamente na necessidade orçamentária, é compreensível, no sentido de incentivar um bom desempenho, mas deveria ter um peso marginal em relação aos critérios fortemente influentes na necessidade de recursos orçamentários. Por outro lado, as UFB poderiam ser exigidas por um certo desempenho mínimo, mas absoluto e não comparativo, e aquelas que não alcançassem esse patamar mínimo desejado deveriam ter outro tipo de tratamento para sanar os eventuais problemas, que não a redução de seu orçamento (eventualmente, inclusive, para se superar as causas de um desempenho inadequado são necessários justamente mais recursos). Portanto, a estimativa de custos de operação para cada Universidade Federal é essencial para que se possa fundamentar a necessidade de recursos a ser a ela destinados, e tende a ser o parâmetro mais adequado para distinção no momento do cálculo do percentual a ser distribuído, tendo em vista as especificidades de cada uma delas, bem como suas distintas missões.

Mesmo abstraindo as questões mais conceituais e estruturantes discutidas anteriormente, ainda assim persistem fragilidades na Matriz ANDIFES, até porque não existe modelo perfeito, e por isso a Matriz de Outros Custeios e Capital deveria passar por ajustes e melhorias ao longo do tempo, o

que é corroborado por outros autores como Sant'Ana (2015). Por exemplo, seria recomendável realizar revisões dos indicadores Fator Retenção e Peso do Grupo, inserir nos cálculos uma variável voltada para a Extensão (e possivelmente também para a Pesquisa, que só entra indiretamente através da Pós-Graduação) e revisar a proporção definida para o Aluno Equivalente (90%) e Eficiência e Qualidade (10%) adotada pelo modelo atual. A revisão do Fator Retenção diz respeito ao fato da Matriz ANDIFES utilizar tempos de conclusão de cursos padronizados (duração média), ou seja, ela não confronta a retenção real dos cursos e o seu tempo máximo de integralização, bem como não identifica qual a repercussão financeira destas distorções para o financiamento das Universidades Federais. Ou seja, uma dada UFB y deixa de receber recursos para manutenção dos alunos após o prazo médio de duração pré-fixado para a sua permanência no curso e, após este período, esses alunos têm seus custos atendidos por outras fontes de recursos, mas a Universidade Federal não mais receberá valores por estes alunos.

Para além das fragilidades apontadas anteriormente em relação à Matriz ANDIFES, e mesmo por conta delas, quando se observa o processo orçamentário das Universidades Federais e se considera as demandas apontadas por esse trabalho, percebe-se que o processo de distribuição entre os *campi* e a alocação interna dos recursos entre suas unidades universitárias necessita ser aprimorado, tornando essa distribuição uma importante ferramenta para alcance dos objetivos departamentais e institucionais. Para isso, necessita-se pensar e desenvolver os mecanismos que orientam essa distribuição. A pesquisa bibliográfica realizada demonstrou que diversas universidades federais, como a UFLA, a UNIFAL, a UTFPR, a UFV, a UFSCar, a UFPA, a UNIVASF, a UFG, a UFPel, a UFU, a UFRJ e a UFBA, trabalham no desenvolvimento de modelos baseados na Matriz de Outros Custeios e Capital, ou assemelhados, como forma de alocar melhor seu orçamento e, conseqüentemente, melhorar o seu desempenho frente às demandas institucionais, o que será alvo de discussão no próximo capítulo. Para facilitar a compreensão e comparação dos modelos, optou-se por realizar, onde foi possível, a padronização das nomenclaturas utilizadas pelas universidades federais estudadas na descrição das suas variáveis.

4. MODELOS DE ALOCAÇÃO INTERNA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESENVOLVIDOS POR UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Neste capítulo são descritos os diversos modelos que foram encontrados para alocação interna de recursos orçamentários desenvolvidos por diversas Universidades Federais brasileiras. A fim de facilitar a leitura e o entendimento, procurou-se, tanto quanto possível, uniformizar as nomenclaturas utilizadas, não se utilizando, portanto, necessariamente as nomenclaturas originais utilizadas pelas diversas universidades. Desta forma, embora mantidas no texto as denominações originais de cada uma das diferentes universidades, considera-se aqui, genericamente, os centros de custo acadêmicos, ou seja, não administrados pela administração central, como Unidades Universitárias e os centros de custo administrados pela administração central, ou por órgãos a ele ligados, como Unidades Administrativas.

4.1. Modelo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

A UTFPR, através das Resoluções nº 04/2012 (UTFPR, 2012) e nº 6/2013 (UTFPR, 2013) do Conselho de Planejamento de Administração (COPLAD), passou a adotar uma matriz própria para alocação dos recursos orçamentários com base no quantitativo de alunos matriculados e ponderada por pesos atribuídos aos cursos. As informações para a realização deste procedimento são extraídas do Sistema Acadêmico e são deduzidos do orçamento, antes dos rateios, os percentuais abaixo:

- 1) Para contemplar as despesas da Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias de Gestão é reservado, sobre o montante dos recursos recebidos do MEC, o percentual de 7,2% com base no histórico das últimas despesas efetuadas;
- 2) Visando atender despesas comuns entre os *campi* e compor uma reserva emergencial são assegurados 10% do orçamento. Como exemplo de despesas comuns tem-se o transporte dos malotes entre os *campi*, telefonia móvel, serviço de comunicação de dados, entre outras;
- 3) É reservado 1% do orçamento da universidade para atendimento das Unidades de Ensino e Pesquisa do *campus* Dois Vizinhos (UNEPE) onde funcionam, para fins didáticos, laboratórios de demonstração de sistemas de produção de animais, grãos, hortaliças, mudas, frutas, mecanização, entre outros.

Para o rateio aos Departamentos e Setores, a UTFPR adota a matriz interna discriminada abaixo e o seu cálculo é baseado nas variáveis extraídas do seu Sistema Acadêmico e que se encontram também expostas no portal institucional (UTFPR, 2012):

$$PART_u = \frac{0,45 \cdot Nm_u + 0,30 \cdot NDT_u + 0,10 \cdot IQCD_u + 0,15 \cdot AP_{Lab,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} (0,45 \cdot Nm_i + 0,30 \cdot NDT_i + 0,10 \cdot IQCD_i + 0,15 \cdot AP_{Lab,i})} \quad (20)$$

onde:

U refere-se a uma Unidade Universitária específica;

NDT_u é a quantidade de técnico-administrativos e docentes da Unidade Universitária u ;

$IQCD_u$ é a titulação docente;

$AP_{Lab,u}$ é a área percentual de laboratório da Unidade Universitária u ;

N_{UU} é o número de Unidades Universitárias.

Para a definição da quantidade de técnico-administrativos e docentes da Unidade Universitária u utiliza-se a expressão abaixo:

$$NDT_u = 0,85 \cdot (20H + 2 \cdot 40H + 6 \cdot DE) + 0,15 \cdot T_{ADM} \quad (21)$$

onde:

$20H$ é a quantidade de docente com carga horária de 20 horas;

$40H$ é a quantidade de docente com carga horária de 40 horas;

DE é a quantidade de docente em regime de dedicação exclusiva;

T_{ADM} é o quantitativo de técnico-administrativos da Unidade Universitária u .

Para a definição do índice de titulação docente da Unidade Universitária u utiliza-se a expressão abaixo:

$$IQCD_u = \frac{D_G + D_E + 5 \cdot D_M + 5 \cdot D_D}{TD_u} \quad (22)$$

onde:

D_G é a quantidade de docente com curso de graduação;

D_E é a quantidade de docente com curso de especialização;

D_M é a quantidade de docente com Mestrado;

D_D é a quantidade de docente com Doutorado;

TD_u é o Total de docentes da Unidade Universitária u .

O valor da variável $A_{Lab,u}$ a ser utilizado na Eq. 20 será correspondente à parcela percentual de participação de representatividade da área física de laboratório (em m²) da unidade universitária u no conjunto delas, de acordo com a Eq. 23:

$$AP_{Lab,u} = 100 \cdot \frac{A_{Lab,u}}{\sum_{u=1}^{N_{UU}} A_{Lab,u}} \quad (23)$$

onde:

$A_{Lab,u}$ é a área de laboratório da Unidade Universitária u .

Portanto, dada uma quantidade RO_j de recursos orçamentários totais para a universidade alocar, o recurso orçamentário destinado a uma dada Unidade Universitária u , RO_u , é dado pela seguinte expressão:

$$RO_u = PART_u \cdot RO_j \cdot \left(1 - \sum_{i=1}^{N_{UA}} \beta_i \right) \quad \beta = [0,072 \ 0,1 \ 0,01] \quad (24)$$

onde:

N_{UA} é o número de Unidades Administrativas, ou equivalentes, que recebem recursos orçamentários.

Os recursos destinados às Unidades Administrativas são dados por:

$$RO_u = \beta_u \cdot RO_j \quad (25)$$

4.2. Modelo da Universidade Federal de Lavras (UFLA)

O estudo de Silva *et al.* (2012) relata a experiência de adoção de um modelo de alocação de recursos orçamentários na UFLA. A experiência é relevante, uma vez que coloca em evidência a discussão pela não existência de critérios objetivos para a distribuição interna destes recursos e propõe a adoção de uma metodologia específica para este fim, baseada na Matriz de Outros Custeios e Capital (OCC) do Governo Federal conforme as Eqs. 4 a 10 e 26. A base da metodologia proposta pela UFLA encontra-se em incentivar que seus departamentos se tornem cada vez mais eficientes e com isso propiciem uma menor retenção de alunos, gerando um acréscimo no número de diplomados e, conseqüentemente, uma melhora no desempenho institucional perante o Ministério da Educação (MEC) para repasse dos recursos. A implementação do modelo conta com o suporte de um Sistema desenvolvido pela própria UFLA através da sua Diretoria de Gestão de Tecnologia de Informação que permite acompanhar o plano de aplicação dos recursos, sendo uma parte da responsabilidade transferida aos departamentos, buscando dinamizar procedimentos internos. A sua formulação foi disposta da seguinte forma (Silva *et al.*, 2012):

$$PART_u = \frac{(0,7 \cdot Ne_u + 0,1 \cdot Prod_u + 0,1 \cdot Ext_u + 0,1 \cdot AP_{Con,u}) \cdot (1 + FE)}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} (0,7 \cdot Ne_i + 0,1 \cdot Prod_i + 0,1 \cdot Ext_i + 0,1 \cdot AP_{Con,i}) \cdot (1 + FE)} \quad (26)$$

onde:

Ne_u é o número total de alunos equivalentes da Unidade Universitária u , calculado de acordo com Eqs. 4 a 10;

$Prod_u$ é a produção científica por Unidade Universitária;

Ext_u é a produção extencionista por Unidade Universitária;

$AP_{Con,u}$ é a área física percentual por Unidade Universitária;

FE é o fator eficiência; esse indicador corresponde ao inverso do índice de retenção médio das disciplinas ofertadas pela Unidade Universitária nas suas respectivas áreas, conforme critérios estabelecidos pela Tabela 28; o fator varia de 0 a 1.

A variável $Prod_u$ é calculada através dos números de artigos publicados em revistas, livros publicados, capítulos de livros, depósitos de patentes, registros de *softwares* e cultivares, e projetos financiados. Os dados são extraídos da plataforma Lattes, e essa produção é relativizada pelo total de docentes pertencentes à unidade, conforme a Eq. 27:

$$Prod_u = \frac{\sum_{i=1}^{N_{TPC}} wp_i \cdot ALCP_{u,i}}{ND_u} \quad (27)$$

onde:

N_{TPC} é o número de tipos de produção científica;

$ALCP_{u,i}$ são os números de artigos publicados em revistas, livros publicados, capítulos de

livros, depósitos de patentes, registros de *softwares* e cultivares, projetos financiados e outras produções científicas desenvolvidas pela Unidade Universitária u ;

wp_i são os pesos das respectivas produções i de acordo com sua relevância;

ND_u é o número de docentes da Unidade Universitária u .

A variável Ext_u corresponde ao total dos cursos, projetos, programas e outras atividades de extensão desenvolvidas pela Unidade Universitária u . Os dados são fornecidos pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura que também é o setor responsável pelos respectivos cadastramentos. Esse valor na Matriz é relativizado pelo total de docentes de cada unidade, conforme mostra a Eq. 28:

$$Ext_u = \frac{\sum_{i=1}^{N_{TPE}} we_i \cdot PEC_{u,i}}{ND_u} \quad (28)$$

onde:

N_{TPE} é o número de tipos de produção extensionista;

$PEC_{u,i}$ são os programas, projetos, produções e publicações, cursos, prestações de serviços, eventos de extensão e outras modalidades de extensão desenvolvidas pela Unidade u ;

we_i são os pesos das respectivas atividades de extensão i .

O valor da variável $A_{Con,u}$ a ser utilizado na Eq. 26 é correspondente à parcela percentual de representatividade da área física da Unidade Universitária (em m²) no conjunto delas, de acordo com a Eq. 29:

$$AP_{Con,u} = 100 \cdot \frac{A_{Con,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} A_{Con,i}} \quad (29)$$

onde:

$A_{Con,u}$ é a área física por Unidade Universitária.

Portanto, dada uma quantidade RO_j de recursos orçamentários totais para a universidade alocar, o recurso orçamentário destinado a uma dada Unidade Universitária u , RO_u , é dado pela seguinte expressão (embora não esteja explicitamente indicado na fonte consultada, naturalmente alguma parcela dos recursos deve ser separada para Unidades Administrativas):

$$RO_u = PART_u \cdot \left(RO_j - \sum_{i=1}^{N_{UA}} RO_i \right) \quad (30)$$

4.3. Modelo da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

O modelo proposto pela UNIFAL-MG utiliza como referência o aluno-equivalente que engloba três fatores: a “dimensão”, mensurada pelo quantitativo de alunos matriculados em cursos novos e os diplomados nos cursos considerados estáveis; a “necessidade”, mensurada através da atribuição de pesos aos cursos; e a “produtividade”, que é mensurada através dos números de matriculados e diplomados. Também é realizada uma reserva orçamentária, chamada de “Reserva Técnica”, com objetivo de subsidiar possíveis distorções da utilização do modelo.

O procedimento consiste em aplicar o conceito de aluno-equivalente às unidades acadêmicas para obtenção da sua representatividade. O resultado obtido do aluno equivalente é aplicado à divisão de cursos por Unidade Acadêmica, observando-se a representatividade ou participação que cada Unidade possui no referido curso. O quesito utilizado para mensurar a representatividade dos cursos em cada unidade são as disciplinas. Ou seja, como as disciplinas são vinculadas às unidades, elas são computadas através da grade curricular, elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação, com as respectivas cargas horárias disponibilizadas para todas as graduações. Sendo assim, conhecendo

quantas horas aulas estão programadas para cada Unidade Acadêmica, busca-se na determinar, em níveis percentuais, quanto de cada curso é ministrado por cada uma delas, e utilizam-se os dados dessa divisão como suporte para alcance da representatividade no quesito “Aluno-Equivalente” entre as respectivas unidades para repasse dos recursos orçamentários, conforme as Tabelas 2 a 4 e através da utilização das Eqs. 4 a 10.

Tabela 2 - Cálculo do Aluno-Equivalente da UNIFAL (UNIFAL, 2010)

SIMULAÇÃO DE CÁLCULO DO ALUNO-EQUIVALENTE UNIFAL									
CURSO	Nfte(g)	SEDE	D	R	PG	Ni	Nm	Ndi	NOVO
Farmácia	911	S	5	0,07	2	100	497	81	N
Odontologia	2341	S	5	0,07	4,5	100	450	97	N
Enfermagem	289,2	S	5	0,07	1,5	40	152	35	N
Ciências Biológicas Bach.	213	S	4	0,13	2	40	137	19	N
Nutrição	267,5	S	5	0,07	2	45	158	19	N
Química Bach.	171,8	S	4	0,13	2	40	156	13	N
Ciências Biológicas Lic.	192	S	4	0,13	2	40	142	16	N
Ciências da Computação	160,5	S	4	0,13	1,5	0	107	0	S
Física	124	S	4	0,13	2	40	62	0	S
Matemática	105	S	4	0,13	1,5	40	70	0	S
Pedagogia	114	S	4	0,1	1	40	114	0	S
Biotecnologia	230	S	4	0,13	2	40	115	0	S
Geografia Bach.	110	S	4	0,1	1	40	110	0	S
Geografia Lic.	105	S	4	0,1	1	39	105	0	S
Química Lic.	186	S	4	0,13	2	40	93	0	S
Biomedicina	184	S	4	0,13	2	40	92	0	S
Letras Bach.	20	S	4	0,12	1	20	20	0	S
Letras Lic.	20	S	4	0,12	1	20	20	0	S
História Lic.	35	S	4	0,1	1	40	35	0	S
Ciências Sociais Bach.	17	S	4	0,1	1	20	17	0	S
Ciências Sociais Lic.	17	S	4	0,1	1	20	17	0	S
Fisioterapia	70,5	S	5	0,07	1,5	49	47	0	S
Bach. Ce Td.	254	N	3	0,08	2	131	127	0	S
Bach. Ce Tn.	248	N	3	0,08	2	131	124	0	S
Bach. Ce Ed.	113	N	3	0,12	1	167	113	0	S
Bach Ce En.	167	N	3	0,12	1	128	167	0	S

Nfte(g) é o número total de alunos equivalentes de graduação (Ne_G); SEDE: se o curso é na sede (S) ou fora de sede (N); D é a duração média do curso (D); R é o coeficiente de retenção do curso (R); PG é o peso do grupo ao qual pertence o curso (PG); Ni é o número de ingressantes (Ni); NMR é o número de alunos matriculados efetivos (Nm); Ndi é o número de diplomados (Nd); NOVO: se o curso é novo (S) ou não (N).

O modelo não considera bônus por cursos Noturnos ou Fora da Sede, ou seja, esses critérios não entram no cálculo. Portanto, na Tabela 2 a coluna SEDE visa informar somente se o curso é ofertado ou não dentro da Sede e a coluna NOVO tem como objetivo informar se o curso ofertado é novo ou não. Assim, dada uma quantidade RO_j de recursos orçamentários totais para a universidade alocar, o recurso orçamentário destinado a uma dada Unidade Universitária u , RO_u , é dado pela seguinte expressão:

$$RO_u = PART_u \cdot \left(RO_j - \sum_{i=1}^{N_{UA}} RO_i \right) \quad (31)$$

$$PART_u = \frac{Ne_{u,G}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} Ne_{i,G}} \quad (32)$$

$$Ne_{u,G} = Ne_{u,CGC} + Ne_{u,CNI} \quad (33)$$

$$Ne_{u,CGC} = \sum_{k=1}^{NC_{u,CGC}} \left\{ [Nd_{u,k} \cdot D_{u,k} \cdot (1 + R_{u,k})] + \left[\frac{Ni_{u,k} - Nd_{u,k}}{4} \cdot D_{u,k} \right] \right\} \cdot PG_{u,k} \quad (34)$$

$$Ne_{u,CNI} = \sum_{k=1}^{NC_{u,CNI}} Nm_{u,k} \cdot PG_u \quad (35)$$

Como colocado anteriormente, o número de alunos equivalentes de uma dada Unidade Universitária é igual à soma das contribuições da UU na carga horária de cada curso, portanto:

$$Ne_{u,G} = \sum_{i=1}^{NC_G} Ne_{i,G} \cdot \frac{pch_{i,u,G}}{100} \quad (36)$$

onde:

NC_G é o número de cursos de graduação da universidade;

$Ne_{i,G}$ é o número de alunos equivalentes do curso de graduação i ;

$pch_{i,u,G}$ é o percentual de carga horária do curso de graduação i na Unidade Universitária u .

Tabela 3 - Hora Aula dos Cursos por Unidade Acadêmica (%) da UNIFAL (UNIFAL, 2010)

PERCENTUAL DE HORAS DADAS POR DEPARTAMENTO											
CURSO	EE	FCF	FANS	FAO	ICT	ICB	ICN	ICEX	ICHL	ICSA	TOTAL
Farmácia	-	0,57	0,04	-	-	0,16	0,03	0,18	0,02	-	1
Odontologia	-	-	-	0,68	-	0,23	0,01	0,04	0,04	-	1
Enfermagem	0,6	0,08	-	-	-	0,22	0,01	0,05	0,05	-	1
Ciências Biológicas Bach.	-	0,02	-	-	-	0,13	0,7	0,12	0,03	-	1
Nutrição	-	0,05	0,62	-	-	0,19	0,01	0,09	0,04	-	1
Química Bach.	-	0,09	0,06	-	-	0,06	0,02	0,76	0,01	-	1
Ciências Biológicas Lic.	-	-	-	-	-	0,23	0,42	0,12	0,22	-	1
Ciências da Computação	-	-	-	-	-	-	-	0,99	0,01	-	1
Física	-	-	-	-	-	-	-	0,8	0,2	-	1
Matemática	-	-	-	-	-	-	-	0,8	0,2	-	1
Pedagogia	-	-	-	-	-	-	0,07	0,05	0,88	-	1
Biotecnologia	-	0,1	-	-	-	0,1	0,23	0,54	0,03	-	1
Geografia Bach.	-	-	-	-	-	-	0,88	0,05	0,07	-	1
Geografia Lic.	-	-	-	-	-	-	0,76	0,04	0,2	-	1
Química Lic.	-	0,03	-	-	-	-	0,02	0,74	0,2	-	1
Biomedicina	-	0,04	-	-	-	0,25	0,14	0,21	0,03	-	1
Letras Bach.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Letras Lic.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
História Lic.	-	-	-	-	-	-	0,03	-	0,97	-	1
Ciências Sociais Bach.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Ciências Sociais Lic.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Fisioterapia	0,58	0,07	-	-	-	0,31	-	0,04	-	-	1
Bach. Ce Td.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Bach. Ce Tn.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Bach. Ce Ed.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Bach Ce En.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1

EE: Escola de Enfermagem; ICB: Instituto de Ciências Biomédicas; ICN: Instituto de Ciências da Natureza; ICHL: Instituto de Ciências e Letras; ICEX: Instituto de Ciências Exatas; ICSA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; ICT: Instituto de Ciência e Tecnologia; FAO: Faculdade de Odontologia; FANS: Faculdade de Nutrição; FCF: Faculdade de Ciências da Farmácia.

**Tabela 4 - Aplicação do Modelo de Alocação dos Recursos por Unidade na UNIFAL
(UNIFAL, 2010)**

PERCENTUAL DE ALUNO EQUIVALENTE POR UNIDADE											
CURSO	EE	FCF	FANS	FAO	ICT	ICB	ICN	ICEX	ICHL	ICSA	TOTAL
QTDE	214	679	213	1592	502	972	557	1136	521	280	6666
%	3,21%	10,18%	3,19%	23,88%	7,53%	14,58%	8,36%	17,04%	7,82%	4,20%	100,00%

4.4. Modelo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

O primeiro modelo praticado pela UFSCar é datado de 1992 e o atual foi implantado em 1998, mas já sofreu quatro atualizações até o presente momento. A distribuição interna de recursos na UFSCar se inicia após a tomada de conhecimento sobre o montante orçamentário para custeio a que instituição terá direito para o exercício mediante repasse do Ministério da Educação e tem como lógica a participação por elemento de despesa.

A responsabilidade pela distribuição interna desses recursos nos Centros é de competência da Direção do Centro e a utilização desses recursos ocorre dentro de um contexto já estipulado pela instituição conforme os critérios aprovados pelo Conselho Universitário (CONSUNI) e implementados pela Comissão para Assuntos de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA), que é uma instância cuja existência também merece ser destacada. A CANOA tem a responsabilidade de atualizar permanentemente o modelo, sendo composta por representantes de todos os Centros de Custos, incluindo a Reitoria, Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), Centro de Educação e Ciências Humanas (CEEH), Campus Sorocaba (CAS), Prefeitura Universitária (PU) e Secretária geral de Informática (SIN).

O primeiro passo da distribuição consiste em atender às solicitações que não puderam ser contempladas no exercício anterior, onde estão compreendidos aquisição de materiais de consumo, serviços de pessoas física e jurídica, bem como reformas e despesas com concursos. O segundo passo visa atender prioritariamente demandas coletivas a partir do que restou do orçamento para custeio. E o terceiro e último passo consiste na distribuição do saldo remanescente entre os Centros, na percentagem de sua representatividade ($PART_u$ percentual), conforme mostrado na Figura 1. Portanto:

$$RO_u = PART_u \cdot \left(RO_j - D_{ANC} - D_{COL} - \sum_{i=1}^{N_{UA}} RO_i \right) \quad (37)$$

onde as demandas de Unidades Administrativas incluem, por exemplo, Reitoria, PU e SIN e:

D_{ANC} é demandas anteriores não contempladas;

D_{COL} é demandas coletivas.

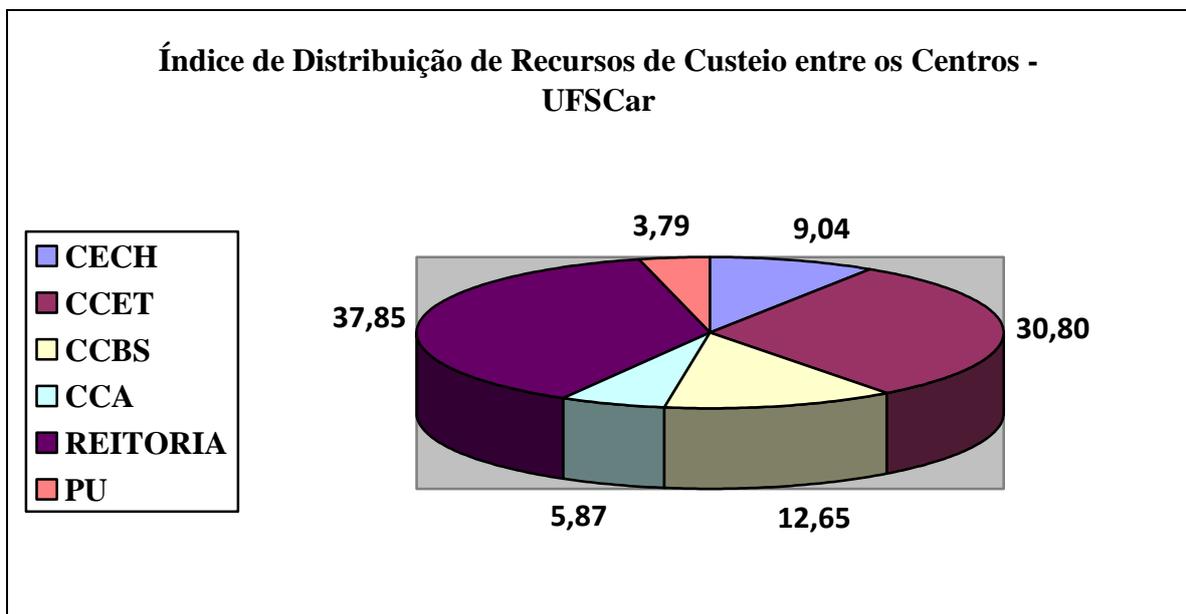


Figura 1 - Índice de Distribuição de Recursos de Custeio ($Part_u$ Percentual) entre os Centros - UFSCar (UFSCar, 2001).

O índice de distribuição da Matriz Interna da UFSCar é desenvolvido inicialmente para cada elemento de despesa e logo em seguida são agregados por Centros de Custos, dando assim origem ao Índice por Centro de Custos. A distribuição de recursos por elemento de despesa ocorre separando-as entre três categorias: gerais; centralizadas; e específicas. São consideradas gerais as despesas relativas à utilização de bens e serviços de interesse da Universidade como um todo, por exemplo: bancas, aulas práticas, patrulheiros, vigilância, limpeza, urbanização, eletricidade, creche, auxílio às coordenações de curso, entre outras. Considera-se como centralizadas as despesas relativas ao uso de bens e serviços, de interesse geral ou não, de execução centralizada, por exemplo: assistência médica, comissões de avaliações, infraestrutura, reformas, construções, diário

oficial, publicações oficiais, divulgação da Universidade, manutenção de expediente, entre outras. São consideradas específicas as despesas relativas à utilização de bens e serviços de acordo com a área específica do conhecimento, por exemplo: reprografia, manutenção de escritório, combustível, diárias, locomoção, correio, entre outras.

São considerados no procedimento 7 variáveis (número de docentes, número de servidores técnico-administrativos, número de alunos atendidos pelo centro, área construída, área de laboratório, crédito prático e crédito teórico) e 5 elementos de despesa (pessoa física, passagens, diárias, pessoa jurídica e material de consumo), e o fator atualização, que representa o crescimento relativo desses elementos, é calculado considerando as variáveis que impactam os elementos de despesa e a relação entre estas variáveis nos dois períodos analisados. Vale ressaltar também que cada variável recebe um “Peso Relativo”, como pode ser verificado na Eq. 38 (UFSCar, 2001):

$$FA_{u,i} = \sum_{k=1}^{N_V=7} V_{u,k} \cdot Peso_k \quad (38)$$

onde:

$FA_{u,i}$ é o fator atualização, valor numérico que representa o crescimento relativo de cada uma das variáveis por Centro de Custos u e elemento de despesa i ;

N_V é o número de variáveis;

$V_{u,k}$ são as variáveis que impactam os elementos de despesa;

$Peso_k$ é o peso relativo de cada uma das variáveis.

Após o cálculo do fator de atualização, o seguinte procedimento é utilizado:

- O fator atualização é multiplicado pelo índice por elemento de despesa utilizado no período anterior para adequar a proporção, sendo encontrado o índice por elemento de despesa atual;
- Cada índice encontrado por elemento de despesa é aplicado sobre o orçamento executado no período anterior;

- O somatório dos valores encontrados por Centro de Custo é a estimativa de execução que permite a criação dos Índices por Centro de Custos.

Portanto:

$$PART_{u,i} = PART_{u,i,ant} \cdot FA_{u,i} \quad (39)$$

$$\overline{RO}_{u,i} = PART_{u,i} \cdot \left(RO_{j,ant} - D_{ANC,ant} - D_{COL,ant} - \sum_{i=1}^{N_{UA}} RO_{i,ant} \right) \quad (40)$$

$$PART_u = \frac{\sum_{i=1}^{N_{ed}=5} \overline{RO}_{u,i}}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} \sum_{i=1}^{N_{ed}=5} \overline{RO}_{k,i}} \quad (41)$$

onde:

$PART_{u,i}$ representa a fração de participação de representatividade do elemento de despesa i da Unidade Universitária u no total de recursos orçamentários da universidade;

Ant é um subscrito que refere-se ao ano anterior;

$\overline{RO}_{u,i}$ é o recurso orçamentário para elemento de despesa i na Unidade Universitária u , calculada com base no recurso orçamentário do ano anterior;

N_{ed} é o número de elementos de despesa.

O modelo estabelece a criação de uma tabela com os valores de V_k para cada centro de custo e outra com as razões, para cada variável V_k e cada centro de custo, entre o valor do ano x e o valor do ano y , por exemplo: razão entre o número de docentes do ano x e número de docentes do ano y para cada centro de custo. Verifica-se nos índices gerados a relação entre os elementos de despesa e as variáveis então estabelecidas, bem como são atribuídos pesos para cada variável V_k , relativizando-as entre si segundo a importância delas na geração de despesas na UFSCar. São considerados os valores de peso para as variáveis V_k conforme descrição abaixo:

- Número de Docentes igual a 2,5;
- Número de servidores técnico-administrativo igual a 1,5;
- Número de alunos atendidos pelo centro igual a 1,2;
- Área construída igual a 0,5;
- Área de laboratório igual a 1,0;
- Crédito prático igual a 3,0;
- Crédito teórico igual a 0,6.

4.5. Modelo da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

A preocupação com a distribuição interna dos recursos na Universidade Federal de Viçosa teve início no ano de 1994 com a implantação da Matriz de Diárias, sendo seus estudos aprimorados nos anos de 1997, com o acréscimo da Matriz de Passagem Aérea, e 2001, com a introdução das Matrizes de Consumo e Material Permanente (UFV, 1994, 1998, 2014).

A proposta de divisão interna dos recursos orçamentários da UFV começa a ser elaborada no mês de dezembro do ano anterior àquele da implementação. Após o conhecimento do orçamento disponível para o exercício, são aplicadas as matrizes técnicas para divisão dos recursos entre as unidades gestoras. Cada matriz possui características próprias ao considerar indicadores e pesos distintos para as áreas administrativa e acadêmica.

Atualmente são quatro matrizes de distribuição interna de recursos que são: Passagem Aérea; Diária; Material Permanente; e Material de Consumo, que é subdividida em Ração, Garagem, Veículo, Gráfica e Cartuchos. O modelo estabelece a definição de dotações ou cotas orçamentárias que são calculadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO) mediante o somatório total dos índices de participação de cada Centro, bem como o estabelecimento da razão para alocação entre as áreas acadêmica e administrativa para o exercício dos Centros. Cabe aos Diretores dos Centros administrarem toda a dotação orçamentária do Centro e de seus departamentos. Vale destacar que o recurso é dividido entre esses quatro elementos (Passagem Aérea, Diária, Material Permanente e Material de Consumo) a partir da obtenção do somatório do número de itens e mensuração da participação de cada departamento no conjunto deles [de acordo com UFV (1994), à

Diretoria de cada Centro é destinado um índice de participação correspondente à média dos índices dos departamentos a ele pertencentes, denominado “Reserva Técnica”]. O valor orçamentário que cada departamento receberá será conhecido ao multiplicar este índice pelo valor a ser distribuído, em uma equação semelhante à Eq. 2.

O modelo desenvolvido e praticado pela UFV é atualizado anualmente por meio da sua Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento com auxílio das Diretorias dos respectivos Centros. Para o ano de 2014, a UFV utilizou suas matrizes de acordo com as Tabelas 5-8 (UFV, 2014). A divisão entre as áreas acadêmica e administrativa é feita de acordo com as Tabelas 7-8, onde estão ilustradas as respectivas variáveis que compõem as matrizes/ modelos. O cálculo dos vários IPH (Índices de Participação Histórica) ocorre conforme a Tabela 6, utilizando a média dos últimos 4 anos de gastos com cada elemento de despesa. De acordo com UFV (2014), “As matrizes de Passagem Aérea, Diária, Ração, Garagem, Gráfica, Veículos e Cartuchos tem como única variável o Índice de Participação Histórica (IPH) do elemento de despesa de cada Matriz.”. Além disso, embora seja afirmado que o elemento Material de Consumo seja subdividido em Ração, Garagem, Veículo, Gráfica e Cartuchos, consta um item “Material de Consumo”, adicionalmente aos outros cinco sub-itens, inferindo-se que exista um sub-item “Material de Consumo - Outros”. Desta forma, as tabelas aqui apresentadas complementam aquelas apresentadas em UFV (2014), com base nessas interpretações.

Tabela 5 - Metodologia UFV - 2014 (UFV, 2014)

METODOLOGIA UFV – 2014		
VARIÁVEL	CONCEITO	FÓRMULAS
CHDD*	Carga Horária Docente Disponível	$[(N^{\circ} \text{ de Docentes } 40h + N^{\circ} \text{ de Docentes Dedicção Exclusiva}) \cdot 40] + [(N^{\circ} \text{ de Docentes } 20h) \cdot 20]$
IQCD*	Índice de Qualificação do Corpo Docente	$[(N^{\circ} \text{ Doutor} \cdot 5 + N^{\circ} \text{ de Mestre} \cdot 3 + (\text{Especialização}) \cdot 2 + \text{Graduação}] / (N^{\circ} \text{ de Docentes})$
AUC*	Área Útil Construída	% AUC (Valor Relativo)
CHADM*	Carga Horária Administrativa	Nº de Servidores Técnico-Administrativos · 40 (Carga Horária Semanal)
ADIS**	Alunos Matriculados nas Disciplinas	(Alunos da Graduação) + (Alunos de Pós-Graduação)
IPCI**	Índice de Produção Científica	Produção Científica / Nº de Docentes
IAE**	Índice de Atividade de Extensão	Somatório das Atividades de Extensão (sem taxa de inscrição) no ano / Nº de Docentes
IPP**	Índice de Projetos de Pesquisa	Somatório dos Projetos de Pesquisa / Nº de Docentes
CHPRA**	Carga Horária de Aula Prática	Carga Horário dos Docentes do Departamento em Aulas Práticas p/ Graduação e Pós-Graduação
CHTEO**	Carga Horária de Aula Teórica	Carga Horário dos Docentes do Departamento em Aulas Teóricas p/ Graduação e Pós-Graduação
* Base de dados: Dezembro de 2013		
** Base de dados: Dezembro de 2012 (Devido a greve, o ano letivo não foi encerrado em dezembro de 2013)		

Tabela 6 - Metodologia UFV - 2014 (Detalhamento) (UFV, 2014)

METODOLOGIA UFV – 2014		
VARIÁVEL	CONCEITO	FÓRMULAS
IPH PASS AÉREA*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Passagem Aérea	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH DIÁRIAS*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Diárias	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH PERMANENTE*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Ração	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH MAT*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Material de Consumo	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH RAÇÃO*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Ração	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH GARAGEM*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Garagem	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH VEÍCULO*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Veículo	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH GRÁFICA*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Gráfica	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
IPH CARTUCHOS*	Índice de Participação Histórica do Gasto com Cartuchos	Média dos últimos 04 anos de gasto com o elemento
Nº de SERVIDORES (NT)**	Nº de Servidores Técnico-Administrativo	Nº de Servidores Técnico-Administrativo
* Base de dados: 2010, 2011, 2012 e 2013		
** Base de dados: Dezembro de 2013		

Tabela 7 - Matrizes e Pesos das Variáveis (%) - Área Acadêmica 2014 - UFV (UFV, 2014)

MATRIZES E PESOS DAS VARIÁVEIS (%) - ÁREA ACADÊMICA 2014									
Variável	Passagem aérea (PA)	Diárias (D)	Permanente (P)	Consumo – outros (CO)	Ração (R)	Garagem (G)	Veículo (V)	Gráfica (Gr)	Cartuchos (C)
AUC			8	25					
CHADM			2	5					
CHDD	25	35	4	3					
IQCD	30	15							
IPCI	30	15							
IAE	15	15	6	5					
ADIS		20	10	10					
IPP			15	8					
CHPRA			50	41					
CHTEO			5	3					
IPH					100	100	100	100	100
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 8 - Matrizes e Pesos das Variáveis (%) - Área Administrativa 2014 - UFV (UFV, 2014)

MATRIZES E PESOS DAS VARIÁVEIS (%) - ÁREA ADMINISTRATIVA 2014									
Variável	Passagem aérea	Diárias	Permanente	Consumo - outros	Ração	Garagem	Veículo	Gráfica	Cartuchos
AUC			10	10					
IPH	100	100	70	70	100	100	100	100	100
NT			20	20					
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Embora não esteja exatamente claro e preciso na descrição original das matrizes (UFV, 1994, 1998, 2014), infere-se que o modelo da UFV pode ser dado pelo seguinte conjunto de equações. Para um dado elemento de despesa ed , ($ed= PA, D, P, CO, R, G, V, Gr, C$), a participação de um dado Departamento Dep de um Centro (UU) u é dada por:

$$PPART_{Dep,u,ed} = \sum_{k=1}^{N_{Var}} \left(P_{k,ed,UU} \cdot \frac{Var_{k,Dep,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} \sum_{j=1}^{N_{Dep,i}} Var_{k,j,i}} \right) \quad (42)$$

onde $Var = AUC, CHADM, CHDD, IQCD, IPCI, IAE, ADIS, IPP, CHPRA, CHTEO, IPH, NT$ (embora o peso de NT seja nulo para todos os elementos de despesa das unidades acadêmicas), N_{Var} é o número de variáveis, $N_{Dep,i}$ é o número de Departamentos da Unidade (Centro) i e os pesos $p_{k,ed,UU}$ são dados de acordo com a Tabela 7. Como as variáveis são utilizadas em forma de fração em relação ao todo e os pesos são percentuais, as participações calculadas acima são percentuais. A variável IPH é calculada como:

$$IPH_{Dep,u,ed} = \frac{\sum_{i=1}^4 RO_{Dep,u,ed}(ano - i)}{4} \quad (43)$$

onde ano refere-se ao ano de planejamento em questão. Cada Diretoria Dir de Centro deve ter uma participação igual à média de seus Departamentos, portanto:

$$PPART_{Dir,u,ed} = \frac{\sum_{j=1}^{N_{Dep,u}} PPART_{j,u,ed}}{N_{Dep,u}} \quad (44)$$

Além disso, as Unidades Administrativas (UA) devem ter suas participações. Neste caso, pelo que se depreende das referências consultadas, os valores obtidos para as UA já serão os valores definitivos, pois têm como principal insumo o IPH. Assim, explicitando as únicas variáveis que são utilizadas para uma dada UA ua :

$$PPART_{ua,ed} = P_{AUC,ed,UA} \cdot \frac{AUC_{ua}}{\sum_{i=1}^{N_{UA}+N_{UU}} AUC_i} + P_{IPH,ed,UA} \cdot \frac{IPPH_{ua,ed}}{100} + P_{NT,ed,UA} \cdot \frac{NT_{ua,ed}}{\sum_{i=1}^{N_{UA}+N_{UU}} NT_{i,ed}} \quad (45)$$

$$PART_{ua,ed} = \frac{PPART_{ua,ed}}{100} \quad (46)$$

onde *IPPH* refere-se ao índice percentual de participação histórica. As participações de Departamentos e Diretorias devem ser normalizadas de acordo com o que restou do orçamento, depois de abatido os valores reservados para as UA:

$$PART_{D,u,ed} = \frac{PPART_{D,u,ed}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} \left(\sum_{j=1}^{N_{Dep,i}} PART_{Dep,j,ed} + PART_{Dir,u,ed} \right)} \cdot \left[1 - \sum_{i=1}^{N_{UA}} PART_{ua,ed} \right] \quad (47)$$

onde *D* refere-se indistintamente a Departamento ou Diretoria. Desta forma, os recursos são divididos por elemento de despesa, da seguinte forma:

$$RO_{k,ed} = PART_{k,ed} \cdot RO_{j,ed} \quad (48)$$

onde $RO_{j,ed}$ é o recurso da UFB *j* para o elemento de despesa *ed*, e *k* refere-se indistintamente a uma UA ($k=ua$), a um Diretoria ($k=Dir,u$) ou a um Departamento ($k=Dep,u$).

4.6. Modelo da Universidade Federal do Pará (UFPA)

O modelo interno de distribuição orçamentária na UFPA começou a ser implementado a partir de 2006 e consiste numa ferramenta de alocação orçamentária para aplicação no Ensino, Pesquisa e Extensão, levando-se em consideração os indicadores de desempenho das unidades acadêmicas. Os critérios de distribuição do valor orçamentário para as unidades seguem a seguinte divisão:

- 60% dos recursos são divididos entre a Graduação, Pós-Graduação e a Área Física (manutenção), sendo que esta última tem o seu valor fixado em 1 milhão de reais;
- 40% dos recursos são divididos em percentuais iguais levando em consideração 5 indicadores conforme a Tabela 9.

Tabela 9 - Indicadores (%) – UFPA (UFPA, 2014)

TABELA DE INDICADORES (%)	
INDICADORES	(%)
Número de Projetos de Pesquisa	8
Número de Projetos de Extensão	8
Número de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa e Extensão	8
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	8
Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	8
TOTAL	40

As fontes de dados para subsidiar a matriz interna são retiradas do Relatório Anual da Pró-Reitoria de Extensão, onde são contabilizados o número de Projetos de Extensão, do Relatório Anual das Unidades, onde se identifica a Área Construída e de Laboratório, do Relatório Anual da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, onde são contabilizados o número de Projetos de Pesquisa, do Sistema SIAPE, onde são coletados os dados de pessoal e do Sistema SIE, onde se encontra os registros acadêmicos da graduação e da pós-graduação. É confeccionada também uma Matriz de Custos para o ano corrente, conforme exemplo mostrado na Tabela 10.

Tabela 10 - Matriz de Custos - Dados Referentes ao Ano de 2011 - UFPA (UFPA, 2014)

MATRIZ DE CUSTOS - Dados referentes ao ano de 2011		
VARIÁVEL	VALOR (EM R\$)	(%)
Alunos da Graduação	1.097.918,25	27%
Alunos da Pós-Graduação	359.655,75	9%
Manutenção	1.000.000,00	24%
Pesquisa	327.676,60	8%
Extensão	327.676,60	8%
Prof. Env. de PQ_EXT	327.676,60	8%
IQCD	327.676,60	8%
IQCTA	327.676,60	8%
TOTAL	4.095.957,00	100%

Prof. Env. de PQ_EXT: Número de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa e Extensão.

A distribuição dos recursos para Graduação e Pós-Graduação é baseada no quantitativo do Aluno Equivalente e no valor do aluno calculado para a Instituição para aquele período, o que no ano de 2011 foi de R\$ 58,84. Sendo assim, determinado curso de graduação que possua o total de aluno equivalente igual a 945, por exemplo, terá direito ao total orçamentário (RCG) de R\$ 55.603,08 (R\$

58,84·945). Este valor deverá sofrer abatimento, tendo em vista o pagamento de percentuais às outras unidades que ministraram aula para seus alunos. Os cursos de Mestrado e Doutorado têm os seus recursos dobrados em relação a um curso de Graduação. Assim, um curso de Doutorado que possua o total de aluno equivalente igual a 25, por exemplo, terá direito ao total orçamentário (*RCPG*) de R\$ 2.942,21 (R\$ 58,84·25·2).

Para calcular e efetuar a distribuição dos 8% relativos ao IQCD são contabilizados os docentes da unidade com mestrado, doutorado, graduação e especialização através dos registros acadêmicos da graduação e da pós-graduação no Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e por meio dos dados de pessoal registrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), e é calculada a sua representatividade em relação ao todo. Sendo assim, se o IQCD referente a todas as unidades é, por exemplo, de 96,72, uma unidade “W” que possua o IQCD igual a 3,29, que corresponde a 3,39% de 96,72, terá direito a 3,39% do valor disponível. A equação para o cálculo do IQCD é:

$$IQCD_u = \frac{1 \cdot D_G + 2 \cdot D_E + 3 \cdot D_M + 5 \cdot D_D}{TD_u} \quad (49)$$

Já para calcular e efetuar a distribuição dos 8% relativos ao IQCTA são contabilizados os técnicos da unidade com mestrado, doutorado, graduação, especialização, ensino médio e ensino fundamental por meio dos dados de pessoal registrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) , e é calculada a sua representatividade em relação ao todo. Sendo assim, se a unidade “W” possui o IQCTA igual a 1,24 e o IQCTA referente a todas as unidades que é de 3,87, ela terá direito a 24,8% do valor disponível. A equação para o cálculo do IQCTA é:

$$IQCTA = \frac{0,75 \cdot T_{ADM,EM} + 0,5 \cdot T_{ADM,EF} + 1 \cdot T_{ADM,G} + 2 \cdot T_{ADM,E} + 3 \cdot T_{ADM,M} + 5 \cdot T_{ADM,D}}{T_{ADM}} \quad (50)$$

onde:

$T_{ADM,EM}$ número de técnicos com Ensino Fundamental;

- $T_{ADM,EF}$ número de técnicos com Ensino Médio;
- $T_{ADM,G}$ número de técnicos com Graduação;
- $T_{ADM,E}$ número de técnicos com Especialização;
- $T_{ADM,M}$ número de técnicos com Mestrado;
- $T_{ADM,D}$ número de técnicos com Doutorado;
- T_{ADM} número de técnicos.

Para distribuição dos 8% relativos ao número de projetos de pesquisa, a lógica do IQCD e do IQCTA se repete. Ou seja, se a unidade “W” possui 37 projetos de pesquisa, que correspondem a 4,71% do total da UFPA, receberá 4,71% do valor disponível. Para distribuição do percentual relativo ao número de projetos de extensão e número de professores envolvidos em projetos de pesquisa e extensão segue-se a mesma lógica.

Já para distribuição dos recursos de manutenção da área física da unidade é feito um levantamento para conhecimento da área construída e da área de laboratórios de todas as unidades da UFPA. Sendo assim, se uma unidade “W” possui uma área ocupada de 15.369 m², que corresponde a 6,92% do total da área de todas as unidades, ela receberá um total de R\$ 69.233,78, que corresponde a 6,29% do 1 milhão de reais definido anteriormente para manutenção.

Portanto, o modelo pode ser resumido da seguinte forma. A divisão entre as “rubricas” (ou elementos de despesa) estabelecidas é feita da seguinte forma, onde os subscritos *Man*, *Prod* e *Ext* referem-se a manutenção, pesquisa e extensão, respectivamente, *DEPE* são os docente envolvidos com pesquisa e extensão e *PG* é a pós-graduação:

$$RO_{Man} = 1.000.000 \quad (51)$$

$$RO_{Prod} = RO_{Ext} = RO_{IQCD} = RO_{IQCTA} = RO_{DEPE} = 0,08 \cdot RO_j \quad (52)$$

$$RO_G = \left(0,6 \cdot RO_j - RO_{Man}\right) \cdot \frac{Ne_G}{Ne_G + 2 \cdot Ne_{PG}} \quad (53)$$

$$RO_{PG} = (0,6 \cdot RO_j - RO_{Man}) \cdot \frac{2 \cdot Ne_{PG}}{Ne_G + 2 \cdot Ne_{PG}} \quad (54)$$

Os recursos destinados a cada unidade são calculados como:

$$RO_u = RO_{u,Man} + RO_{u,Prod} + RO_{u,Ext} + RO_{u,IQCD} + RO_{u,IQCTA} + RO_{u,DEPE} + RO_{u,G} + RO_{u,PG}$$

ou

$$(55)$$

$$RO_u = \sum_{i=Man,Prod,Ext,IQCD,IQCTA,DEPE,G,PG} RO_{u,i}$$

E os recursos de cada unidade por rubrica são dados por:

$$RO_{u,Man} = \frac{A_{Con,u} + A_{Lab,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} (A_{Con,i} + A_{Lab,i})} \cdot RO_{Man} \quad (56)$$

$$RO_{u,Prod} = \frac{N_{PP,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} N_{PP,i}} \cdot RO_{Prod} \quad (57)$$

$$RO_{u,Ext} = \frac{N_{PE,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} N_{PE,i}} \cdot RO_{Ext} \quad (58)$$

$$RO_{u,IQCD} = \frac{IQCD_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} IQCD_i} \cdot RO_{IQCD} \quad (59)$$

$$RO_{u,IQCTA} = \frac{IQCTA_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} IQCTA_i} \cdot RO_{IQCTA} \quad (60)$$

$$RO_{u,DEPE} = \frac{N_{DEPE,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} N_{DEPE,i}} \cdot RO_{DEPE} \quad (61)$$

onde:

N_{PP} é o número de projetos de pesquisa;

N_{PE} é o número de projetos de extensão;

N_{DEPE} é o número de docentes envolvidos em projetos de pesquisa ou extensão.

Para as rubricas graduação e pós-graduação, calcula-se a contribuição de cada curso i :

$$RO_{i,G} = \frac{Ne_{i,G}}{\sum_{k=1}^{NC_G} Ne_{k,G}} \cdot RO_G \quad (62)$$

$$RO_{i,PG} = \frac{Ne_{i,PG}}{\sum_{k=1}^{NC_{PG}} Ne_{k,PG}} \cdot RO_{PG} \quad (63)$$

onde:

NC_G é o número de cursos de graduação da universidade.

Através da contribuição dos cursos o recurso da Unidade Universitária pode ser calculado:

$$RO_{u,G} = \sum_{i=1}^{NC_G} RO_{i,G} \cdot \frac{pch_{i,u,G}}{100} \quad (64)$$

$$RO_{u,PG} = \sum_{i=1}^{NC_{PG}} RO_{i,PG} \cdot \frac{pch_{i,u,PG}}{100} \quad (65)$$

4.7. Modelo da Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (UNIVASF)

O modelo interno de distribuição orçamentária na UNIVASF foi implementado no ano de 2013 objetivando propiciar aos Colegiados Acadêmicos o gerenciamento dos créditos orçamentários para efetuação de compras que possibilitem atender às demandas setoriais de acordo com suas prioridades. Com adoção desta forma de distribuição buscou-se prezar pela equidade no tratamento entre os Colegiados ao utilizar o número de matrículas registradas no período de 2013.2 como base para os cálculos, mas respeitando as diferenças de necessidades entre os cursos existentes na UNIVASF. Buscando justiça na distribuição dos recursos foi utilizado o conceito de Aluno Equivalente, tornando possível comparar o número de matrículas ofertadas pelos diversos colegiados, uma vez que ele procura abranger tais especificidades a partir de pesos diferenciados para cada grupo de cursos, por área de conhecimento, de acordo com o que é estabelecido pela SESu/ MEC.

A Matriz da UNIVASF está baseada no cálculo do Aluno Equivalente de cada curso e na medição da sua representatividade perante o total dos alunos equivalentes da Instituição, obtendo-se assim percentuais que definem os valores a serem distribuídos para cada unidade conforme a Eq. 66 (UNIVASF, 2014):

$$Ne = Nm \cdot BT \cdot BFS \cdot PG \quad (66)$$

onde:

Ne é o número de alunos equivalentes;

Nm é o número de alunos matriculados em cada curso;

BT é o adicional estruturação, e foi utilizado o fator 1,15 para os cursos que ainda não formaram a primeira turma e o fator 1,00 para o restante;

BFS é o adicional fora da fede, e foi utilizado o fator 1,10 para os cursos realizados nos

campi de Senhor de Bonfim/BA e de São Raimundo Nonato/PI e o fator 1,0 para o restante;

PG é o peso do grupo a que pertence a área de conhecimento do curso conforme determinação do Ministério da Educação.

A utilização na metodologia interna de distribuição de pesos por grupo é uma forma de traduzir os custos correlatos às estruturas dos cursos, abrangendo as diferenças entre aqueles que exigem um maior dispêndio de recursos e aqueles que demandam por menores recursos. Como se percebe na equação, a formulação ainda contempla outros dois indicadores de heterogeneidade entre os Colegiados, que são o funcionamento fora da sede e a existência de cursos em fase de estruturação.

Em 2014 foram distribuídos entre os cursos os valores de R\$ 754.181,69 e R\$ 1.807.179,57 correspondentes, respectivamente, ao Custeio (material de consumo) e ao Capital (equipamentos e bens permanentes). Estes valores foram definidos após subtrair do orçamento da Universidade (RO_j) (grupos material de consumo e equipamentos/ bens permanentes) os valores necessários às atividades administrativas comuns (AAC), que são ações das Pró-Reitorias, Secretárias, Prefeitura Universitária, Coordenações de *campi* e demais setores gerenciais, contemplando despesas comuns a todos os setores como água, limpeza, energia, vigilância, apoio administrativo e aquisição de materiais de expediente, entre outros. A partir desta diferença ($RO_j - AAC$), chegou-se ao valor a ser dividido entre os Colegiados conforme os parâmetros citados anteriormente e as Tabelas 11-13 disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Planejamento de Desenvolvimento Institucional para o ano de 2014, englobando os Cursos de Graduação, Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, calculados a partir da utilização da Eq. 66. Portanto, os recursos para cada Unidade Universitária podem ser calculados por:

$$RO_u = PART_u \cdot (RO_j - AAC) \quad (67)$$

$$PART_u = \frac{Ne_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} Ne_i} \quad (68)$$

Tabela 12 - Distribuição do Orçamento (Consumo e Bens Permanentes) entre os Colegiados de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em 2014 - UNIVASF (UNIVASF, 2014)

Distribuição do Orçamento (consumo e Bens Permanentes) entre os Colegiados Acadêmicos de Pós Graduação Stricto Sensu em 2014									
CURSO	(a) Matrículas 2013.2	(b) Peso do Grupo (MEC)	(c) Adicional Curso fora da Sede	(d) Adicional Estruturação	(e) Número de Alunos Equivalentes= a x b x c x d	(f) Percentual= (ei)/414,00	(g) Valor (R\$) Consumo= (fi) x 50.503,24	(h) Valor (RS) Capital= (fi) x 121.016,49	(j) Total (R\$)= (gi) + (hi)
Ciência Animal	26	4,50	1,00	1,00	117,00	27,50	15.553,34	37.269,10	52.822,43
Ciências da Saúde e Biológica	26	2,00	1,00	1,00	52,00	12,22	6.912,59	16.564,04	23.476,64
Ciência dos Materiais	9	2,00	1,00	1,00	18,00	4,23	2.392,82	5.733,71	8.126,53
Ciências Veterinárias no Semiárido	14	4,50	1,00	1,00	63,00	14,81	8.374,87	20.067,98	28.442,85
Engenharia Agrícola	22	2,00	1,00	1,00	44,00	10,34	5.849,12	14.015,73	19.864,85
Física em rede Nacional	14	2,00	1,00	1,00	28,00	6,58	3.722,17	8.919,10	12.641,27
Matemática em rede Nacional	21	1,50	1,00	1,00	31,50	7,40	4.187,44	10.033,99	14.221,42
Recursos Naturais do Semiárido	24	2,00	1,00	1,00	48,00	11,28	6.380,86	15.289,89	21.670,74
Agronomia - Produção Vegetal	12	2,00	1,00	1,00	24,00	5,64	3.190,43	7.644,94	10.835,37
TOTAL	168				425,50	100,00	56.563,63	135.538,47	192.102,10

Tabela 13 - Distribuição do Orçamento (Consumo e Bens Permanentes) entre os Colegiados de Pós-Graduação *Lato Sensu* em 2014 - UNIVASF (UNIVASF, 2014)

Distribuição do Orçamento (consumo e Bens Permanentes) entre os Colegiados Acadêmicos de Pós Graduação Lato Sensu em 2014									
CURSO	(a) Matrículas 2013.2	(b) Peso do Grupo (MEC)	(c) Adicional Curso fora da Sede	(d) Adicional Estruturação	(e) Número de Alunos Equivalentes= a x b x c x d	(f) Percentual= (ei)/104,00	(g) Valor (R\$) Consumo= (fi) x 16.834,41	(h) Valor (RS) Capital= (fi) x 40.338,83	(j) Total (R\$)= (gi) + (hi)
Residências Multiprofissionais	26	1,00	1,00	1,00	26,00	36,62	6.904,48	16.544,60	23.449,08
Residências Médicas	45	1,00	1,00	1,00	45,00	63,38	11.950,06	26.634,89	40.584,95
TOTAL	71				71,00	100,00	18.854,54	45.179,49	64.034,03

4.8. Modelo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

O modelo proposto pela UFPel traz como referência a adoção de critérios similares àqueles utilizados pela ANDIFES e a SESu/ MEC para orientar a distribuição dos recursos do Orçamento de Outros Custeios e Capital (OCC) entre as Universidades Federais Brasileiras. Sendo assim, a alocação é realizada baseada em uma equação cujos elementos integrantes fornecem uma medida:

- do tamanho da universidade tendo como base o número de alunos equivalentes;

- da eficiência da universidade tendo como base a *RAP* (Relação Aluno equivalente / Professor equivalente);
- da qualidade dos cursos ofertados pela universidade tendo como base os conceitos derivados das avaliações feitas pela CAPES e pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira).

Calcula-se primeiro o quantitativo de alunos equivalentes de cada unidade através da utilização das Eqs. 4 a 10 e os parâmetros mostrados na Tabela 14. Em seguida calcula-se a eficiência e qualidade acadêmico-científica da unidade u através das Eqs. 11 a 19. Utiliza-se um valor $h= 0,9$ para o cálculo do quantitativo de alunos equivalentes das unidades e o peso restante, $0,1$, para o cálculo da eficiência e qualidade acadêmico-científica da unidade. Por fim ocorre a distribuição do orçamentário para as Unidades Acadêmicas da instituição a partir do cálculo do percentual de participação de cada unidade, representada por $PART_u$, no total dos recursos da Matriz UFPel calculada de acordo com a Eqs. 1 a 3 (UFPel, 2013).

Tabela 14 - Valores Utilizados nas Equações - Grupo, Duração Padrão, Retenção Padrão e Peso - UFPel (UFPel, 2013)

Valores Utilizados nas Equações - Grupo, Duração Padrão, Retenção Padrão e Peso					
GRUPO	DESCRIÇÃO	R1	DG1	ÁREA	PG1
A	Artes	0,115	4	A3	1,5
CA	Ciências Agrárias	0,05	5	A2	2
CB	Ciências Biológicas	0,125	4	A2	2
CET	Ciências exatas e da Terra	0,1325	4	A2	2
CH	Ciências Humanas	0,1	4	A4	1
CH1	Psicologia	0,1	5	A4	1
CS1	Medicina, Veterinária, Zootecnia	0,065	6	A1	2
CS2	Odontologia	0,065	5	A1	4,5
CS3	Nutrição, Farmácia	0,066	5	A2	2
CS4	Enfermagem, Fisio, Fono, Ed. Física	0,066	5	A3	1,5
CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,12	4	A4	1
CSB	Direito	0,12	5	A4	1
ENG	Engenharias	0,082	5	A2	2
LL	Linguísticas e Letras	0,115	4	A4	1
M	Músicas	0,115	4	A3	1,5
TEC	Tecnólogos	0,082	3	A2	2
CE1	Ciências Exatas- Matemática, Computação, Estatística	0,1325	4	A3	1,5
CSC	Arquitetura / Urbanismo	0,12	5	A3	1,5
CH2	Formação de Professor	0,1	4	A4	1

R1: coeficiente de retenção do curso k (R_k); DG1: a duração média do curso k (D_k); PG1: peso do grupo ao qual pertence o curso k (PG_k).

4.9. Modelo da Universidade Federal de Goiás (UFG)

O modelo de alocação de recursos proposto pela UFG, revisado nos anos de 2006, 2011 e 2013, utiliza como referência o aluno equivalente de cada *campus* para realizar a distribuição entre todos os *campi* da instituição que compreende as regiões de Goiânia, Jataí e Catalão. Outra característica do modelo da UFG é a existência de duas formulações distintas para alocação dos Outros Custeios e Capital, uma para custeios e outra para capital, conforme disposições a seguir descritas (as quantidades destinadas a custeio e capital já estão, naturalmente, especificadas no próprio orçamento da instituição).

O modelo de distribuição de recursos de Outros Custeios contempla uma matriz com oito indicadores, dispostos em “colunas de uma matriz” conforme discriminação abaixo (UFG, 2013):

- “Orçamento Inicial do Ano Anterior (Custeio + Capital)” ($RO_{u,ant}$), dados que são coletados pela Coordenação de Orçamento (Coluna “O”);
- “Carga Didática da Unidade com o Ensino= (Número de alunos da disciplina) Multiplicado pela (Carga horária curricular da disciplina)” ($ADIS$), de acordo com dados do Sistema de Cadastro de Atividade Docente (SICAD) (Coluna “G”);
- “Número de Laboratórios” (N_{Lab}), dados fornecidos pela Unidade (Coluna “L”);
- “Carga Horária Docente Disponível= (Número de professores) Multiplicado pela (Respectiva carga horária)” ($CHDD$), de acordo com dados do Sistema de Cadastro de Atividade Docente (SICAD) (Coluna “D”);
- “Qualificação do Corpo Docente” ($IQCD$), índice de titulação calculado mediante a formulação apresentada na Eq. 69 (UFG, 2013), de acordo com dados do Sistema de Cadastro de Atividade Docente (SICAD) (Coluna “Q”):

$$IQCD = \frac{5 \cdot D + 3 \cdot M + 2 \cdot E + 1 \cdot G}{D + M + E + G} \quad (69)$$

onde:

- D refere-se à quantidade de docentes cujo maior título é o Doutorado;
- M refere-se à quantidade de docentes cujo maior título é o Mestrado;
- E refere-se à quantidade de docentes cujo maior título é a Especialização;
- G refere-se à quantidade de docentes cujo maior título é a Graduação.

- “Percentual de Docentes em Dedicção Exclusiva” ($IDCD$) que laboram na Unidade, dados obtidos no Sistema de Cadastro de Atividade Docente (SICAD) (Coluna “DE”);
- “Publicações realizadas” ($Prod$) pela Unidade Acadêmica, calculadas mediante ponderação do total de publicações pelo número de docentes da Unidade, de acordo com os pesos estabelecidos para pontuação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) conforme a

Tabela 15, com dados obtidos no Sistema de Cadastro de Atividade Docente (SICAD) (Coluna “P”);

- “Esforço Acadêmico com a Atividade de Extensão - (Número de Projetos de Extensão) Dividido pelo (Número de Docentes da Unidade)” (*Ext*), dados obtidos no Sistema de Cadastro de Atividade Docente (SICAD) (Coluna “E”).

Tabela 15 - Pesos das Publicações (GED) - Resolução CONSUNI/CEPEC nº 002/99 - UFG (UFG, 1999)

TABELA DE PESOS DAS PUBLICAÇÕES (GED) - Resolução CONSUNI/CEPEC nº 002/99	
PUBLICAÇÃO	PESO (Resolução GED)
Artigos de opinião	30
Textos didáticos para uso local	2
Publicações em veículo de circulação local	3
Livros traduzidos	22
Artigos em periódicos espec. nacionais com corpo editorial	22
Artigos em periódicos espec. estrangeiros com corpo editorial	22
Artigos de divulgação científica, tecnológica e artística	3
Trabalho apresentado em congresso científico	5
Resumo publicado em congresso científico	2
Trabalho completo publicado em anais de congresso científico	9
Produto do desenvolvimento ou geração de trabalho com ou sem patente	29
Processo de desenvolvimento ou geração de trabalho com ou sem patente	29
Livros publicados	30
Capítulos de livros publicados	12
Dissertação de mestrado defendida e aprovada	26
Tese de doutorado defendida e aprovada	30
Dissertação de mestrado orientada e aprovada	15
Tese de doutorado orientada e aprovada	20
Filmes, vídeos e audiovisuais de divulgação científica	9
Peças de teatro e musicais, participação em exposições e apresentações artísticas	5
Filmes, vídeos e audiovisuais artísticos realizados	18

A partir deste conjunto de indicadores, os seguintes procedimentos e orientações são adotados:

- 1- Os dados sobre os docentes contemplarão os professores do quadro permanente, visitantes e substitutos;

- 2- Dentre as 8 variáveis, serão escolhidas as 7 que melhor representem o perfil da unidade acadêmica, sendo obrigatória a utilização das “Colunas D e G” e escolhendo-se as outras 5 nas quais a Unidade tenha tido as melhores ordens de classificação;
- 3- As “Colunas D e G”, juntamente com as duas melhores colunas classificadas para cada Unidade, entre as outras cinco, terão o peso de 20%. Entre as outras três restantes, a melhor classificada terá o peso de 14% e as outras duas terão o peso de 3%;
- 4- Portanto, o índice final é obtido através do somatório ponderado dos resultados alcançados nas 7 colunas selecionadas, de acordo com a Eq. 70 (UFG, 2013):

$$PART_{u,cust} = 0,2 \cdot \left(\frac{ADIS_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} ADIS_i} + \frac{CHDD_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} CHDD_i} \right) + \sum_{j=RO_{u,ant}, N_{Lab,u}, IQCD_u, IDCD_u, Ext_u, Prod_u} \beta_j \cdot C_j \quad (70)$$

onde:

cust refere-se a custeio;

C refere-se aos 6 critérios *j* dos quais os 5 melhores serão selecionados;

β são os pesos dos 6 critérios *j*, sendo igual a 0,2 para os dois melhores, 0,14 para o terceiro melhor, 0,03 para os quarto e quinto melhores, e 0 para o pior deles.

O valor que cada Unidade Acadêmica receberá em custeio será conhecido ao multiplicar este índice pelo valor a ser distribuído, em uma equação semelhante à Eq. 2.

Para o modelo de distribuição de recursos de capital, os indicadores estão dispostos em uma matriz de 5 colunas, contemplando as “Colunas O, L, D, Q e DE” ($RO_{u,ant}$, N_{Lab} , $CHDD$, $IQCD$ e $IDCD$), descritas anteriormente no modelo de distribuição de recursos de custeio. A partir desses indicadores, os seguintes procedimentos e orientações são adotados:

- 1- Os dados sobre os docentes contemplarão os professores do quadro permanente, visitantes e substitutos;
- 2- Serão utilizadas todas as 5 variáveis, com os seguintes pesos: “Coluna D” ($CHDD$) com 10%; “Coluna L” (N_{Lab}) com 30%; e as “Colunas O ($RO_{u,ant}$), Q ($IQCD$) e DE ($IDCD$)” com 20% cada uma delas;
- 3- Portanto, o índice é obtido através do somatório dos resultados alcançados nas 5 colunas, de acordo com a Eq. 71 (UFG, 2013):

$$PART_{u,cap} = 0,1 \cdot \frac{CHDD_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} CHDD_i} + 0,3 \cdot \frac{N_{Lab,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} N_{Lab,i}} + 0,2 \cdot \left(\frac{RO_{u,ant}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} RO_{i,ant}} + \frac{IQCD_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} IQCD_i} + \frac{IDCD_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} IDCD_i} \right) \quad (71)$$

onde:

cap refere-se a capital.

O valor que cada Unidade Acadêmica receberá em capital será conhecido ao multiplicar este índice pelo valor a ser distribuído, em uma equação semelhante à Eq. 2.

4.10. Modelo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A UFU, através da Resolução nº 03/2003 (UFU, 2003) do seu Conselho de Diretores, estabeleceu a sua matriz para alocação dos recursos orçamentários entre as Unidades Acadêmicas da instituição e a Administração Superior. A distribuição é efetuada com 80% do total do orçamento constante na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os outros 20% restantes são mantidos a título de reserva técnica e administrados pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) com objetivo de atender às Unidades Acadêmicas cuja alocação inicial não foi suficiente, tendo em vista características específicas que não são contempladas pela metodologia interna de distribuição estabelecida.

Os recursos orçamentários distribuídos (80% do total do orçamento) são alocados de acordo com o que foi convencionado como vetores, variáveis e pesos, conforme discriminação a seguir (UFU, 2003):

A. Vetor Equilíbrio - equivale a 30% e corresponde à média aritmética dos gastos de cada unidade nas rubricas abaixo nos últimos três anos:

1. Material de consumo;
2. Serviços de terceiros - pessoa física;
3. Serviços de terceiros - pessoa jurídica;

B. Vetor Necessidade - equivalente a 40% e é baseado nos dados do último ano:

1. Docentes Efetivos (*ND*) - 9,07%, correspondem ao somatório de docentes de carreira, substitutos e visitantes lotados na Unidade Acadêmica de acordo dados informados pela Divisão de Apoio ao Docente;
2. Técnico-Administrativos (*NT*) - 3,19%, é o total dos técnico-administrativos lotados na Unidade de acordo com dados da Pró-Reitoria de Recursos Humanos;
3. Índice de Disciplina (*ID*) - 27,74% [calculado em função do quantitativo de alunos efetivos (*ADIS*), carga horária da disciplina (*CHD*), tipos de disciplinas ofertadas pelas Unidades Acadêmicas (*FD*₁, Tabela 16) e material utilizado (*FD*₂, Tabela 17)], de acordo com a Eq. 72 para uma dada disciplina *i* da Unidade *u* (UFU, 2003):

$$ID_{i,u} = CHD_{i,u} \cdot FD_{1,i,u} \cdot FD_{2,i,u} \quad (72)$$

O Índice de Disciplinas de cada Unidade será a soma dos índices:

$$ID_u = \sum_{j=1}^{ND_u} \sum_{i=1}^{NT_{i,u}} ID_{i,u} \quad (73)$$

$$NT_{i,u} = \frac{ADIS_{i,u}}{Nr_{i,u}} \quad (74)$$

onde:

- $Nr_{i,u}$ é o número de alunos de referência da disciplina i da Unidade u ;
- $NT_{i,u}$ (nº de turmas da disciplina i da Unidade u) corresponde ao resultado da divisão do número de alunos matriculados na disciplina i , efetivamente ministrada por docentes lotados na Unidade u , pelo número de alunos de referência (Nr) da disciplina. O resultado é aproximado para o valor inteiro imediatamente superior e não são consideradas disciplinas de orientação de monografia, pós-graduação remunerada ou fora da sede ou interinstitucional, internatos, residências credenciadas e estágios;
- $ADIS$ é o número de matriculados, e corresponde ao número de matrículas nas disciplinas efetivamente ministradas por docentes lotados na Unidade.

Os Pesos utilizados na determinação do Índice de Disciplinas seguem as seguintes orientações. O número de alunos de referência para as aulas teóricas, Tipo 1 e Tipo 2 das Tabelas 16 e 17, será 45. Já para as aulas práticas, Tipo 3 e Tipo 4 da Tabela 16, o número de alunos de referência será diferenciado por área, sendo considerada a Unidade de Origem, de acordo com (UFU, 2003):

- Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Engenharias e Ciências da Saúde (exceto Medicina, Enfermagem e Odontologia) - 9 alunos;
- Medicina, Enfermagem, Odontologia, Artes, Mestrado e Doutorado - 6 alunos;

- Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Letras e Linguística - 12 alunos;

Tabela 16 - Peso p/ o Tipo de Disciplina – UFU (UFU, 2003)

Peso p/ o Tipo de Disciplina	
Tipo de Disciplina	<i>FD₁</i>
Teórica	1
Teórica e Prática (menor que 40%)	1,3
Teórica e Prática (maior que 40%)	1,6
Prática	2

Tabela 17 - Peso para o Tipo de Material Utilizado na Aula - UFU (UFU, 2003)

Peso para o Tipo de Material Utilizado na Aula	
TIPO DE MATERIAL	<i>FD₂</i>
Classe A (maior > 50%)	1
Material de escritório e expediente	1
Suprimentos para Processamento de Dados	1
Gêneros de Alimentação	1
Material Esportivo	1
Roupas, tecidos e aviamentos	1
Material de Limpeza e Higienização	1
Material de Manutenção de Bens Móveis	1
Material de Manutenção de Bens Imóveis	1
Outros Materiais de Consumo	1
Impressos	1
Material de Áudio, Cine e Foto	1
Gases	1
Classe B (maior > 50%)	2
Medicamentos	2
Material Hospitalar	2
reagentes e Vidrarias	2
Material Odontológico	2
Sementes, Inseticidas e Produtos Veterinários	2

C. Vetor Desempenho - equivalente a 30% e é baseado nos dados do último ano:

1. Qualificação Docente - 12,5%, sendo determinada através da Eq. 75 (UFU, 2003):

$$IQCD_u = \frac{5 \cdot D_u + 3 \cdot M_u + 2 \cdot E_u + 1 \cdot G_u}{5 \cdot (D_u + M_u + E_u + G_u)} \quad (75)$$

Após serem calculados os índices $IQCD_u$ de todas as Unidades Acadêmicas, será realizada a normalização através do cálculo do índice normalizado $IQCD_{N,u}$ da Unidade u (UFU, 2003):

$$IQCD_{N,u} = \frac{IQCD_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} IQCD_i} \quad (76)$$

2. Participação em Outros Cursos - 5%, correspondendo à razão do número de horas-aula oferecidas pela Unidade Acadêmica em um curso sediado em outra Unidade pelo número de horas-aula do curso em análise;
3. Produção Intelectual (*Prod*)- 12,5%, que correspondem ao total da produção científica dos docentes lotados na Unidade ao longo do último ano de acordo com a Tabela 18.

Tabela 18 - Produção Científica, Tecnológica e Artística pelo Corpo Docente - UFU (UFU, 2003)

Tabela de PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA PELO CORPO DOCENTE - UFU		
Nº	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO
1	Artigo Publicado em periódico científico especializado nacional com corpo editorial	40
2	Artigo Publicado em periódico científico especializado estrangeiro com corpo editorial	60
3	Artigo de divulgação científica, tecnológica e artística publicado em periódico com corpo editorial	10
4	Trabalho apresentado em evento científico ou publicação de resumo (nacional)	6
5	Trabalho apresentado em evento científico ou publicação de resumo (internacional)	9
6	Trabalho completo publicado em anais de eventos científico nacional	20
7	Trabalho completo publicado em anais de eventos científico internacional	30
8	Desenvolvimento ou geração de trabalhos (produtos e processos) com patente obtida	30
9	Publicação de livro com selo de editora com corpo editorial, limitado a um livro/docente/ano	80
10	Publicação de capítulo de livro com selo de editora com corpo editorial	40
11	Dissertação de Mestrado aprovada	40
12	Tese de Doutorado aprovada	50
13	Participação em banca examinadora de concurso	5
14	Participação em banca examinadora de pós-graduação (exceto orientador)	10
15	Participação em banca examinadora de monografia (exceto orientador)	5
16	Filme, vídeo e audiovisual de divulgação científica realizado	35
17	Filme, vídeo e audiovisual de divulgação científica realizado (exclusivo para área de artes)	35
18	Participação em exposições ou apresentações artísticas (exclusivo para a área de artes)	5
19	Palestra/Conferência proferida em evento científico internacional	10
20	Palestra/Conferência proferida em evento científico nacional	5
21	Parecer <i>ad hoc</i> para publicações com corpo editorial ou para órgãos oficiais de utilidade pública	5
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS PELA UNIDADE ACADÊMICA – UFU		

Cada Unidade deve informar o seu total de pontos, discriminado por docente, onde a pontuação de cada um corresponde à divisão da pontuação do respectivo trabalho pelo número total de seus respectivos autores. Sendo assim, a Alocação dos recursos de Outros Custeios e Capital da UFU é feita de acordo com o índice proveniente da soma ponderada dos vetores gerados pela Unidade Acadêmica.

Cabe à Divisão de Controle Acadêmico o fornecimento dos dados relativos ao quantitativo de aluno efetivo, carga horária da disciplina (CHT) e tipos das disciplinas ofertadas. A informação sobre o material utilizado cabe às respectivas Unidades Acadêmicas.

Portanto, considerando apenas os recursos que são destinados às Unidades Universitárias, o valor destinado a cada uma delas é dado por uma equação semelhante à Eq. 2, sendo a participação de cada Unidade dada por:

$$\begin{aligned}
PART_u = & \frac{0,3}{3} \cdot \left[\sum_{j=MC,PF,PJ} \sum_{i=1}^3 G_{j,u}(k-i) \right] + \\
& + \left[0,0907 \cdot \frac{ND_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} ND_i} + 0,0319 \cdot \frac{NT_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} NT_i} + 0,2774 \cdot \frac{ID_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} ID_i} \right] + \\
& + \left[0,125 \cdot IQCD_{N,u} + 0,05 \cdot \frac{\sum_{j=1}^{N_{COUU}} \frac{pch_{j,u}}{100}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} \sum_{j=1}^{N_{COUU}} \frac{pch_{j,u}}{100}} + 0,125 \cdot \frac{Prod}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} Prod_i} \right]
\end{aligned} \tag{77}$$

$$Prod_u = \sum_{j=1}^{ND_u} \sum_{i=1}^{N_{Prod_j}} \alpha_i \cdot \frac{Prod_{i,j}}{NA_i} \tag{78}$$

onde:

k refere-se ao ano atual;

G refere-se a gastos;

MC refere-se a material de consumo;

PF refere-se a serviços de terceiros - pessoa física;

PJ refere-se a serviços de terceiros - pessoa jurídica;

N_{COUU} refere-se ao número de cursos de outras Unidades Universitárias nos quais a Unidade u oferece disciplinas;

N_{Prod_j} refere-se ao número de produções do docente j ;

NA_i refere-se ao número de autores da produção do docente i ;

α_i refere-se ao peso da produção i (Tabela 18).

4.11. Modelo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A UFRJ é a maior universidade federal do país e conseqüentemente também possui o maior orçamento dentre todas as instituições federais de ensino superior, mas os seus recursos são

considerados insuficientes pelos seus gestores frente às demandas da instituição perante a sociedade. O novo modelo de gestão de recursos orçamentários da UFRJ foi implantado a partir de 1995 juntamente com o Orçamento Interno para Dispendios em Manutenção, após apreciação do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), onde se buscou prestigiar também políticas de autofinanciamento e investimentos que fossem capazes de ampliar o escopo do seu orçamento interno, bem como a credibilidade do seu planejamento orçamentário (Façanha *et al.*, 1996).

O trabalho de Façanha *et al.* (1996) enfatiza essa experiência vivida pela instituição ao adotar critérios para distribuição interna dos recursos de Outros Custeios e de Capital às suas respectivas Unidades Acadêmicas. Como pode ser observado na Tabela 19, a UFRJ emprega 3 critérios para alocação dos recursos orçamentários destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelos seus centros acadêmicos. A primeira sugestão de repartição do orçamentário disponível foi elaborada a partir de orçamentos propostos pelos Centros e Unidades Acadêmicas e, após observado o teto, essas sugestões orçamentárias foram convencionadas como “Critério I – Objetivos Pretendidos”. Essa primeira abordagem pode ser representada por:

$$RO_u = \frac{RO_{u,pret}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} RO_{u,pret}} \cdot RO_j \quad (79)$$

onde:

Pret refere-se a pretendido.

Contudo, tendo em vista que o valor das propostas ultrapassou o teto previsto, foi observado então que o Critério I poderia resultar em possíveis conflitos. A segunda sugestão partiu de critérios tradicionalmente utilizados na instituição e ficou convencionada de “Critério II – Objetivos de Adequação e Neutralidade”. Como ponto positivo desse critério enfatiza-se que sua escolha promove menores assimetrias na alocação dos recursos disponíveis, resultando desta forma na adequação a padrões de maior justiça social ao compará-lo com o Critério I, uma vez que incorpora resultados de avaliações de variáveis ligadas à produção acadêmica e às estruturas produtivas.

O Critério II distribui para cada Unidade Universitária 80% dos recursos orçamentários que haviam sido destinados a ela no exercício anterior e os outros 20% restantes são alocados com base na

mensuração de indicadores de caráter acadêmico como produção científica e atividades de extensão das respectivas unidades. A razão (80% por 20%) foi discutida e aprovada pelos Colegiados Superiores da UFRJ, mas com expectativa dessa relação ser modificada no decorrer dos anos, aumentando-se o percentual baseado no desempenho acadêmico e, conseqüentemente, diminuindo o percentual da fatia alocada com base nos exercícios anteriores, ou seja, (70% por 30%), (60% por 40%), (50% por 50%), (40% por 60%) e assim por diante, até que seja possível a distribuição dos recursos apenas em função do desempenho acadêmico das Unidades Universitárias. A mensuração dos indicadores referentes à distribuição dos 20% dos recursos orçamentários com base em Produção Científica e Atividades de Extensão ocorre com a atribuição de pesos às atividades que são multiplicados pelos valores correspondentes aos desempenhos das unidades naquele indicador. Logo em seguida realiza-se o somatório de todos esses produtos e obtêm-se o percentual que cada unidade terá direito mediante a representatividade da sua participação no conjunto das unidades da UFRJ e pautado no valor estabelecido pela Administração Central para ser distribuído no exercício.

A terceira e última sugestão foi baseada nos dispêndios realizados pelos Centros em 1994, ficando convencionado de “Critério III – Objetivos Executados”. Considerou-se que, ao adotar esta última sugestão, haveria uma tendência à eternização de objetivos efetivos observados a partir de decisões tomadas em períodos passados. Essa terceira abordagem pode ser representada por:

$$RO_u = \frac{RO_{u,1994}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} RO_{u,1994}} \cdot RO_j \quad (80)$$

onde:

1994 refere-se ao realizado no ano de 1994.

Tabela 19 - Critérios para Distribuição de Recursos (Valor Simulado em R\$ 1,00) - UFRJ
(Façanha *et al.*, 1996)

Quadro I - CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS (valor simulado em R\$ 1,00) – UFRJ			
UNIDADE	CRITÉRIO I	CRITÉRIO II	CRITÉRIO III
	OBJETIVOS PRETENDIDOS	ADEQUAÇÃO E NEUTRALIDADE	OBJETIVOS EXECUTADOS
CENTRO DE TECNOLOGIA	2.649.235,75	2.330.800,50	857.091,38
CENTRO DE LETRAS E ARTES	577.840,38	1.582.470,87	973.973,00
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	4.205.306,00	3.574.326,16	6.792.148,12
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	1.024.325,74	850.116,05	418.146,75
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA	2.076.746,88	2.499.247,60	2.103.261,12
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	1.629.045,25	1.325.535,82	1.017.879,63
TOTAL	12.162.500,00	12.162.497,00	12.162.500,00

Obedecendo ao teto orçamentário total, a princípio autorizado pelo Ministério da Educação, o orçamento sugerido pelo CSCE, e aprovado pelo Conselho Universitário da UFRJ, foi implementado a partir da adoção consensual do Critério II, ou seja, “Objetivo de Adequação e Neutralidade”, ficando acordada também a realização de revisão das regras a partir de avaliações de necessidades e de desempenhos das Unidades e Centros.

4.12. Modelo Adotado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Breve Histórico

A busca por uma justa e adequada distribuição interna dos recursos orçamentários na Universidade Federal da Bahia data de 1972. Na época a UFBA desenvolveu, por meio de sua Assessoria de Planejamento (ASSPLAN), o “Critério de Alocação de Recursos” (UFBA, 1972) que tinha como objetivo a distribuição dos Outros Custeios em seu subprograma básico de Ensino de Graduação, o que acabou sendo utilizado na íntegra até o ano de 1977 e de forma parcial até 1979, quando ele deixou de ser adotado, tendo em vista as limitações do próprio modelo que apresentava dificuldades na obtenção rápida das informações e pelo fato das variáveis contempladas não proporcionarem um cálculo muito adequado quanto às reais necessidades das Unidades Acadêmicas. Essa metodologia, também convencionada de “Orçamentação 1977”, contemplava 50% para indicadores de carga de trabalho, divididos em 20% para alunos-disciplinas e 30% para carga horária da unidade, e 50% para indicadores tidos como meios para a execução das atividades, que eram divididos em 20% para

quantidade de pessoal docente, 10% para servidores técnico-administrativos e 20% para a área física das Unidades. O modelo formulado foi pautado em dados considerados como indicadores das necessidades de custeio e as variáveis utilizadas no estudo foram (UFBA, 1977):

- 1) Quantitativo de alunos por disciplina (anual). Essa variável corresponde à quantidade de matrículas nas disciplinas ofertadas por cada curso da Unidade;
- 2) Carga horária produzida (anual). Essa variável corresponde à carga horária semanal e números de turmas de cada curso da Unidade;
- 3) Fator pessoal docente. Essa variável corresponde ao somatório de docentes da Unidade (20 h, 40 h e Dedicação Exclusiva), não havendo pesos diferenciados para os diferentes regimes de trabalho;
- 4) Número total de servidores (técnico-administrativos). Essa variável corresponde ao somatório de servidores técnico-administrativos de nível médio e superior da Unidade;
- 5) Fator área física. Essa variável corresponde ao total da área construída ocupada por cada Unidade, tomando como referência o total da instituição.

Para levantamento dessas informações era utilizado como base o exercício anterior e os critérios foram estabelecidos a partir de dados até então disponíveis que pudessem refletir e indicar os encargos de cada Unidade Acadêmica dentro da sua área específica, levando em conta a sua carga de trabalho, sua dimensão e o seu produto efetivo. Com esses dados, em valores absolutos, era preenchida uma tabela para controle. Uma vez estabelecidas as variáveis, elas eram ponderadas conforme a sua importância e esta ponderação era efetuada resultando no cálculo da participação percentual de cada Unidade Acadêmica na sua respectiva área para cada fator específico, e com esse resultado era preenchida uma segunda tabela. O modelo adotava o conceito de grupamento como forma de deixar implícita a noção de similaridade entre grupos de Unidades Acadêmicas, tendo como referência os tipos de itens de consumo utilizados por elas, com as seguintes definições de grupamentos:

- Grupamento 1 - Ciências Físicas e Tecnologia;
- Grupamento 2 - Ciências Biológicas e Profissões da Saúde;

- Grupamento 3 - Ciências Humanas, Letras e Matemática;
- Grupamento 4 - Artes.

Logo após a ponderação, eram calculados os percentuais de participação de cada Unidade Acadêmica dentro do grupamento que a respectiva Unidade estava inserida, gerando assim uma terceira tabela, e com base nesses percentuais era realizada a alocação dos recursos. Esta terceira tabela também apresentava uma coluna denominada de “Variações Específicas”, referentes aos acréscimos de recursos alocados às respectivas Unidades Acadêmicas, adicionalmente à alocação considerada ideal.

Para distribuição do montante de recursos orçamentários de cada grupamento entre as Unidades Acadêmicas eram estipulados os percentuais de representatividade de cada grupamento no total de recursos de Outros Custeios no exercício anterior e distribuído posteriormente por elemento de despesa. Para cada um dos grupamentos foi definido um percentual de participação no montante global do orçamento de Outros Custeios disponível para alocação com as unidades acadêmicas da seguinte forma (UFBA, 1977): Grupamento 1 (30%); Grupamento 2 (31%); Grupamento 3 (30%); Grupamento 4 (9%).

Portanto, esse modelo pode ser definido pelo seguinte conjunto de equações:

$$RO_G = \alpha_G \cdot \left(RO_j - \sum_{G=1}^4 \sum_{u=1}^{N_{UU,G}} VE_{u,G} \right) \quad \alpha_1 = 0,3; \alpha_2 = 0,31; \alpha_3 = 0,3; \alpha_4 = 0,09 \quad (81)$$

$$RO_{u,G} = PART_{u,G} \cdot RO_G + VE_{u,G} \quad (82)$$

$$PART_{u,G} = \frac{PART_{NN,u,G}}{\sum_{i=1}^{N_{UU,G}} PART_{NN,i,G}} \quad (83)$$

$$PART_{NN,u,G} = \left(\begin{array}{l} 0,2 \cdot \frac{ADIS_{u,G}}{\sum_{i=1}^{N_{UU,G}} ADIS_{i,G}} + 0,3 \cdot \frac{\sum_{j=1}^{N_{T,u,G}} CHS_{j,u,G}}{\sum_{i=1}^{N_{UU,G}} \sum_{j=1}^{N_{T,u,G}} CHS_{j,i,G}} + \\ 0,2 \cdot \frac{\sum_{j=20H,40H,DE} ND_{j,u,G}}{\sum_{i=1}^{N_{UU,G}} \sum_{j=20H,40H,DE} \beta_j \cdot ND_{j,i,G}} + 0,1 \cdot \frac{T_{ADM,u,G}}{\sum_{i=1}^{N_{UU,G}} T_{ADM,i,G}} + 0,2 \cdot \frac{A_{Con,u,G}}{\sum_{G=1}^4 \sum_{i=1}^{N_{UU,G}} A_{Con,i,G}} \end{array} \right) \quad (84)$$

onde:

G refere-se ao Grupamento;

VE refere-se às “Variações Específicas”;

CHS refere-se à Carga Horária Semanal de uma dada turma;

$ND_{j,i,G}$ refere-se ao número de docentes da unidade i do grupamento G com regime de trabalho j ;

NN refere-se à participação não normalizada.

Em agosto de 1981 um novo estudo, chamado de “Alocação de Recursos”, foi realizado visando contribuir com a definição de critérios para a sistemática de distribuição dos recursos do Tesouro Nacional entre as unidades orçamentárias da UFBA após a aprovação do orçamento pelo Ministério da Educação. Esse estudo foi dividido em quatro etapas, sendo que a primeira realizou um esboço dos objetivos pretendidos pelo trabalho, a segunda apresentou críticas a alguns modelos analisados, a terceira trouxe algumas sugestões acerca do tema e a última etapa apresentou conclusões gerais sobre o estudo. Os modelos analisados e criticados no estudo foram (Barreto, 1981):

- Problema de Transportes (um modelo empresarial) [citado por Barreto (1981)];
- Esboço de uma Metodologia de Distribuição de Recursos entre as Instituições Federais de Ensino Superior realizado em outubro de 1973 pelo Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério de Educação (MEC, 1973);

- Modelo para Estimar Custos e Alocar Recursos nas Universidades desenvolvido pela Assessoria de Planejamento e Controle da Universidade de Brasília (UNB) em agosto de 1973 (UNB, 1973);
- “Orçamentação 1977” elaborado pela Assessoria de Planejamento da UFBA para distribuição dos recursos referente ao exercício de 1977 (UFBA, 1977);
- “Orçamento 1975” elaborado pela Assessoria de Planejamento da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para distribuição dos recursos (UFAL, 1975);
- “Planejamento para Alocação Efetiva de Recursos nas Universidades”, desenvolvido pelo Instituto de Análises para a Defesa para a Comissão de Assuntos Administrativos do Conselho Norte-Americano de Educação (Breve Relato) [citado por Barreto (1981)].

Ao final o trabalho defendeu a importância da realização de uma atividade envolvendo os setores de Estatística, Custos e Orçamento, e idealizou uma distribuição em função da participação percentual de cada unidade orçamentária no total dos recursos estimados originariamente, ou seja, antes da definição do orçamento individual pelo MEC, destacando também como prioridade a estimativa de custos de operação e a fixação de parâmetros ideais de atividades como forma de fundamentar a necessidade de recursos requeridos (Barreto, 1981). Foi sugerida para UFBA a aplicação de três matrizes, (Matriz Realidade (MR), Matriz Necessidade (MN) e Matriz Complementar (MC), numa abordagem semelhante àquela descrita anteriormente pela UFRJ. Porém, o trabalho realizado não explica, detalha ou deixa claro como efetuar os cálculos, ou seja, não foi criado nenhum procedimento, nem estudado e nem testado nenhum caso. Foram apenas apresentados alguns exemplos genéricos que não permitem absorver nenhuma informação precisa, ou seja, as matrizes foram apenas idealizadas de forma “bem solta” ao abordar a questão estudada.

Entre os anos de 1983 e 1984 foi realizado outro estudo (UFBA, 1983), objetivando apresentar um novo indicador para a distribuição de recursos na UFBA e levando em consideração a experiência trazida desde 1972 com o “Critério de Alocação de Recursos”. Esse trabalho buscou apresentar críticas ao antigo modelo, tendo em vista não concordar com as variáveis contempladas na antiga formulação e por entender também que era praticamente impossível a realização de cálculos exatos referentes às necessidades de custeio das Unidades Acadêmicas, abordando apenas indicadores quantitativos, ou seja, foram vistas desvantagens na utilização dos critérios Área Física, Pessoal Docente e Técnico-Administrativo por serem considerados indicadores ligados aos chamados meios de execução do trabalho. Sendo assim, foi produzido o “Quadro I”, mostrado na Tabela 20, com o

objetivo de apresentar os quantitativos de pessoal e demonstrar que este indicador, por si só, não seria capaz de refletir uma maior ou menor necessidade de recursos ao se comparar as diferenças das Unidades.

Tabela 20 - Quantitativo de Docentes e Técnico-Administrativos - UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)

QUADRO I - Quantitativo de Docentes e Técnico-Administrativos (TA) - UFBA 1983/1984			
UNIDADES	PESSOAL LOTADO		
	DOCENTES	TA	TOTAL
Instituto de Matemática	116	29	145
Instituto de Física	61	49	110
Instituto de Química	79	38	117
Instituto de Biologia	59	25	84
Instituto de Geociências	95	103	198
Instituto de Letras	113	49	162
Instituto de Ciências da Saúde	107	62	169
Faculdade de Medicina	309	68	377
Faculdade de Direito	48	49	97
Escola Politécnica	151	84	235
Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	158	57	215
Escola de Belas Artes	45	29	74
Fac. de Ciências Econômicas	62	53	115
Escola de Enfermagem	52	41	93
Faculdade Farmácia	50	28	78
Faculdade de Odontologia	70	76	146
Faculdade de Arquitetura	91	40	131
Escola de Administração	50	26	76
Escola de Música e Artes Cênicas	100	133	233
Escola de Nutrição	22	13	35
Escola de Biblioteconomia e Comunicação	40	27	67
Faculdade de Educação	108	52	160
Escola de Agronomia	63	80	143
Escola de Medicina Veterinária	51	66	117

O estudo enfatizou então que seria mais sensata uma alocação de recursos pautada nos indicadores ligados diretamente ao produto educacional como, por exemplo, o número de turmas e a carga horária apresentada por cada Unidade Acadêmica e, para um breve conhecimento destes indicadores, foram coletados o número de disciplinas ofertado por cada Unidade Acadêmica, a quantidade de matrículas no semestre, o número de turmas teóricas e práticas, o tamanho médio das

turmas e a sua carga horária semanal, bem como se buscou identificar também a natureza do gasto dos recursos alocados às Unidades por meio das programações trimestrais. A partir das informações coletadas foi confeccionado o “Quadro II” mostrado na Tabela 21.

Tabela 21 - Nº Disciplinas e Alunos/Disciplinas - UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)

QUADRO II - Nº Disciplinas e Alunos/Disciplinas - UFBA 1983 / 1984							
UNIDADES	NUMERO DE DISCIPLINAS DE CADA UNIDADE	Nº de TURMAS			ALUNO / DISCIPLINA	TAMANHO MÉDIO DA TURMA	CARGA HORÁRIA NA UNIDADE
		AULAS TEÓRICAS	AULAS PRÁTICAS	TOTAL			
Instituto de Matemática	79	208	-	208	7.925	38,1	1.008
Instituto de Física	22	48	72	120	1.747	14,6	402
Instituto de Química	43	60	140	200	2.219	11,1	622
Instituto de Biologia	26	55	99	154	1.644	10,7	252
Instituto de Geociências	62	66	117	183	2.041	11,2	504
Instituto de Letras	109	178	-	178	3.970	22,3	830
Instituto de Ciências da Saúde	42	81	303	384	4.277	11,1	683
Faculdade de Medicina	45	47	138	185	2.382	12,9	303
Faculdade de Direito	46	72	6	78	5.434	69,5	312
Escola Politécnica	139	195	192	387	6.376	16,5	972
Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	119	215	60	275	9.369	34,1	911
Escola de Belas Artes	40	93	-	93	1.759	18,9	657
Fac. de Ciências Econômicas	42	114	1	115	4.045	35,2	480
Escola de Enfermagem	19	21	40	61	735	12,1	110
Faculdade Farmácia	35	36	110	146	968	6,6	386
Faculdade de Odontologia	35	20	198	218	1.261	5,8	398
Faculdade de Arquitetura	44	150	5	155	3.356	21,7	846
Escola de Administração	38	62	5	67	2.316	34,6	274
Escola de Música e Artes Cênicas	115	121	184	305	1.928	6,3	501
Escola de Nutrição	31	28	21	49	474	9,7	134
Escola de Biblioteconomia e Comunicação	45	42	38	80	1.823	22,8	229
Faculdade de Educação	70	67	39	106	2.437	23	396
Escola de Agronomia	39	44	117	161	2.152	13,4	398
Escola de Medicina Veterinária	41	34	123	157	1.235	7,9	281
TOTAL GERAL	1.326	2.057	2.008	4.065	71.873	-	11.889

Concluiu-se, ao analisar os dados, que o tamanho médio da turma revelava-se como uma variável importante para os cálculos da despesa, quando existe receita por aluno, a partir do seguinte entendimento: quando a distribuição da receita utilizava como referência o quantitativo de alunos, uma turma que possuía 20 alunos apresentava a mesma despesa de uma turma com 10 alunos e uma receita equivalente ao dobro. Esse entendimento, por outro lado, pode indiretamente incentivar o desperdício de recursos financeiros dentro da instituição. Sendo assim, o tamanho médio da turma permitiria ter o conhecimento de onde estão alocados os recursos da instituição, bem como possibilitaria a partir daí um remanejamento mais adequado desses recursos, evitando assim o seu desperdício com situações não emergenciais da instituição. O estudo também apontou que o quantitativo de disciplinas não apresentava subsídio vantajoso como variável isolada, pois não se conhecia o seu significado em termos de horas trabalhadas. Desta forma, optou-se por utilizar as variáveis número de turmas, número de alunos por disciplina e carga horária de disciplinas ministradas na Unidade como indicadores de necessidade de custeio, e assim foram sugeridos os pesos de 20% para as aulas práticas, 10% para as aulas teóricas, 40% para a carga horária semanal de disciplinas ministradas na Unidade e 30% para alunos por disciplina no semestre, estabelecendo um rateio percentual que se imaginava representar o nível observado de necessidade de custeio de cada Unidade, e produzindo o “Quadro III” que é mostrado na Tabela 22, que, diferentemente da Tabela 21, já apresenta valores normalizados dentro dos percentuais estabelecidos. Portanto, esse procedimento pode ser definido por:

$$PARTP_{u,Des} = 30 \cdot \frac{ADIS_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} ADIS_i} + 10 \cdot \frac{AT_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} AT_i} + 20 \cdot \frac{AP_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} AP_i} + 40 \cdot \frac{CH_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} CH_i} \quad (85)$$

onde:

$PARTP$ É a participação percentual;

u,Des refere-se ao desempenho da Unidade u ;

AT refere-se às Aulas Teóricas;

AP refere-se às Aulas Práticas;

CH_u É a carga horária ministrada na unidade u ;

$ADIS_u$ Refere-se ao número de matriculados, e corresponde ao número de matrículas nas disciplinas efetivamente ministradas por docentes lotados na Unidade.

Tabela 22 - Nº de Turmas / Aluno Disciplina e Carga Horária - UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)

QUADRO III - Nº de Turmas / Aluno Disciplina e Carga Horária na Unidade UFBA 1983 / 1984					
UNIDADES	ALUNO / DISCIPLINA (Quantidade de matrículas no Semestre)	Nº de TURMAS			TOTAL
		AULAS TEÓRICAS	AULAS PRÁTICAS	CARGA HORÁRIA MINISTRADA NA UNIDADE	
Instituto de Matemática	3,4	1,0	—	3,4	7,8
Instituto de Física	0,7	0,2	0,7	1,4	3,0
Instituto de Química	0,9	0,3	1,4	2,0	4,6
Instituto de Biologia	0,7	0,2	1,0	0,9	2,8
Instituto de Geociências	0,8	0,3	1,2	1,6	3,9
Instituto de Letras	1,6	0,8	—	2,8	5,2
Instituto de Ciências da Saúde	1,8	0,4	3,0	2,3	7,5
Faculdade de Medicina	1,0	0,3	1,3	1,0	3,6
Faculdade de Direito	2,3	0,4	—	1,1	3,8
Escola Politécnica	2,7	0,9	1,9	3,2	8,7
Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	4,0	1,1	0,7	3,0	8,8
Escola de Belas Artes	0,7	0,5	—	2,2	3,4
Fac. de Ciências Econômicas	1,7	0,5	—	1,6	3,8
Escola de Enfermagem	0,3	0,1	0,4	0,4	1,2
Faculdade Farmácia	0,4	0,2	1,1	1,3	3,0
Faculdade de Odontologia	0,5	0,1	2,0	1,4	4,0
Faculdade de Arquitetura	1,4	0,7	0,1	2,8	5,0
Escola de Administração	1	0,3	—	0,9	2,2
Escola de Música e Artes Cênicas	0,8	0,6	1,8	1,6	4,8
Escola de Nutrição	0,2	0,2	0,2	0,5	1,1
Escola de Biblioteconomia e Comunicação	0,7	0,2	0,4	0,8	2,1
Faculdade de Educação	1	0,3	0,4	1,4	3,1
Escola de Agronomia	0,9	0,2	1,2	1,4	3,7
Escola de Medicina Veterinária	0,5	0,2	1,2	1,0	2,9
TOTAL GERAL	30	10	20	40	100

Na sequência, os dados eram ajustados, a partir de uma média aritmética, ao custo histórico de manutenção das Unidades Acadêmicas, objetivando minimizar possíveis diferenças que pudessem ser significativas entre o nível de necessidade e o volume de recursos utilizados, produzindo o “Quadro IV” apresentado na Tabela 23, que representava os gastos percentuais médios das Unidades nos últimos seis trimestres, como pode ser observado de forma mais detalhada nesta tabela.

Tabela 23 - Gastos das Unidades UFBA - 1983 / 1984 (UFBA, 1983)

QUADRO IV - Gastos das Unidades UFBA 1983 / 1984	
UNIDADES	TOTAL
Instituto de Matemática	3,4
Instituto de Física	3,6
Instituto de Química	8,6
Instituto de Biologia	3,2
Instituto de Geociências	13
Instituto de Letras	3,1
Instituto de Ciências da Saúde	8,9
Faculdade de Medicina	4,4
Faculdade de Direito	1,6
Escola Politécnica	8,3
Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	2,3
Escola de Belas Artes	1,4
Fac. de Ciências Econômicas	1,2
Escola de Enfermagem	2,9
Faculdade Farmácia	2,9
Faculdade de Odontologia	3,5
Faculdade de Arquitetura	4,7
Escola de Administração	2,4
Escola de Música e Artes Cênicas	3,5
Escola de Nutrição	1,0
Escola de Biblioteconomia e Comunicação	1,7
Faculdade de Educação	2,0
Escola de Agronomia	7,9
Escola de Medicina Veterinária	4,5
TOTAL	100

Do ajustamento do “Quadro III” ao chamado “Quadro IV” (média aritmética das colunas “TOTAL” das duas tabelas) resultou o chamado “Quadro V” mostrado na Tabela 24, que representava a participação percentual das Unidades. Portanto, completam esses modelo as seguintes equações:

$$PARTP_u = \frac{PARTP_{u,Des} + PARTP_{u,pas}}{2} \quad (86)$$

$$PARTP_{u,pas} = \frac{\sum_{i=1}^3 PARTP_u(ano - i)}{3} \quad (87)$$

Tabela 24 - Participação Percentual das Unidades - UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)

QUADRO V - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL UFBA 1983 / 1984			
UNIDADES	QUADRO NECESSIDADE	QUADRO EXECUÇÃO	QUADRO PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Instituto de Matemática	7,8	3,4	5,6
Instituto de Física	3,0	3,6	3,3
Instituto de Química	4,6	8,6	6,6
Instituto de Biologia	2,8	3,2	3,0
Instituto de Geociências	3,9	13,0*	8,4
Instituto de Letras	5,2	3,1	4,2
Instituto de Ciências da Saúde	7,5	8,9	8,2
Faculdade de Medicina	3,6	4,4	4,0
Faculdade de Direito	3,8	1,6	2,7
Escola Politécnica	8,7	8,3	8,5
Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	8,8	2,3	5,5
Escola de Belas Artes	3,4	1,4	2,4
Fac. de Ciências Econômicas	3,8	1,2	2,5
Escola de Enfermagem	1,2	2,9	2,0
Faculdade Farmácia	3,0	2,9	2,9
Faculdade de Odontologia	4,0	3,5	3,7
Faculdade de Arquitetura	5,0	4,7	4,9
Escola de Administração	2,2	2,4	2,3
Escola de Música e Artes Cênicas	4,8	3,5	4,2
Escola de Nutrição	1,1	1,0	1,1
Escola de Biblioteconomia e Comunicação	2,1	1,7	1,9
Faculdade de Educação	3,1	2,0	2,6
Escola de Agronomia	3,7	7,9	5,8
Escola de Medicina Veterinária	2,9	4,5	3,7
TOTAL	100	100	100

Outro ponto verificado no estudo estava relacionado com a computação dos gastos oriundos de atividades específicas executadas por algumas Unidades, o que demonstrou a necessidade de adicioná-los ao total a ser rateado, de maneira adicional à participação percentual definida anteriormente. Estimou-se o total das variações específicas em um valor perto de 20% do total dos recursos habitualmente alocados, razão essa que motivou a adoção deste percentual para desenvolvimento de um modelo hipotético de distribuição de recursos, como pode ser melhor compreendido a partir da análise do “Quadro VI” mostrado na Tabela 25. Portanto, o rateio final previsto por esse modelo é dado por:

$$RO_u = \left[\frac{PARTP_u}{100} \cdot \left(\frac{100000 + VE_j}{RO_j} \cdot RO_j - VE_j \right) + VE_u \right] \cdot \frac{RO_j}{100000 + VE_j} \quad (88)$$

onde na Tabela 25 foi utilizado um valor $VE_j = 25.000$.

Tabela 25 - Distribuição de Recursos - UFBA 1983 / 1984 (UFBA, 1983)

QUADRO VI - Distribuição de Recursos UFBA 1983 / 1984				Em 1.000
UNIDADES	QUADRO PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	DISTRIBUIÇÃO INICIAL	VARIAÇÕES ESPECÍFICAS	RATEIO FINAL
Instituto de Matemática*	5,6	5.600	-	5.600
Instituto de Física	3,3	3.300	-	3.300
Instituto de Química	6,6	6.600	-	6.600
Instituto de Biologia	3,0	3.000	-	3.000
Instituto de Geociências	8,4	8.400	5.000	13.400
Instituto de Letras	4,2	4.200	3.000	7.200
Instituto de Ciências da Saúde	8,2	8.200	-	8.200
Faculdade de Medicina	4,0	4.000	-	4.000
Faculdade de Direito	2,7	2.700	-	2.700
Escola Politécnica	8,5	8.500	2.000	10.500
Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	5,5	5.500	-	5.500
Escola de Belas Artes	2,4	2.400	-	2.400
Fac. de Ciências Econômicas	2,5	2.500	-	2.500
Escola de Enfermagem	2,0	2.000	-	2.000
Faculdade Farmácia	2,9	2.900	5.000	7.900
Faculdade de Odontologia	3,7	3.700	1.000	4.700
Faculdade de Arquitetura	4,9	4.900	4.000	8.900
Escola de Administração	2,3	2.300	-	2.300
Escola de Música e Artes Cênicas	4,2	4.200	-	4.200
Escola de Nutrição	1,1	1.100	-	1.100
Escola de Biblioteconomia e Comunicação	1,9	1.900	-	1.900
Faculdade de Educação	2,6	2.600	-	2.600
Escola de Agronomia	5,8	5.800	3.000	8.800
Escola de Medicina Veterinária	3,7	3.700	2.000	5.700
TOTAL	100	100.00	25.000	125.000
<i>*Inclusive Pavilhão de aulas da Federação – PAF</i>				

É importante ressaltar que não existem registros na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da UFBA que comprovem a utilização ou não dos estudos realizados em 1981 e 1983 / 1984 para o estabelecimento de critérios e execução da distribuição dos recursos nos anos seguintes. A formulação atual de alocação de recursos na UFBA encontra-se pautada em um estudo desenvolvido em 1998 pela sua Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, na época denominada

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, em conjunto com o Setor de Informações Estatísticas, que ficou conhecido como “Matriz de Alocação de Recursos para Unidades Universitárias” (Baiard e Lima, 1998).

O trabalho desenvolvido em 1988 foi realizado a partir da configuração de diversas planilhas de cálculo e gráficos que buscavam medir e representar a participação de cada variável selecionada no estudo frente ao conjunto de Unidades Acadêmicas da Universidade, objetivando assim estabelecer, em termos percentuais, os chamados “coeficientes de distribuição” dos recursos de OCC (Outros Custeios e Capital). Inicialmente foram realizadas, em sequência, simulações com sete, seis, cinco e quatro variáveis para o confronto de resultados e definição da participação dos indicadores na formulação. As variáveis analisadas e os critérios estabelecidos (Var_i) foram os seguintes:

1. Alunos por disciplinas de graduação da Unidade: corresponde à parcela de participação percentual do número de alunos matriculados em cada disciplina dos cursos ofertados pelas diferentes Unidades após a sua multiplicação pelo Peso da área de conhecimento, que possui uma variação de 1 a 4;
2. Alunos de graduação da Unidade: corresponde à parcela de participação percentual do número total de alunos matriculados nos cursos de graduação da Unidade após a sua multiplicação pelo Peso da área de conhecimento, que possui uma variação de 1 a 4;
3. Alunos de pós-graduação da Unidade: corresponde à parcela de participação percentual do número total de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da Unidade após a sua multiplicação pelo Peso da área de conhecimento, que possui uma variação de 1 a 4;
4. Área de laboratório da Unidade (em m^2): corresponde à parcela de participação percentual que mede a área construída de laboratórios das Unidades em relação ao total da área construída de laboratórios da instituição, com Peso= 1,0;
5. Área de equipamentos especiais (em m^2): corresponde à parcela de participação percentual que mede a área reservada nas Unidades para guarda e/ou utilização de equipamentos de suporte técnico em geral, eletrônicos ou não, utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em relação ao total da área da instituição utilizada para o mesmo fim, com Peso= 1,0;

6. Área total da Unidade (em m²): corresponde à parcela de participação percentual que mede a área construída e utilizada pelas Unidades em relação ao total da área construída e utilizada da instituição, com Peso= 1,0;
7. Professor Equivalente da Unidade: corresponde à parcela de participação percentual do número docentes de carreira, substitutos e visitantes lotados na Unidade, com carga horária de 20 h, 40 h ou Dedicação Exclusiva (DE), após a sua multiplicação pelos seus Pesos, 20hs= 0.5, 40hs= 0.75 e DE= 1.0, e relativizados pelo total da instituição.

A Figura 2 mostra os coeficientes de distribuição dos recursos que cada Unidade Universitária teria direito depois de finalizados os cálculos pertinentes através das Eqs. 89 e 90 e de uma equação semelhante à Eq. 2.

$$\begin{aligned}
 PARTP_u = & p_{AC} \cdot \frac{100 \cdot ADIS_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} ADIS_i} + p_{AC} \cdot \frac{100 \cdot Nm_{G,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} Nm_{G,i}} + p_{AC} \cdot \frac{100 \cdot Nm_{PG,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} Nm_{PG,i}} + p_{AC} = 1 \text{ a } 4 \\
 & + 1,0 \cdot \frac{100 \cdot A_{Con,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} A_{Con,i}} + 1,0 \cdot \frac{100 \cdot A_{EE,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} A_{EE,i}} + 1,0 \cdot \frac{100 \cdot A_{Con,u}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} A_{Con,i}} + \\
 & + \frac{0,5 \cdot 20H_u + 0,75 \cdot 40H_u + 1,0 \cdot DE_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} (0,5 \cdot 20H_i + 0,75 \cdot 40H_i + 1,0 \cdot DE_i)}
 \end{aligned} \tag{89}$$

$$PART_u = \frac{PARTP_u}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} PARTP_i} \tag{90}$$

onde:

p_{AC} são os pesos das áreas de conhecimento. Área I: Faculdade de Arquitetura= Peso 2; Instituto de Física e Escola Politécnica= Peso 3; Matemática= Peso 1; Instituto de Química e Instituto de Geociências= Peso 4. Área II: Escola de Agronomia, Faculdade de Farmácia, Instituto de Biologia, Instituto de Ciências da Saúde, Escola de Medicina Veterinária e Faculdade de Odontologia= Peso 4; Escola de Enfermagem e Instituto de Saúde Coletiva= Peso 2; Faculdade de Medicina e

Escola de Nutrição= Peso 3. Área III: Faculdade de Administração, Faculdade de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto de Ciências da Informação= Peso 1; Faculdade de Comunicação= Peso 2. Área IV: Instituto de Letras= Peso 1. Área V: Escola de Belas Artes, Escola de Dança, Escola de Música e Escola de Teatro= Peso 2;

G refere-se a graduação;

PG refere-se a pós-graduação;

EE refere-se às áreas de equipamentos especiais.

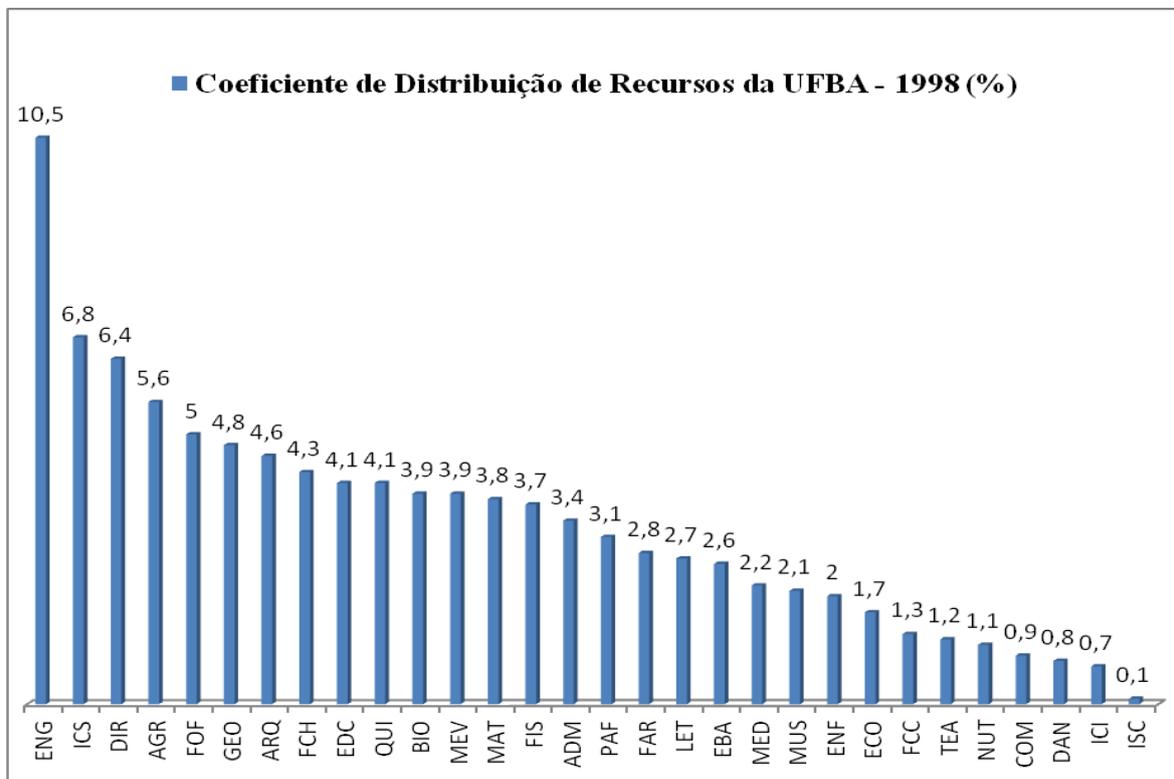


Figura 2 - Coeficiente de Distribuição de Recursos da UFBA– 1998 (%) (Baiard e Lima, 1998).

Os dados utilizados na mensuração das variáveis são deixados para consulta ao final deste trabalho: Anexo A - Alunos / disciplinas da graduação UFBA 1998; Anexo B - Alunos de graduação das unidades (cursos) UFBA 1998; Anexo C - Alunos de pós-graduação UFBA 1998; Anexo D - Área do laboratório (m²) UFBA 1998; Anexo E - Área de equipamentos especiais (m²) UFBA 1998; Anexo F - Área total (m²) UFBA 1998; e Anexo G - Professor equivalente na Unidade UFBA 1998.

Esta formulação, chamada na UFBA de “Matriz de Alocação de Recursos para Unidades Universitárias” a partir do critério denominado “BAIARD”, estabelece até os dias atuais “Cotas de Manutenção” de recurso orçamentário a serem alocadas por Unidade Acadêmica, tendo sido implementado através de planilha eletrônica que é ilustrada na Tabela 26 (Baiard e Lima, 1998). Vale salientar também que a distribuição do Crédito Orçamentário poderá apresentar variações no quantitativo de “cotas”, ou seja, desde uma única cota para todo o exercício ou o seu parcelamento em duas ou mais “cotas”.

Outro ponto a ser destacado consiste no fato deste modelo não ter passado por atualizações ou correções até o presente momento, ou seja, nos últimos exercícios foram efetuados apenas reajustes lineares baseados no percentual de aumento do orçamento concedido pelo MEC para o período. Além disso, diversas Unidades [como Instituto de Humanidades, Artes e Ciência (IHAC), Biblioteca Central / Centro de Estudos Baianos (BIC/CEB), Centro de Estudos Afro-Ocidentais (CEAO), Centro de Pesquisa em Geofísica e Geologia (CPGG), Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH), Hospital de Medicina Veterinária (HOSPMEV), Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Museu de Arte Sacra (MAS), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Instituto de Psicologia (IPSI)], que foram criadas ou incorporadas à distribuição orçamentária posteriormente a esse estudo, não compõem a planilha principal de distribuição, fazendo parte de outra Planilha Orçamentária, denominada “Distribuição de Crédito por Órgão Suplementar”, que não demonstra os percentuais a que cada uma tem direito, ou seja, apresenta apenas os valores (em R\$) já pré-estabelecidos.

Observa-se ainda que os percentuais apresentados na Figura 2 não são consistentes com aqueles apresentados na Tabela 26. Isso se deve, provavelmente, às novas Unidades incorporadas, conforme relatado acima, e/ou outros ajustes, atualizações ou correções que tenham sido ao longo do tempo que, no entanto, não foram documentadas, ao menos até o conhecimento do autor.

Tabela 26 - Distribuição de Crédito por Unidades Universitárias - UFBA 1998 (Baiaird e Lima, 1998)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA												
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO												
SETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS												
											Ano/Cota:	E
DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO POR UNIDADE UNIVERSITÁRIA											Mês:	X
Especificação/Histórico:			Despesas Janeiro e dezembro							Total (1)	Parcela a distribuir (2)	Soma (1) + (2)
			Telefone	DIM	NUMEP	EDUFBA	Outras					
Valor (R\$):			0	0	0	0	0	0	0	0	0	
UNIDADE		Participação	A deduzir							A distribuir	Elemento de despesa	
CÓDIGO	NOME	%	R\$ (A)	Telefone	DIM	NUMEP	EDUFBA	Outros	Total (B)	R\$ (A-B)	33.90.30	33.90.39
153843	ADM	2,10	0							0	0	0
153842	ARQ	3,90	0							0	0	0
153829	BIO	3,50	0							0	0	0
153849	COM	3,40	0							0	0	0
153851	DAN	3,40	0							0	0	0
153834	DIR	2,30	0							0	0	0
153837	EBA	2,30	0							0	0	0
153838	ECO	3,00	0							0	0	0
153847	EDC	3,90	0							0	0	0
153839	ENF	2,50	0							0	0	0
153835	ENG	6,50	0							0	0	0
153840	FAR	3,90	0							0	0	0
153937	FCC	1,80	0							0	0	0
153836	FCH	3,80	0							0	0	0
153827	FIS	3,90	0							0	0	0
153830	GEO	3,90	0							0	0	0
153846	ICI	2,10	0							0	0	0
153832	ICS	6,00	0							0	0	0
153938	ISC	1,80	0							0	0	0
153831	LET	3,50	0							0	0	0
153826	MAT	3,90	0							0	0	0
153833	MED	3,50	0							0	0	0
153848	MEV	4,50	0							0	0	0
153844	MUS	2,10	0							0	0	0
153845	NUT	2,10	0							0	0	0
153841	ODO	3,90	0							0	0	0
153934	PAF	4,20	0							0	0	0
153828	QUI	4,90	0							0	0	0
153850	TEA	3,40	0							0	0	0
TOTAL		100	0							0	0	0

5. CRÍTICA AOS MODELOS ESTUDADOS

5.1. Síntese da Avaliação Comparativa dos Modelos Estudados

A partir da análise dos modelos descritos anteriormente, é possível comparar os modelos estudados entre si e cotejá-los com os conceitos presentes na Matriz ANDIFES utilizada pela SESu/MEC para alocação dos recursos orçamentários às Universidades Federais, observando possíveis potencialidades e fraquezas de cada um deles. Aqui esta comparação foi feita tomando por base os seguintes critérios, e esta comparação está sumarizada na Tabela 27.

- 1) O modelo contempla em sua formulação o conceito de Aluno Equivalente adotado pela SESu/MEC e pela ANDIFES para repasse orçamentário?
- 2) O modelo reconhece a necessidade e se preocupa em distribuir os recursos a partir da diferenciação dos cursos por custo *per capita* dos alunos?
- 3) O modelo confronta a quantidade de recursos “disponíveis” e o que é “necessário” com a finalidade de se identificar possíveis distorções e quais seus percentuais?
- 4) O modelo enfatiza a preocupação da gestão com a melhoria do desempenho institucional em busca de uma melhoria acadêmica contínua, o que pode conduzir também a alcançar no futuro um maior repasse orçamentário por parte do governo?
- 5) Verifica-se no modelo a preocupação com a estruturação dos novos cursos ofertados pela Universidade, conforme os critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES?
- 6) Verifica-se no modelo a preocupação com os cursos que possam ser ministrados fora da sede, conforme os critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES?
- 7) Verifica-se no modelo a preocupação com os cursos noturnos, conforme os critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES?
- 8) Existe a preocupação com a atualização dos indicadores e com o monitoramento da pertinência da Matriz no decorrer dos anos?
- 9) O modelo apresenta separação entre as áreas administrativa e acadêmica para a distribuição dos recursos orçamentários?
- 10) O modelo considera, para além dos critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES, critérios próprios não contemplados pela ANDIFES, mas considerados institucionalmente importantes?

Tabela 27 - Avaliação Comparativa dos Modelos Estudados

AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS MODELOS ESTUDADOS												
QUESITOS	UNIVERSIDADES FEDERAIS ESTUDADAS											
	UTFPR	UFLA	UNIFAL	UFSCar	UFV	UFPA	UNIVASF	UFPEl	UFG	UFU	UFRJ	UFBA
1) O modelo contempla em sua formulação o conceito de Aluno Equivalente adotado pela SESu/MEC e pela ANDIFES para repasse orçamentário?		X	X		X	X	X	X	X			X
2) O modelo reconhece a necessidade e se preocupa em distribuir os recursos a partir da diferenciação dos cursos por custo <i>per capita</i> dos alunos?	X	X	X		X		X	X	X	X		X
3) O modelo confronta a quantidade de recursos “disponíveis” e o que é “necessário” com a finalidade de se identificar possíveis distorções e quais seus percentuais?												
4) O modelo enfatiza a preocupação da gestão com a melhoria do desempenho institucional em busca de uma melhoria acadêmica contínua, o que pode conduzir também a alcançar no futuro um maior repasse orçamentário por parte do governo?		X									X	
5) Verifica-se no modelo a preocupação com a estruturação dos novos cursos ofertados pela Universidade, conforme os critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES?		X					X	X	X			
6) Verifica-se no modelo a preocupação com os cursos que possam ser ministrados fora da sede, conforme os critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES?	X	X					X	X	X			
7) Verifica-se no modelo a preocupação com os cursos noturnos, conforme os critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES?		X						X	X			
8) Existe a preocupação com a atualização dos indicadores e com o monitoramento da pertinência da Matriz no decorrer dos anos?				X	X	X	X			X	X	
9) O modelo apresenta separação entre as áreas administrativa e acadêmica para a distribuição dos recursos orçamentários?	X				X		X		X			X
10) O modelo considera, para além dos critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES, critérios próprios não contemplados pela ANDIFES, mas considerados institucionalmente importantes?	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X

5.2. Crítica ao Conjunto de Modelos

Percebe-se nos modelos analisados (à exceção de uma abordagem inicial considerada pela UFRJ), assim como na Matriz ANDIFES, uma falta de confronto entre a quantidade de recursos “disponíveis” e o que é “necessário” com a finalidade de se identificar possíveis distorções e quais seus percentuais, ou seja, o dimensionamento para que as demandas possam ser atendidas adequadamente (Quesito nº 3). Vale ressaltar que esses modelos não são uniformes entre as Universidades Federais e deveriam ser anualmente analisados e melhorados por elas.

Embora não realizado por todos os modelos, a estimativa de custos de operação para cada Unidade Universitária é essencial para que se possa fundamentar a necessidade de recursos solicitados, e a Tabela de Pesos por Grupo (pesos dos cursos), estabelecida pelo próprio Ministério da Educação, tende a ser o parâmetro mais adequado, tendo em vista que os cursos foram subdivididos em áreas de custos para tornar possível a diferenciação entre os cursos de maiores custos em relação aos demais. Um dos fatores predominantes para a determinação desta classificação é a utilização de laboratórios, que exigem maiores recursos para o seu funcionamento.

A utilização da Tabela de Pesos por Grupo do MEC permite efetuar a distinção entre o custo *per capita* por aluno no momento do cálculo do percentual a ser distribuído a partir das diferenças das demandas por recursos de cada um dos cursos da instituição, uma vez que uns necessitam de um maior aporte de recursos do que outros. Vale ressaltar que algumas matrizes não fazem distinção entre os cursos, ou seja, a distribuição dos recursos orçamentários é feita de forma linear, o que parece ser um equívoco, tendo em vista as características específicas de alguns cursos, como os das áreas de Saúde e Engenharia, que envolvem laboratórios e equipamentos específicos no desenvolvimento das suas atividades (Quesito nº 2).

Apenas dois modelos enfatizam a preocupação da gestão com a melhoria do desempenho institucional em busca de uma melhoria acadêmica contínua, o que pode conduzir também a alcançar no futuro um maior repasse orçamentário por parte do governo (Quesito nº 4).

A distinção entre as áreas acadêmica e administrativa encontra-se presente em menos da metade dos modelos analisados e a preocupação com a atualização dos indicadores e com o monitoramento da pertinência da matriz no decorrer dos anos também não se encontra em destaque uma vez que só a metade dos trabalhos estudados os contemplam, bem como não apresentam compromisso com o aperfeiçoamento da base de dados da graduação e da pós-graduação, o que pode ocasionar distorções na alocação dos recursos, tendo em vista as variações de demanda nas Unidades Acadêmicas (Quesito nº 8 e Quesito nº 9).

Apenas dois modelos não consideram, para além dos critérios e orientações adotados pela Matriz ANDIFES, critérios próprios institucionalmente importantes não contemplados pela ANDIFES, o que pode evidenciar uma crítica aos critérios hoje adotados pela ANDIFES e uma importante fonte de identificação de oportunidades que possam gerar futuras melhorias ao modelo (Quesito nº 10).

6. PROPOSTA DE UMA MATRIZ PARA ALOCAÇÃO INTERNA DE RECURSOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS (UFB)

Utilizando a base empírica das Universidades Federais que desenvolveram estudos voltados para a gestão eficiente dos recursos de Outros Custeios e Capital e o indicador base da Matriz ANDIFES, o Aluno Equivalente, foram realizados neste trabalho reformulações, aprimoramentos e adaptações de índices que fossem capazes de contemplar o trinômio ensino, pesquisa e extensão e que pudessem valorizar da maneira mais fidedigna possível o desempenho de cada Unidade Universitária das UFB, permitindo uma melhor alocação interna de recursos e conseqüentemente gerando um melhor desempenho institucional, bem como traduzir os custos associados às estruturas dos diversos cursos ofertados, evidenciando as diferenças entre os que necessitam de um maior valor de dispêndio de recursos orçamentários e os que possuem uma menor demanda, facilitando o planejamento por meio da sua gestão orçamentária, de acordo com os critérios descritos a seguir. Foram consideradas também a clareza e objetividade dos indicadores, bem como a facilidade na coleta dos seus dados, o que tende, conseqüentemente, a facilitar a sua implementação. A parametrização do modelo proposto permite também diminuir conflitos, pois ela pode aproximar-se da realidade atual de qualquer um dos modelos apresentados anteriormente.

6.1. Formulação do Modelo Proposto

Com base nos modelos apresentados e discutidos anteriormente, uma proposta de generalização destes modelos é desenvolvida aqui. Dada uma quantidade RO_j de recursos orçamentários totais para a universidade alocar, ela pode, inicialmente, ser dividida em três parcelas, uma para as Unidades Administrativas (UA) e uma segunda para a distribuição individual às Unidades Universitárias (UU), conforme prevê todos os modelos discutidos, e uma terceira para “demandas anteriores não contempladas, demandas coletivas e/ou atividades administrativas comuns” das Unidades Acadêmicas (UUC), conforme proposto pela UFSCar (critérios ANC e COL) e pela UNIVASF (critério AAC). Desta forma:

$$RO_j = RO_{j,UA} + RO_{j,UU} + RO_{j,UUC} \quad (91)$$

ou, considerando frações (α) do orçamento total:

$$\alpha_{j,UU} = (1 - \alpha_{j,UA} - \alpha_{j,UUC}) \quad RO_{j,UU} = (1 - \alpha_{j,UA} - \alpha_{j,UUC}) \cdot RO_j \quad (92)$$

Numa segunda etapa, identificou-se que algumas universidades (p.e., UFRJ, entre outras), consideram, além dos requisitos de desempenho e de necessidades objetivamente quantificáveis (*Des*), também o “montante pretendido” (*pret*) por cada Unidade, bem como as distribuições realizadas em anos passados (*pas*), neste caso:

$$RO_{j,UU} = RO_{j,UU,Des} + RO_{j,UU,pret} + RO_{j,UU,pas} \quad (93)$$

ou, considerando frações (β) do orçamento $RO_{j,UU}$ (para a determinação da fração de anos anteriores, podem ser consideradas, por exemplo, as abordagens da UFRJ ou da UFU, na consideração do “vetor equilíbrio”):

$$\beta_{j,UU,Des} = (1 - \beta_{j,UU,pret} - \beta_{j,UU,pas}) \quad (94)$$

$$RO_{j,UU,Des} = (1 - \beta_{j,UU,pret} - \beta_{j,UU,pas}) \cdot RO_{j,UU} \quad (95)$$

A parcela para as Unidades Administrativas pode ser calculada a partir do total das despesas realizadas no último exercício, com o objetivo de suprir as demandas da Reitoria, Pró-Reitorias e outros Órgãos da Administração Central, sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento a execução deste procedimento após a sua aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUNI). Além disso, as parcelas para as Unidades Administrativas e para

“demandas anteriores não contempladas, demandas coletivas e/ou atividades administrativas comuns” podem ser subdivididas (através de pesos β), por exemplo:

$$RO_{j,UA,i} = \beta_{j,UA,i} \cdot RO_{j,UA} \quad i = 1, N_{UA} \quad \sum_{i=1}^{N_{UA}} \beta_{j,UA,i} = 1 \quad (96)$$

$$RO_{j,UUC,i} = \beta_{j,UUC,i} \cdot RO_{j,UUC} \quad i = 1, N_{UUC} \quad \sum_{i=1}^{N_{UUC}} \beta_{j,UUC,i} = 1 \quad (97)$$

onde N_{UUC} é o número de sub-divisões das “demandas anteriores não contempladas, demandas coletivas e/ou atividades administrativas comuns”. Em relação às distribuições realizadas em anos passados, $RO_{j,UU,pas}$, é possível considerar a influência (γ) de mais de um ano pretérito (N_{AP} anos) em relação ao *ano* atual:

$$RO_{j,UU,pas,u} = \frac{\sum_{i=1}^{N_{AP}} \gamma_{j,UU,pas,i} \cdot RO_{j,UU,u}^*(ano - i)}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} \sum_{i=1}^{N_{AP}} \gamma_{j,UU,pas,i} \cdot RO_{j,UU,k}^*(ano - i)} \cdot RO_{j,UU,pas} \quad \sum_{i=1}^{N_{AP}} \gamma_{j,UA,i} = 1 \quad (98)$$

* Aqui deve-se definir que parcela de $RO_{j,UU,u}$ distribuída em anos passados deve ser considerada, por exemplo, se a parcela integral, como no modelo da UFRJ, ou se parte dela, como no modelo da UFU.

Em relação ao “montante pretendido”, $RO_{j,UU,pret}$, pode ser utilizada a Eq. 79 da UFRJ, resultando em:

$$RO_{j,UU,pret,u} = \frac{RO_{u,pret}}{\sum_{i=1}^{N_{UU}} RO_{u,pret}} \cdot RO_{j,UU,pret} \quad (99)$$

E, em relação ao recurso obtido em função dos critérios quantificáveis de uma dada Unidade Universitária u , $RO_{j,UU,Des,u}$, ele é dado pela sua fração de participação, conforme formulado para todos os modelos apresentados (embora no equacionamento da UFPA a consideração dos itens de desempenho tenha sido feita diretamente no orçamento, e não na fração de participação, as duas formulações são equivalentes):

$$RO_{j,UU,Des,u} = PART_u \cdot RO_{j,UU,Des} \quad (100)$$

A fração de participação pode ser formulada como uma soma de contribuições (N_{contr} contribuições) ponderadas (através de pesos γ), observando-se que cada contribuição varie dentro de uma mesma faixa (aqui considerada entre 0 e 1), a fim de que seus respectivos pesos possam ter um significado mais claro da importância de cada parcela:

$$PART_u = \frac{\sum_{i=1}^{N_{contr}} \gamma_i \cdot PART_{u,i}}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} \sum_{i=1}^{N_{contr}} \gamma_i \cdot PART_{k,i}} \quad \sum_{i=1}^{N_{contr}} \gamma_i = 1 \quad (101)$$

Os primeiros insumos de $PART_u$ são aqueles definidos pelos Alunos Equivalentes e pelo desempenho acadêmico dos cursos, conforme critérios adotado pela Matriz ANDIFES:

$$PART_{u,AE} = PTAE_u \quad PART_{u,EQ} = EQR_u \quad (102)$$

Neste caso, aplicam-se as Eqs. 3-19, considerando-se, ao invés da UFB j , a UU u . Além disso, utiliza-se a Eq. 36, considerando que o número de alunos de graduação equivalentes de uma dada Unidade Universitária é igual à soma das contribuições da UU na carga horária de cada curso (se desejado, uma abordagem semelhante pode ser considerada também para a pós-graduação, embora neste caso a abordagem deva ser um pouco mais elaborada, visto que o esforço de orientação deve ser considerado, inclusive de forma mais importante do que o esforço de aulas).

É importante ressaltar que com esta metodologia os cursos são subdivididos em grupos, visando permitir a diferenciação entre cursos de maiores custos e os demais, evidenciando assim a diferença de custo *per capita* dos alunos, por meio da utilização nos cálculos de pesos diferenciados estabelecidos pelo MEC (2005) para cada agrupamento de cursos relacionado à área de conhecimento, conforme a Tabela 28, e do entendimento do conceito de Aluno Equivalente.

Tabela 28 - Grupos de Cursos, Peso por Grupos, Áreas de Conhecimento, Fator Retenção e Duração Média - SESu-MEC (MEC, 2005)

Tabela de Grupos de Cursos, Peso por Grupos, Áreas de Conhecimento, Fator Retenção e Duração Média - SESu-MEC					
GRUPO	PESO POR GRUPO	ÁREA	DESCRIÇÃO DA ÁREA	FATOR RETENÇÃO	DURAÇÃO MÉDIA
A1	4,5	CS1	Medicina	0,0650	6
		CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5
A2		CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4
		CB	Ciências Biológicas	0,1250	4
		ENG	Engenharias	0,0820	5
		TEC	Tecnólogos	0,0820	3
		CS3	Nutrição, Farmácia	0,0660	5
		CA	Ciências Agrárias	0,0500	5
A3	1,5	CE2	Ciências Exatas – Computação	0,1325	4
		CE1	Ciências Exatas - Matemática e Estatística	0,1325	4
		CSC	Arquitetura e Urbanismo	0,1200	4
		A	Artes	0,1150	4
		M	Música	0,1150	4
		CS4	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Educação Física	0,0660	5
A4	1,0	CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4
		CSB	Direito	0,1200	5
		LL	Linguística e letras	0,1150	4
		CH	Ciências Humanas	0,1000	4
		CH1	Psicologia	0,1000	5
		CH2	Formação de Professor	0,1000	4
* Peso por Grupo para os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação.					
** O Peso para a Residência Médica será sempre 1,0.					

De acordo com as propostas dos diversos modelos, outros insumos que podem ser considerados são:

- Número de Docentes e de Técnico-Administrativos ($NDTA$, $PART_{u,NS}$);
- Qualificação do Corpo Docente ($IQCD$, $PART_{u,QD}$);
- Produção científica ($Prod$, $PART_{u,PC}$);
- Produção extensionista (Ext , $PART_{u,PE}$);
- Manutenção (Man , $PART_{u,Man}$), considerando áreas construída, de laboratórios e de equipamentos especiais (EE);
- Docentes envolvidos em projetos de pesquisa ou extensão ($DEPE$, $PART_{u,DEPE}$);
- Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo ($IQCTA$, $PART_{u,QT}$);

resultando em:

$$PART_u = \frac{\sum_{i=AE,EQ,NS,QD,PC,PE,Man,DEPE,QT} \gamma_i \cdot PART_{u,i}}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} \sum_{i=AE,EQ,NS,QD,PC,PE,Man,DEPE,QT} \gamma_i \cdot PART_{k,i}} = 1 \quad (103)$$

Para o número de técnico-administrativos e docentes da Unidade Universitária u pode-se utilizar as expressões abaixo:

$$PART_{u,NS} = \frac{NDT_u}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} NDT_k} \quad (104)$$

$$NDT_u = \delta_{20H} \cdot 20H + \delta_{40H} \cdot 40H + \delta_{DE} \cdot DE + \delta_{T_{ADM}} \cdot T_{ADM} \quad (105)$$

Para a definição do índice de qualificação docente da Unidade Universitária u pode-se utilizar a expressão abaixo:

$$PART_{u,QD} = \frac{IQCD_u}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} IQCD_k} \quad (106)$$

$$IQCD_u = \frac{\delta_{D_G} \cdot D_G + \delta_{D_E} \cdot D_E + \delta_{D_M} \cdot D_M + \delta_{D_D} \cdot D_D}{TD_u} \quad (107)$$

Para a produção científica podem ser considerados números de artigos publicados em revistas, livros publicados, capítulos de livros, depósitos de patentes, registros de *softwares* e cultivares, e projetos financiados, entre outros, relativizando-se a produção pelo total de docentes pertencentes à unidade, onde $N_{AD,u}$ é o número de autores docentes da Unidade e $N_{AD,OU}$ é o número de autores docentes de outras unidades da universidade:

$$PART_{u,PC} = \frac{Prod_u}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} Prod_k} \quad (108)$$

$$Prod_u = \frac{\sum_{j=1}^{N_{TPC}} \sum_{i=1}^{N_{Prod_{u,j}}} \delta_{PC,j} \cdot \frac{N_{AD,u,i}}{N_{AD,u,i} + N_{AD,OU,i}}}{TD_u} \quad (109)$$

A variável Ext_u corresponde ao total dos cursos, projetos, programas e outras atividades de extensão desenvolvidas pela Unidade Universitária u , relativizado pelo total de docentes de cada unidade:

$$PART_{u,PE} = \frac{Ext_u}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} Ext_k} \quad (110)$$

$$Ext_u = \frac{\sum_{j=1}^{N_{TPE}} \sum_{i=1}^{N_{Prod,u,j}} \delta_{PE,j} \cdot \frac{N_{AD,u,i}}{N_{AD,u,i} + N_{AD,OU,i}}}{TD_u} \quad (111)$$

Para a manutenção, pode-se considerar as áreas, conforme definido anteriormente:

$$PART_{u,Man} = \frac{IMan_u}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} IMan_k} \quad (112)$$

$$IMan_u = \delta_{AP_{Lab}} \cdot AP_{Lab,u} + \delta_{AP_{Con}} \cdot AP_{Con,u} + \delta_{AP_{EE}} \cdot AP_{EE,u} \quad (113)$$

Em relação aos docentes envolvidos em projetos de pesquisa ou extensão, utiliza-se uma formulação da formulação da UFPA, relativizado pelo total de docentes de cada unidade:

$$PART_{u,DEPE} = \frac{\frac{N_{DEPE,u}}{TD_u}}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} \frac{N_{DEPE,k}}{TD_k}} \quad (114)$$

Para a definição do índice de qualificação de técnico-administrativos da Unidade Universitária u pode-se utilizar a expressão abaixo:

$$PART_{u,QT} = \frac{IQCTA_u}{\sum_{k=1}^{N_{UU}} IQCTA_k} \quad (115)$$

$$IQCTA_u = \frac{\delta_{T_{ADM,EF}} \cdot T_{ADM,EF} + \delta_{T_{ADM,EM}} \cdot T_{ADM,EM} + \delta_{T_{ADM,G}} \cdot T_{ADM,G} + \delta_{T_{ADM,E}} \cdot T_{ADM,E} + \delta_{T_{ADM,M}} \cdot T_{ADM,M} + \delta_{T_{ADM,D}} \cdot T_{ADM,D}}{T_{ADM}} \quad (116)$$

Vale ressaltar que este modelo genérico proposto contempla também, ao menos em termos de insumos gerais, os modelos da UFSCar, UFV, UFG, UFU, e da UFBA, que seguem uma abordagem diferente da abordagem de Aluno Equivalente e, portanto, não podem ter uma equivalência estrita. Em relação ao modelo da UFG, é suficiente dividir os recursos $RO_{j,UU}$ em duas parcelas distintas, de custeio e capital, e utilizar pesos diferentes para cada uma das parcelas. Portanto, se desejado, a partir da definição de uma das duas, por exemplo $RO_{j,UU,cust}$, calcula-se a outra parcela:

$$RO_{j,UU,cap} = RO_{j,UU} - RO_{j,UU,cust} \quad (117)$$

e define-se os pesos e variáveis anteriores “em duplicata”, em um caso acrescentando o subscrito *cust* e no outro o subscrito *cap*. Esse mesmo raciocínio pode se aplicar ao modelo da UFSCar e da UFV. Ou seja, ao invés de se dividir o recurso apenas em custeios e capital, ele pode ser dividido por elemento de despesa. Essa formulação é, inclusive, muito mais clara e objetiva do que os modelos praticados por estas instituições.

6.2. Aplicação do Modelo Utilizando Dados da UFBA

Não pretende-se aqui fazer um estudo exaustivo das potencialidades do modelo e de sua sensibilidade em relação aos seus parâmetros, o que pode ser alvo de estudos futuros, mas tão somente fazer uma aplicação dele com dados os mais fidedignos possíveis de uma UFB, no caso a UFBA, instituição da qual o autor deste trabalho era servidor à época de sua realização e, portanto, tinha uma maior facilidade para obtenção de dados.

Para efeitos desta exemplificação, serão utilizados os Indicadores de Desempenho da UFBA divulgados em:

- UFBA (2013a) (Anexo K - Custo Corrente /Aluno Equivalente, UFBA 2013; Anexo T - Alunos Tempo Integral - UFBA 2013; Anexo U - Alunos Graduação - UFBA 2013.2; Anexo AB - Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD 2013; Anexo AC - Conceitos

CAPES/MEC dos Programas de Pós-Graduação - Ano 2013; e Anexo V - Crédito / Orçamento Final 2013 UFBA e Complexo);

- UFBA (2013a) e TCU (2012) [Anexo Z - Resumo dos Indicadores de Gestão da UFBA (Decisão TCU nº 408/2012)];
- UFBA (2013b) (Anexo S - Principais Despesas de Manutenção - UFBA 2013);
- UFBA (2013c) (Anexo L - Total de Alunos Ativos Área I, Graduação - UFBA 2013; Anexo M - Total de Alunos Ativos Área II, Graduação - UFBA 2013; Anexo N - Total de Alunos Ativos Área III, Graduação - UFBA 2013; Anexo O - Total de Alunos Ativos Áreas IV e V, Graduação - UFBA 2013; Anexo P - Total de Alunos Ativos do Mestrado - UFBA 2013; Anexo Q - Total de Alunos Ativos do Doutorado - UFBA 2013; Anexo R - Total de Alunos Ativos da Residência Médica - UFBA 2013);
- UFBA (2014) (Anexo H - Graduação, UFBA 2013; Anexo I - Matrícula e Conclusão na Pós-Graduação, UFBA 2013; Anexo J - Área Física e Caracterização de Uso, UFBA 2013);
- UFBA (2013f) (Relatório da IES - Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE - UFBA 2013);
- UFBA (2012b) (Relatório da IES- Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE - UFBA 2012);
- UFBA (2011) (Relatório da IES- Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE - UFBA 2011);
- UFBA (2013g) (Dados retirados do Sistema Integrado de Pessoal da UFBA).

Considerar-se-ão também os dados registrados na Tabela 28, onde é contemplada a variação do *custo per capita* por aluno entre os diversos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Residência Médica, buscando-se assim exemplificar uma distribuição mais justa dos recursos orçamentários na instituição.

Considerando o orçamento para o ano de 2013 [R\$ 327.566.350,00, somatório dos Outros Custeios e Capital - OCC (R\$ 277.982.645,00) com os Recursos Próprios (R\$ 49.583.705,00)], uma parcela no valor de $\alpha_{j,ADM} = 0,5235$ foi calculada a partir do total das despesas realizadas no último exercício (2012) com o objetivo de suprir as demandas da Reitoria, Pró-Reitorias e outros Órgãos da Administração Central, valor este que foi de R\$ 171.492.331,00, de acordo com o divulgado pela UFBA na sua Tabela de Principais Despesas de 2012 do Relatório Complementar de Gestão da UFBA em 2013 (UFBA, 2013b). Em seguida, foi reservada uma segunda parcela no valor de $\alpha_{j,UUC} = 0,0072$ para as demandas anteriores não contempladas, demandas coletivas e/ou atividades administrativas comuns das Unidades Acadêmicas, sendo a responsabilidade por esta distribuição da Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento, que corresponde a um valor de R\$ 2.341.110,30. Com isso restou uma parcela $\alpha_{j,UU} = 0,4693$ para a distribuição individual às Unidades Universitárias, correspondente a um valor de R\$ 153.732.908,70.

Nesta exemplificação, os insumos que foram considerados estão listados a seguir, com suas especificações, bem como estão dispostos também nas Tabelas 29, 30 e 31. Vale destacar que a Tabela 31, além de listar alguns insumos, também apresenta os resultados das suas aplicações. As seguintes considerações foram adotadas em relação aos insumos:

- Não foi detalhado um “montante pretendido”, equivalente a $RO_{j,UU,pret}$, porque foram utilizadas as informações referentes ao ano de 2013 e não se encontrava disponível na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento nenhum estudo detalhado que houvesse determinado tal valor para aquele ano, e por isso as respectivas frações β não serão consideradas;
- Não foi detalhado um montante distribuído em anos anteriores, equivalente a $RO_{j,UU,pass}$, porque o estudo restringiu-se a analisar somente as informações referentes à distribuição de Outros Custeios e Capital realizada pela UFBA do ano de 2013, e por isso as respectivas frações β não serão consideradas;
- Os γ_i adotados nas Eqs. 101 e 103 foram $AE= 0,4$, $EQ= 0,3$, $DEPE= 0$, $NS= 0,05$, $PE= 0,05$, $PC= 0,05$, $Man= 0,05$, $IQCD= 0,05$ e $QT= 0,05$, objetivando concentrar os maiores pesos nos insumos adotados atualmente pela Matriz ANDIFES. Desta forma foi concentrado um peso conjugado de 70% entre AE e EQ e os 30% restantes foram distribuídos equitativamente entre os demais insumos que foram considerados nesta exemplificação;

- Os δ_i adotados para *NDT* (Número de Docentes e Técnico-Administrativos) foram $\delta_{20H}=0,5$, $\delta_{40H}=1$, $\delta_{DE}=1$ e $\delta_{TAM}=1$, em consonância com os indicadores de gestão atualmente adotados pela UFBA. Foi utilizado o peso δ para Técnico-Administrativos equivalente ao de Docente 40H, tendo em vista a mesma carga horária de trabalho de ambas as categorias de servidores (UFBA, 2013a);
- Os δ_i adotados para *IQCD* (Qualificação do Corpo Docente) foram $\delta_{D_G}=1$, $\delta_{D_E}=2$, $\delta_{D_M}=3$ e $\delta_{D_D}=5$, em consonância com os indicadores de gestão atualmente adotados pela UFBA (UFBA, 2013a);
- A Produção científica (*Prod*, $PART_{u,PC}$) foi calculada de acordo com os pesos (δ) dispostos na Tabela 29, definidos a partir de adaptações e aprimoramentos dos valores utilizados pela UFG e UFU, objetivando garantir, desta forma, a sua proporcionalidade e razoabilidade;
- A Produção extensionista (*Ext*, $PART_{u,PE}$) foi calculada de acordo com os pesos (δ) dispostos na Tabela 30, definidos a partir de adaptações e aprimoramentos dos valores utilizados pela UFG e UFU, objetivando garantir, desta forma, a sua proporcionalidade e razoabilidade;
- Os δ_i de *IQCTA* (Qualificação do Técnico-Administrativo) foram $\delta_{TEF}=1$, $\delta_{TEM}=2$, $\delta_{TG}=1$, $\delta_{TE}=2$, $\delta_{TM}=3$ e $\delta_{TD}=5$, em consonância com os indicadores de gestão atualmente adotados pela UFBA (UFBA, 2013a);
- A variável *DEPE* (docentes envolvidos em projetos de pesquisa ou extensão) não foi considerada, porque suas informações não estavam disponíveis para consulta, e por isso o seu respectivo peso γ_i foi considerado nulo;
- A variável *EE* (Equipamentos Especiais) não foi considerada, assim como as áreas construídas, AP_{Con} , e por isso os seus respectivos pesos δ_i foram considerados nulos. Para as áreas de laboratórios foi considerado $\delta_{APLab}=0,05$;
- Foram considerados bônus por curso noturno (*BT*)= 15% e bônus por curso fora da sede (*BFS*)= 10%, conforme critérios estabelecidos pela Matriz ANDIFES para o cálculo do Aluno Equivalente.

Tabela 29 - Pontuação da Produção Científica (Proposta, UFB)

Produção Acadêmica	Pontos
Artigos Científicos Publicados em Periódicos	10
Produção Artística	10
Livros Publicados	6
Capítulos de Livros Publicados	3
Tradução	3
Trabalhos Publicados em Anais de Congresso	2
<i>Softwares</i> , Registros e Patentes	5
Outros	2

Tabela 30 - Pontuação das Atividades de Extensão (Proposta, UFB)

Atividades de Extensão	Pontos
Programas Institucionais	10
Projetos de Extensão	6
Produção e Publicação	5
Cursos de Extensão	3
Eventos de Extensão	3
Outros	2

A partir da análise dos $PPART_u$ (%) das Unidades Universitárias da UFBA descritos na Tabela 33 para o ano de 2013, é possível comparar possíveis cenários entre si e cotejá-los com os conceitos presentes na Matriz ANDIFES utilizada pela SESu/MEC para alocação dos recursos orçamentários às Universidades Federais Brasileiras, observando o impacto de cada um deles para a distribuição interna dos recursos de OCC. Aqui esta comparação foi feita tomando por base os seguintes critérios:

- Qual é o impacto que o modelo proposto para as UFB teria na UFBA se comparado os resultados, em termos percentuais, com o atual modelo adotado?
- Qual é o impacto que outras variáveis incorporadas pelo modelo proposto para as UFB têm na distribuição interna da UFBA ao serem consideradas apenas as variáveis da ANDIFES [AE , peso $h=0,9$ e EQ , peso $(1-h)=0,1$]?
- Considerando ainda apenas as variáveis ANDIFES (AE e EQ), qual é o impacto na distribuição interna da UFBA se, por exemplo, forem invertidos os pesos h e $1-h$?
- Mantendo-se constante $AE=0,4$, $EQ=0,3$ e $DEPE=0$, e assim concentrando 70% do peso nos insumos da ANDIFES, qual o efeito de cada insumo separadamente? Ou seja, se os pesos dos insumos forem zerados, um a um, passando o seu peso proporcionalmente aos demais insumos (produção científica, produção extensionista, número de servidores, qualificação do corpo docente, qualificação do corpo de técnico-administrativos e manutenção), quanto essa mudança altera os resultados?

Inicialmente, comparando e analisando o modelo aqui proposto, onde foram incorporados outros insumos à matriz de alocação interna, com o atual modelo adotado pela UFBA, verifica-se que algumas Unidades Universitárias apresentariam um aumento significativo do percentual ao qual teriam direito nos recursos distribuídos no ano de 2013, por exemplo: MED (56,3); ISC (41,1); ADM (40,0); NUT (34,8); DIR (32,2); e ENG (24,5). Naturalmente, outras decresceriam, tais como: FCH (-22,6); FAR (-22,8); MAT (-23,3); COM (-24,1); ARQ (-24,4); ICI (-25,2); EDC (-30,5); DAN (-38,2); ECO (-39,0); PSI (-41,2); QUI (-42,4); ICS (-45,7); TEA (-46,8); e FIS (-47,9). Essa variação sugere que possa estar ocorrendo um repasse interno de recursos inadequado às Unidades na UFBA, ou seja, um desbalanceamento em relação às necessidades das Unidades, o que pode ocasionar a falta de recursos nas Unidades mais demandantes ainda no decorrer do exercício. Naturalmente, também colabora no decréscimo do percentual a ser distribuído a algumas

Unidades a inclusão de IHAC, CES e IMS/CAT, que não têm os seus percentuais discriminados na distribuição realizada pela UFBA.

Quanto ao impacto que outras variáveis incorporadas pelo modelo proposto para as UFB têm na distribuição interna da UFBA, ao serem consideradas apenas as variáveis da ANDIFES (*AE* e *EQ* com $h=0,9$, cenário A), verifica-se que algumas Unidades apresentariam aumentos relevantes (acima de 20%) nos percentuais de distribuição do cenário estritamente aderente ao modelo ANDIFES estrito em relação ao cenário base, tais como: ENG (59,2); MED (50,6); MEV (44,8); IHAC (40,9); GEO (24,0); e ODO (20,2). Outras apresentariam diminuições relevantes, tais como: EBA (-21,1); BIO (-24,1); ARQ (-26,4); PSI (-30,8); FCC (-31,8); FIS (-33,5); ENF (-34,6); ICI (-35,0); ADM (-42,9); MUS (-42,9); ECO (-45,4); COM (-47,3); TEA (-53,6); DAN (-56,7); e ISC (-67,7). Os picos (acima de 50%) registrados pelas Unidades ISC, DAN e TEA traduzem as possíveis falhas ao se considerar apenas dois insumos para a realização da distribuição interna de recursos em uma Universidade Federal, ainda mais com tamanha diferença nos seus pesos. Sendo assim, o modelo proposto sugere uma alocação de recursos mais adequada, ao serem considerados outros insumos que também fazem parte do ambiente das Universidades Federais e influenciam no dia a dia do desempenho das suas respectivas Unidades.

Ao se considerar apenas as variáveis ANDIFES (*AE* e *EQ*) com pesos invertidos para alocação interna de recursos, cenário B, e comparando com o modelo aqui proposto, foi possível observar qual seria o seu impacto na distribuição interna da UFBA daquele ano. Naturalmente os resultados vão na direção contrária da análise anterior, com as seguintes Unidades apresentando aumentos relevantes acima de 20%: ISC (65,7); ICI (54,1); ECO (53,0); PSI (41,7); COM (40,3); TEA (32,6); ENF (32,1); EBA (23,6); e MUS (21,2). As que apresentaram os maiores decréscimos foram: GEO (-22,5); MEV (-24,3); MED (-24,7); IHAC (-34,9); CES/UNI (-37,1); e ENG (-52,5). Nesta forma de alocação de recursos o foco deixaria de estar no quantitativo de alunos equivalentes (*AE*) das Unidades Universitárias passando a ter uma maior concentração no insumo que trata da eficiência e qualidade acadêmico-científica (*EQ*), ao se dar maior destaque a critérios tais como a média de alunos equivalente por professores equivalentes, conceito SINAES médio dos cursos de graduação e conceito CAPES médio dos cursos de mestrado e doutorado das Unidades.

Mantendo-se constantes os pesos utilizados no cenário base para $AE=0,4$, $EQ=0,3$ e $DEPE=0$, e, portanto concentrando 70% do peso nos insumos da ANDIFES, buscou-se verificar qual o efeito que cada um dos demais insumos teria separadamente na distribuição interna dos recursos. Desta forma, ao considerar nulo o peso do número de docentes e servidores técnico-administrativos ($NS=0$), cenário C, nenhuma Unidade apresentou variação sequer acima de 10%, o que sugere que esse insumo não tem uma grande interferência no resultado final, diagnóstico este que pode ser aprofundado em trabalhos futuros. Ao ser considerado nulo o insumo produção extensionista ($PE=$

0), cenário D, foi possível verificar que apenas duas Unidades Universitárias da UFBA apresentaram variações superiores a 10%, ambas com variações negativas: COM (-10,1) e FCC (-14,5). Este resultado indica uma influência um pouco maior deste insumo em relação ao anterior, destacando a vocação acadêmica que algumas unidades apresentam para atividades de extensão, embora ainda mostre uma influência isolada pequena desse insumo. Ao ser considerado nulo o insumo produção científica ($PC=0$), cenário E, verificou-se que, similarmente ao resultado numérico com $PE=0$, apenas uma Unidade Universitária da UFBA apresentaria uma variação superior a 10%: MUS (-12,8). Portanto, observa-se um efeito semelhante àquele do insumo anterior. No cenário F, o insumo manutenção, que aqui considera apenas as áreas de laboratórios das Unidades, foi considerado nulo ($Man=0$), e assim sendo foi possível verificar que apenas a Unidade CES/UNI (-17,2) teve uma variação acima de 10%, valendo, portanto, os mesmos comentários sobre os dois insumos anteriores. Por outro lado, observa-se uma variação de quase 20% para uma Unidade, indicando que, possivelmente, este insumo deve ser considerado com mais atenção, especialmente considerando-se que a área construída não foi incluída nessas simulações. No cenário G, o insumo qualificação do corpo docente das Unidades foi considerado nulo ($IQCD=0$), e assim sendo foi possível verificar que três Unidades registraram variações superiores a 10%, sendo uma delas de quase 20%: ARQ (-10,2); BIO (-13,3); e ADM (-19,7). Assim, embora seguindo o mesmo diapasão dos demais insumos, este parece ter uma influência maior do que os demais. Por fim, no cenário H o insumo qualificação do corpo técnico-administrativo das Unidades foi considerado nulo ($QT=0$), sendo verificado que nenhuma Unidade apresentou variação sequer acima de 10%, e, portanto uma pequena influência desse insumo. De maneira geral, observa-se que nenhum desses insumos analisados separadamente apresenta um efeito muito importante, embora o seu conjunto sim, mesmo considerando-se um percentual total do conjunto de apenas 30%.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia e o bem-estar social se beneficiam de uma Universidade Federal que se reinventa e transforma-se, reflexivamente, influenciando o dia-a-dia das pessoas e sendo influenciada por elas numa busca contínua por uma melhor prestação de serviços, e aí entra o trinômio ensino, pesquisa e extensão, através de um modelo flexível que permita o seu aperfeiçoamento contínuo. Sendo assim, o contexto atual exige uma adequação destas instituições para uma melhor adaptação às demandas da sociedade, pois não se tem como planejar todos os dias os gastos necessários e nem conseguir evitar todos os transtornos possíveis. Percebe-se nos vários estudos um considerável grau de similaridade entre os autores no que diz respeito aos resultados esperados com a modernização gerencial das Universidades Federais, e alternativas para captação e alocação dos recursos orçamentários são fundamentais para o alcance de melhores resultados que possam ocorrer no dia-a-dia.

A análise da gestão de uma Universidade Federal consiste num enfoque multidisciplinar da Administração Pública em busca de explicar a interação entre instituições, interesses políticos, ideias e sociedade, dentro de um contexto bastante complexo, pois a gestão universitária reflete uma negociação permanente de diversos interesses, oriundos de unidades diversas e de grupos diferenciados, além de vivenciar uma situação de recursos limitados, conforme enfatizado por Santos e Almeida (2008) e Brigato (2011). Ela é de grande utilidade, tanto retrospectiva como prospectivamente, para compreender os sucessos e fracassos das gestões anteriores e para planejar futuras ações corretivas. A importância da realização de análises sobre a gestão pública tem sido ressaltada por diversos acadêmicos como Moraes e Nadia (2009), Estela *et al.* (2012) e Pacheco *et al.* (2013), os quais argumentam em seus trabalhos a relevância destes estudos para as reformas na gestão universitária. Além disso, é raro se encontrar trabalhos acadêmicos que tragam uma análise mais ampla do que simplesmente responder à frequente pergunta “O que aconteceu?”, enquanto o mais interessante é buscar “O que explica o que aconteceu?”, ou seja, conjugar análises e refletir sobre suas interpretações, chegando assim a conclusões mais relevantes das pesquisas. Além dos trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores interessados na gestão universitária, merece destaque o papel do FORPLAD (Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração), que é atualmente um dos locais mais importantes de discussão sobre as reais necessidades das Universidades Federais e sobre os estudos relativos à alocação dos seus recursos. Este fórum tem caráter permanente e traz consigo os objetivos de estudar e propor soluções para problemas relacionados às áreas de planejamento e administração, promover o intercâmbio de informações, consolidar e divulgar documentos entre as Universidades Federais, bem como assessorar diretores e

encaminhar propostas à ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

Neste trabalho, foram abordadas algumas das questões identificadas na revisão de literatura como a modernização gestão universitária, alternativas para captação e alocação interna dos recursos orçamentários, à procura de explicações, bem como foram feitas algumas sugestões para o progresso do campo investigado. Buscou-se fazer uma breve contextualização do atual cenário da educação superior no Brasil, discriminando de forma clara como é estruturado o orçamento, a origem do financiamento das atividades das Universidades Federais, e alternativas e estudos desenvolvidos por algumas Universidades Federais na busca por um melhor gerenciamento dos recursos financeiros disponíveis. Um ponto observado diz respeito ao engessamento orçamentário a que as Universidades Federais são submetidas, através de legislações e órgãos de controle, o que dificulta uma melhor empregabilidade dos recursos disponíveis de forma a atender as reais necessidades que se apresentam em diferentes momentos do ano relativo à execução orçamentária. Assim, identificar possíveis soluções encontradas por outras instituições que possam ser implementadas ou desenvolver novas metodologias para alcance de um melhor desempenho e que gerem o aperfeiçoamento da gestão por meio de uma melhor utilização dos recursos públicos disponíveis, bem como encontrar fontes alternativas de arrecadação, é um caminho possível a ser seguido em busca da melhoria da execução orçamentária das Universidades Federais. Uma questão também importante a ser observada é o fato da maior parte dos recursos repassados pelo governo federal ser destinada ao pagamento de pessoal, restando uma parcela pequena para manutenção, investimento e expansão.

O financiamento público das Universidades Federais, mesmo sendo considerado insuficiente, é ainda o principal suporte dado a estas organizações, uma vez que sua arrecadação própria ainda não é relevante ao ponto de satisfazer o seu orçamento. Assim, a discussão levada a cabo colocou em destaque a análise de pesquisas e desenvolvimentos relevantes em busca de alternativas administrativas que, frente aos indicadores avaliados pelo MEC (Ministério da Educação) para concessão dos recursos orçamentários, incentivem menores índices de retenção por cursos, aumento do número de estudantes diplomados e melhoria do desempenho institucional. Nesse sentido, foram revisados e analisados modelos de distribuição de recursos praticados por diversas Universidades Federais Brasileiras (UFB). A adoção desses modelos de distribuição parece adequada, uma vez que os índices de desempenho analisados pelo Ministério da Educação para formulação e repasse do orçamento devem ser melhorados internamente por cada universidade, não só como uma forma das instituições buscarem uma melhoria contínua de seus processos, mas também pragmaticamente como forma de se poder ter acesso a um maior repasse destes recursos. Ou seja, é necessário deixar

de se realizar o planejamento de forma não racional, buscando aprimoramentos e adaptações necessárias que permitam à instituição gerir melhor os recursos disponíveis, sendo fundamental uma série de ações: investir no ensino, que é o ponto-chave para a composição e expansão do orçamento das Universidades Federais; consultar as unidades sobre as suas reais necessidades; identificar quais cursos que demandam mais recursos; analisar os critérios que são adotados atualmente e buscar uma definição mais adequada até mesmo do quesito qualidade, que para a graduação é avaliado atualmente pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira), tendo como principal insumo o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); reconhecer a competência de cada unidade universitária, dividindo responsabilidades. Juntamente à melhoria do processo de gestão das UFB, é necessário também um contínuo avanço da Matriz ANDIFES. Por exemplo, o “Fator Retenção” utilizado no cálculo dos alunos equivalentes para definição do valor a ser repassado pelo MEC às UFB, como foi citado na seção 3.2.3 do capítulo 3, necessita ser reavaliado, buscando identificar qual a repercussão financeira das suas possíveis distorções para o financiamento das Universidades Federais e tentar saná-las ou minimizá-las. Mais importante do que aspectos particulares como esse, é importante inserir no contexto de negociações entre o MEC e a ANDIFES aspectos mais gerais, filosóficos e estruturantes, conforme discutido no capítulo 3.

Este trabalho contribuiu para a manutenção da memória institucional da UFBA através do resgate e publicidade de estudos desenvolvidos nos anos 1972, 1977, 1981, 1983/1984 e 1998 sobre a alocação interna dos recursos de Outros Custeios e Capital, bem como com a proposição de um novo modelo de alocação interna de recursos orçamentários que foi desenvolvido a partir da generalização de conceitos trabalhados pela Matriz ANDIFES e por outras universidades federais brasileiras, procurando uma formulação flexível e parametrizável. Sendo assim, modelos foram combinados e foram feitas reformulações, aprimoramentos e adaptações de indicadores com a finalidade de preencher as lacunas deixadas por cada um dos modelos quando analisados separadamente, como forma de superar as dificuldades encontradas. Fica claro neste estudo, na estruturação da proposta de matriz de distribuição interna de recursos orçamentários baseada em desempenho acadêmico para as UFB, que a transparência fica garantida na medida em que os critérios para alocação dos recursos estão claros, o que evita o improvisado e o arbítrio. A utilização de pesos diferenciados para cada agrupamento de cursos relacionado à área de conhecimento no processo de alocação dos recursos propicia uma melhor adequação no direcionamento dos recursos, bem como essa formulação de distribuição interna dos recursos orçamentários incentiva a produção acadêmica nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, o que conseqüentemente levará à melhoria dos indicadores avaliados pelo Ministério da Educação para repasse dos recursos à

instituição. Além disso, busca-se com a adoção desses procedimentos uma gestão eficiente do orçamento das UFB e o fim da centralização da gestão dos recursos, bem como o estabelecimento de critérios objetivos que quantifiquem quanto cada setor necessita através de indicadores administrativos e de caráter acadêmico, sendo assim capaz de promover o aumento da qualidade do trinômio ensino, pesquisa e extensão. O sucesso da metodologia depende da interação e divisão de responsabilidades entre Unidades Administrativas e Unidades Acadêmicas, que também serão responsáveis pela coleta e verificação dos dados, mas principalmente pela obtenção dos resultados. Ou seja, ao fazer com que seus respectivos departamentos melhorem seus índices de desempenho, as Unidades Acadêmicas estarão gerando um maior índice de eficiência e conseqüentemente uma menor retenção de alunos por curso, gerando assim simultaneamente o aumento do número de diplomados e do índice de avaliação do Ministério da Educação para repasse dos recursos via Matriz OCC (Outros Custeios e Capital) para o próximo exercício. Vale ressaltar que os indicadores da formulação devem ser revisados e atualizados anualmente, visando minimizar possíveis distorções na alocação dos recursos.

Os resultados numéricos obtidos, ao ser comparado o modelo aqui proposto, onde foram incorporados outros insumos à matriz de alocação interna, e o atual modelo adotado pela UFBA, apontaram a ocorrência de variações dos percentuais definidos para distribuição dos recursos às Unidades Universitárias da UFBA para o ano de 2013. Essas variações foram em média em torno de 20% a 24% para mais ou para menos, mas também puderam ser observadas variações que chegaram à ordem de 60%, demonstrando a necessidade de se utilizar um modelo que seja racional e aderente aos objetivos da instituição, e que evite distorções na distribuição de recursos entre as Unidades. Ao serem cogitados cenários de utilização do modelo proposto avaliando separadamente cada um dos insumos não considerados no modelo ANDIFES, observou-se que, embora alguns deles pareçam ser mais importantes, nenhum deles separadamente parece ter um efeito muito grande. Porém, quando analisado o efeito do conjunto desses insumos, observam-se variações que chegam à ordem de 60%, demonstrando que a utilização interna estrita do modelo ANDIFES pode levar a grandes distorções dentro dos objetivos, princípios e políticas da instituição. Portanto, o modelo genérico aqui proposto para as UFB parece sugerir uma alocação de recursos mais adequada, ao serem considerados outros insumos que também fazem parte do ambiente das Universidades Federais e têm influência no dia a dia do desempenho das suas respectivas Unidades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. **Autonomia e Financiamento das IFES: Desafios e Ações**. Avaliação, Campinas, SP, v. 13. n. 3, pp. 647-680, nov. 2008.

BAIARD, A.; LIMA, A. M. C. Universidade Federal da Bahia. Pró – Reitoria de Planejamento e Administração. Setor de Informações Estatísticas. **Matriz de Alocação de Recursos para Unidades Universitárias**. Bahia. out. 1998.

BALDUÍNO, G. H. S. **O Desafio Orçamentário das Universidades Federais**. Portal ANDIFES. Entrevista Brasilianas. org. Brasília, nov. 2012.

BARRETO, M. G. P. **Alocação de Recursos**. Universidade Federal da BAHIA - UFBA. Pró - Reitoria de Planejamento e Administração. Núcleo de Orçamento. Bahia, ago. 1981.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Decreto nº 7.233 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Brasília, Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_...2010/2010/Decreto/D7233.htm acesso em: 04 de abril de 2016. 2010a.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010**. Altera o art.6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm acesso em: 04 de abril de 2016. 2010b.

BRASIL, **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília. Disponível em [:<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislação/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislação/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf), acesso em: 5 outubro 2014. 2000.

BRASIL, **Lei nº 4320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do

Distrito Federal. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm acesso em: 04 de abril de 2016. 1964.

BRASIL, **Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm acesso em: 04 de abril de 2016. 2004.

BRASIL, **Lei nº. 452 de 05 de julho de 1937**. Organiza a Universidade do Brasil. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm acesso em: 04 de abril de 2016. 1937.

BRASIL, **Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm acesso em: 04 de abril de 2016. 1996.

BRIGATO, A. **As competências gerenciais dos reitores das Universidades Federais em Minas Gerais: A visão da alta administração**. CAPES, Cad. EBAPE.BR, v. 9 no. spel, Rio de Janeiro, jul. 2011.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2000.

ESTELA, M; ROSA, M.; SPANHOL, L. **Gestão Universitária: Qualidade, investigação científica e inovação educacional**. CAPES, Revista GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 1, pp. 83-103, jan./fev./mar./abr. 2012.

FAÇANHA, L. O.; JORGE, M. J; MARINHO, A. **Economia e administração da organização universitária: experiência de trabalho na UFRJ**. Organização Universitária. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 30, pp. 49-77, nov./dez, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Fortaleza: UEC, 2002.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 15. ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Assuntos Universitários - DAU. **Esboço de uma Metodologia de Distribuição de Recursos entre as Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília, out. 1973.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior e Tecnologia da Informação - TI/DEDES/SESu. **Cálculo do Aluno Equivalente para fins de Análise de Custos de Manutenção das IFES**. Brasília, fev. 2005.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 651 de 24 de julho de 2013**. Institucionaliza, no âmbito do Ministério da Educação a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital- Matriz OCC. Brasília. Disponível em <http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/BDE/2013-2/1627.pdf>, acesso em: 05 de abril de 2016. 2013.

MORAES, R.; NADIA, R. **Uma experiência de mudança da gestão universitária: o percurso ambivalente entre proposições e realizações**. CAPES, Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, pp. 151-174, jan./fev. 2009.

OTRANTO, Célia Regina. **Desvendando a Política da Educação Superior do Governo LULA**. Universidade e Sociedade, rev. do ANDES-SN, ano XVI, n. 38, pp. 18-29, jun. 2006.

PACHECO, A. S. V.; RISSI, M.; PACHECO, A. S. V.; STELZER, J.; ALMEIDA, M. S. **Proposta de melhoria do desempenho nas funções administrativas em uma universidade federal**. CAPES, Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 1, pp. 42-59, jan. 2013.

PIRES, J. S. D. B; ROSA, P. M.; SILVA, A. T. **Um modelo de alocação de recursos orçamentários baseado em desempenho acadêmico para as universidades públicas**. ASAA - Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 3. n. 2, pp. 239-270, 2010.

SANT'ANA, T. D. **Gestão Orçamentária das Universidades Federais: Orçamento Público Federal e Matriz OCC**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração - FORPLAD. jul. 2015.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA, N. F. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. 2008.

SANTOS, F. S. **Financiamento Público das Instituições Federais de ensino Superior - UNIVERSIDADES FEDERAIS: um estudo da Universidade de Brasília-UnB.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Economia- FACE-UnB. Brasília. 2013.

SILVA, P. M.; CARVALHO, W. W. d. C.; FURTADO, R. P. M.; CARVALHO, F. A. **Planejamento Orçamentário: As práticas da Universidade Federal de Lavras.** CAPES, Cadernos. Revista GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 4, pp. 209-227, Edição Especial, 2012.

TCU. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão. Decisão TCU nº 408-2012 - Plenário.** Brasília. 2012.

UFAL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Assessoria de Planejamento **Orçamento 1975 - Distribuição dos Recursos.** Alagoas. 1975.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Alocação de Recursos nas Universidades: Critério de Distribuição para a UFBA.** Bahia. 1972.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Orçamentação: Critério de Alocação dos Recursos para outros Custeios - Exercício 1977.** Bahia. 1977.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Alocação de Recursos nas Universidades: Critério de Distribuição para a UFBA.** Bahia. 1983.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação - CPA. **Relatório da IES - Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE - UFBA 2011.** Bahia. 2011.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Gestão UFBA 2012.** pp. 47-51. Bahia. 2012a.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação - CPA. **Relatório da IES- Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE - UFBA 2012.** Bahia. 2012b.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Gestão UFBA 2013.** pp. 247-262. Bahia. 2013a.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Gestão UFBA 2013 - Complementar.** Bahia. 2013b.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência de Administração Acadêmica - SUPAC. **Sistema Acadêmico - SIAC.** Bahia. Disponível em: www.siac.ufba.br/. Acesso em 29 de novembro de 2013. 2013c.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão- SIATEX.** Bahia. Disponível em: <https://siatex.ufba.br/siatex/Welcome.do>. Acesso em 29 de novembro de 2013. 2013d.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI. **Área de Laboratório por Unidades Universitárias em (m²) - UFBA 2013.** Bahia. 2013e.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação - CPA. **Relatório da IES - Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE - UFBA 2013.** Bahia. 2013f.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Coordenação de Gestão de Pessoas. **Quantitativo de Docente Superior por Unidade, Titulação e Regime e Quantitativo de Técnico-Administrativo por Unidade, Titulação e Regime.** Sistema Integrado de Pessoal da UFBA. Bahia. Acesso em 21 de julho de 2016. Bahia. 2013g.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **UFBA em números 2014 ano base 2013.** Bahia. 2014.

UFG. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Administração e Finanças. **Modelo de Alocação de Recursos de Outros Custeios**. Goiás. Disponível em: https://www.fic.ufg.br/up/74/o/Orcamentos_unidades_MEMO005-PROAD0001.pdf. 2013.

UFG. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Administração e Finanças. **Resolução CONSUNI/CEPEC nº 002/99**. Goiás. Disponível em: <https://prodirh.ufg.br/n/5222-resolucao-conjunta-consuni-cepec-n-02-99> . Acesso em 07 de abril de 2016. 1999.

UFPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Diretoria de Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Orçamentário. **Introdução ao orçamento público: conceitos e aplicações**. Belém. Disponível em: <http://www.proplan.ufpa.br/doc/Or%C3%A7amento%20-%20Conceitos%20Gerais,%20Matriz%20OCC,%20Matriz%20Andifes,%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%20e%20Execu%C3%A7%C3%A3o.pdf>, 2014.

UFPEL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Matriz Orçamentária UFPEL 2014**. jul. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/proplan/files/2014/10/Apresentacao_MatrizOrcamentaria-2014.pdf. 2013.

UFSCAR. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Distribuição de Recursos - Revisão dos Índices de Distribuição Interna**. Disponível em: <http://www.proad.ufscar.br/menu-lateral/orcamento/distribuicao-de-recursos>. São Paulo. mar. 2001.

UFU. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Diretor. **Resolução Nº 3/2003 - Estabelece o Modelo de Distribuição de recursos de OCC - Outros Custeios e capital entre as Unidades Acadêmicas da Universidade e a Administração superior, e dá outras providências**. Uberlândia. mai. 2003.

UFV. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Manual da Matriz de Distribuição de Recursos de Diárias / Versão 1994**. Disponível em: <http://www.ufv.br/proplan/files/fra/diarias/94.htm>. 1994.

UFV. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Manual da Matriz Técnica de Distribuição de Cotas de Passagens Aéreas - 1998**. Disponível em: <http://www.ufv.br/proplan/files/fra/passagens/98.htm>. 1998.

UFV. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Distribuição de Recursos Orçamentários na UFV**. Disponível em: http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2012/05/Distribui%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-na-UFV_20141.pdf. 2014.

UNB. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Modelo para Estimar Custos e Alocar Recursos nas Universidades**. Assessoria de Planejamento e Controle. Brasília. ago. 1973.

UNIFAL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Proposta do Modelo de Alocação de Recursos Orçamentários**. <http://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/sites/default/files/Proposta%20de%20modelo%20de%20aloca%C3%A7%C3%A3o%20de%20recursos%20or%C3%A7ament%C3%A1rios.pdf>. Minas Gerais. 2010.

UNIVASF. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Distribuição Orçamentária Interna - Material de Consumo e Material Permanente 2014**. Petrolina, mai. Disponível em: http://www.propladi.univasf.edu.br/?page_id=52. 2014.

UTFPR. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Planejamento e Administração. **Resolução nº 04/2012 de 13 de dezembro de 2012**. Paraná. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/proplad/-de-planejamento-e-administracao-1/documentos-relacionados-ao-coplad/resolucao-coplad-04-2012-de-13-de-dezembro-de-2012/view>. 2012.

UTFPR. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Planejamento e Administração. **Resolução nº 6/2013 de 19 de dezembro de 2013**. Paraná. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/proplad/conselho-de-planejamento-e-administracao-1/documentos-relacionados-ao-coplad/resolucao-coplad-no-06-2013-de-19-de-dezembro-de-2013/view>. 2013.

ANEXOS - DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

ANEXO A - VARIÁVEL - ALUNOS - DISCIPLINAS DA GRADUAÇÃO - UFBA 1998

VARIÁVEL ALUNOS DISCIPLINAS DA GRADUAÇÃO* UFBA 1998						
Sigla UNIDADE	UNIDADE	ALUNOS DISCIPLINAS DA GRAD.				
		Nº Alunos	Fator (1 a 4)	Alunos · Fator	Participação Corrigida Fat.	Part. Corr. · Peso
ÁREA I						
ARQ	Faculdade Arquitetura	3336	2	6672	0,04740	—
FIS	Instituto de Física	1381	3	4143	0,02944	—
GEO	Instituto de Geociências	1247	4	4988	0,03544	—
MAT	Instituto de Matemática	6054	1	6054	0,04301	—
ENG	Escola Politécnica	4787	3	14361	0,10203	—
QUI	Instituto de Química	1412	4	5648	0,04013	—
ÁREA II						
AGR	Escola de Agronomia	2570	4	10280	0,07304	—
ENF	Escola de Enfermagem	746	2	1492	0,01060	—
FAR	Faculdade Farmácia	1019	4	4076	0,02896	—
BIO	Instituto de Biologia	1601	4	6404	0,04550	—
ICS	Instituto de Ciências da Saúde	3855	4	15420	0,10956	—
ISC	Instituto de Saúde Coletiva	208	2	416	0,00296	—
MED	Faculdade de Medicina	2134	3	6402	0,04549	—
MEV	Escola de Medicina Veterinária	1418	4	5672	0,04030	—
NUT	Escola de Nutrição	978	3	2934	0,02085	—
FOF	Faculdade de Odontologia	1752	4	7008	0,04979	—
ÁREA III						
ADM	Escola de Administração	3305	1	3305	0,02348	—
FCC	Fac. de Ciências Contábeis	1750	1	1750	0,01243	—
ECO	Fac. de Ciências Econômicas	1433	1	1433	0,01018	—
COM	Faculdade de Comunicação	973	2	1946	0,01383	—
DIR	Faculdade de Direito	5502	1	5502	0,03909	—
EDC	Faculdade de Educação	4014	1	4014	0,02852	—
FCH	Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	6446	1	6446	0,04580	—
ICI	Instituto de Ciências da Informação	628	1	628	0,00446	—
ÁREA IV						
LET	Instituto de Letras	4033	1	4033	0,02865	—
ÁREA V						
EBA	Escola de Belas Artes	1750	2	3500	0,02487	—
DAN	Escola de Dança	832	2	1664	0,01182	—
MUS	Escola de Música	1537	2	3074	0,02184	—
TEA	Escola de Teatro	741	2	1482	0,01053	—
TOTAL		67442	—	140747	1,00000	—

Fonte: Baiard e Lima (1998).

ANEXO B - VARIÁVEL - ALUNOS DE GRADUAÇÃO DAS UNIDADES (CURSOS) - UFBA 1998

VARIÁVEL ALUNOS GRADUAÇÃO DAS UNIDADES (CURSOS) UFBA 1998						
Sigla UNIDADE	UNIDADE	ALUNOS GRAD. UNIDADE				
		Nº Alunos	Fator (1 a 4)	Alunos ·Fator	Participação Corrigida Fat.	Part.Corr. ·Peso
ÁREA I						
ARQ	Faculdade Arquitetura	734	2	1468	0,03824	—
FIS	Instituto de Física	152	3	456	0,01188	—
GEO	Instituto de Geociências	454	4	1816	0,04730	—
MAT	Instituto de Matemática	673	1	673	0,01753	—
ENG	Escola Politécnica	1876	3	5628	0,14660	—
QUI	Instituto de Química	251	4	1004	0,02615	—
ÁREA II						
AGR	Escola de Agronomia	554	4	2216	0,05772	—
ENF	Escola de Enfermagem	355	2	710	0,01849	—
FAR	Faculdade Farmácia	711	4	2844	0,07408	—
BIO	Instituto de Biologia	448	4	1792	0,04668	—
ICS	Instituto de Ciências da Saúde	30	4	120	0,00313	—
ISC	Instituto de Saúde Coletiva	0	2	—	0,00000	—
MED	Faculdade de Medicina	989	3	2967	0,07729	—
MEV	Escola de Medicina Veterinária	559	4	2236	0,05824	—
NUT	Escola de Nutrição	429	3	1287	0,03352	—
FOF	Faculdade de Odontologia	585	4	2340	0,06095	—
ÁREA III						
ADM	Escola de Administração	1112	1	1112	0,02897	—
FCC	Fac. de Ciências Contábeis	503	1	503	0,01310	—
ECO	Fac. de Ciências Econômicas	468	1	468	0,01219	—
COM	Faculdade de Comunicação	312	2	624	0,01625	—
DIR	Faculdade de Direito	1045	1	1045	0,02722	—
EDC	Faculdade de Educação	1246	1	1246	0,03246	—
FCH	Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	1582	1	1582	0,04121	—
ICI	Instituto de Ciências da Informação	369	1	369	0,00961	—
ÁREA IV						
LET	Instituto de Letras	918	1	918	0,02391	—
ÁREA V						
EBA	Escola de Belas Artes	797	2	1594	0,04152	—
DAN	Escola de Dança	180	2	360	0,00938	—
MUS	Escola de Música	259	2	518	0,01349	—
TEA	Escola de Teatro	247	2	494	0,01287	—
TOTAL		17838	—	38390	1,00000	—

Fonte: Baiard e Lima (1998).

ANEXO C - VARIÁVEL - ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - UFBA 1998

VARIÁVEL ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO UFBA 1998						
Sigla UNIDADE	UNIDADE	ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO				
		Nº Alunos	Fator (1 a 4)	Alunos ·Fator	Participação Corrigida Fat.	Part.Corr. ·Peso
ÁREA I						
ARQ	Faculdade Arquitetura	61	2	122	0.03784	—
FIS	Instituto de Física	36	3	108	0.03350	—
GEO	Instituto de Geociências	121	4	484	0.15012	—
MAT	Instituto de Matemática	32	1	32	0.00993	—
ENG	Escola Politécnica	156	3	468	0.14516	—
QUI	Instituto de Química	70	4	280	0.08685	—
ÁREA II						
AGR	Escola de Agronomia	71	4	284	0.08809	—
ENF	Escola de Enfermagem	29	2	58	0.01799	—
FAR	Faculdade Farmácia	0	4	0	0.00000	—
BIO	Instituto de Biologia	0	4	0	0.00000	—
ICS	Instituto de Ciências da Saúde	15	4	60	0.01861	—
ISC	Instituto de Saúde Coletiva	62	2	124	0.03846	—
MED	Faculdade de Medicina	56	3	168	0.05211	—
MEV	Escola de Medicina Veterinária	6	4	24	0.00744	—
NUT	Escola de Nutrição	33	3	99	0.03071	—
FOF	Faculdade de Odontologia	34	4	136	0.04218	—
ÁREA III						
ADM	Escola de Administração	190	1	190	0.05893	—
FCC	Fac. de Ciências Contábeis	32	1	32	0.00993	—
ECO	Fac. de Ciências Econômicas	25	1	25	0.00775	—
COM	Faculdade de Comunicação	43	2	86	0.02667	—
DIR	Faculdade de Direito	28	1	28	0.00868	—
EDC	Faculdade de Educação	56	1	56	0.01737	—
FCH	Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	52	1	52	0.01613	—
ICI	Instituto de Ciências da Informação	33	1	33	0.01024	—
ÁREA IV						
LET	Instituto de Letras	95	1	95	0.02947	—
ÁREA V						
EBA	Escola de Belas Artes	34	2	68	0.02109	—
DAN	Escola de Dança	8	2	16	0.00496	—
MUS	Escola de Música	36	2	72	0.02233	—
TEA	Escola de Teatro	12	2	24	0.00744	—
TOTAL		1,426	—	3,224	1.00000	—

Fonte: Baiard e Lima (1998).

ANEXO D - VARIÁVEL ÁREA DO LABORATÓRIO (m²) - UFBA 1998

VARIÁVEL ÁREA LABORATÓRIO (m ²) UFBA 1998				
Sigla UNIDADE	UNIDADE	ÁREA DE LABORATÓRIO		
		ÁREA	PARTCIPAÇÃO	PART. ·PESO
ÁREA I				
ARQ	Faculdade Arquitetura	361	0,01956	—
FIS	Instituto de Física	1788	0,09687	—
GEO	Instituto de Geociências	1941	0,10516	—
MAT	Instituto de Matemática	0	0,00000	—
ENG	Escola Politécnica	3446	0,18670	—
QUI	Instituto de Química	1911	0,10354	—
ÁREA II				
AGR	Escola de Agronomia	1880	0,10186	—
ENF	Escola de Enfermagem	0	0,00000	—
FAR	Faculdade Farmácia	1300	0,07043	—
BIO	Instituto de Biologia	1142	0,06187	—
ICS	Instituto de Ciências da Saúde	1767	0,09574	—
ISC	Instituto de Saúde Coletiva	0	0,00000	—
MED	Faculdade de Medicina	0	0,00000	—
MEV	Escola de Medicina Veterinária	332	0,01799	—
NUT	Escola de Nutrição	258	0,01398	—
FOF	Faculdade de Odontologia	1017	0,05510	—
ÁREA III				
ADM	Escola de Administração	0	0,00000	—
FCC	Fac. de Ciências Contábeis	0	0,00000	—
ECO	Fac. de Ciências Econômicas	0	0,00000	—
COM	Faculdade de Comunicação	66	0,00358	—
DIR	Faculdade de Direito	0	0,00000	—
EDC	Faculdade de Educação	244	0,01322	—
FCH	Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	0	0,00000	—
ICI	Instituto de Ciências da Informação	0	0,00000	—
ÁREA IV				
LET	Instituto de Letras	0	0,00000	—
ÁREA V				
EBA	Escola de Belas Artes	862	0,04670	—
DAN	Escola de Dança	0	0,00000	—
MUS	Escola de Música	142	0,00769	—
TEA	Escola de Teatro	0	0,00000	—
TOTAL		18457	1,00000	—

Fonte: Baiard e Lima (1998).

ANEXO E - VARIÁVEL ÁREA DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS (m²) - UFBA 1998

VARIÁVEL ÁREA DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS (m²) UFBA 1998				
Sigla UNIDADE	UNIDADE	ÁREA DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS		
		ÁREA	PARTCIPAÇÃO	PART. PESO
ÁREA I				
ARQ	Faculdade Arquitetura	1233	0,05667	—
FIS	Instituto de Física	332	0,01526	—
GEO	Instituto de Geociências	530	0,02436	—
MAT	Instituto de Matemática	652	0,02997	—
ENG	Escola Politécnica	1519	0,06981	—
QUI	Instituto de Química	784	0,03603	—
ÁREA II				
AGR	Escola de Agronomia	1035	0,04757	—
ENF	Escola de Enfermagem	407	0,01871	—
FAR	Faculdade Farmácia	516	0,02372	—
BIO	Instituto de Biologia	1133	0,05207	—
ICS	Instituto de Ciências da Saúde	2470	0,11352	—
ISC	Instituto de Saúde Coletiva	0	0,00000	—
MED	Faculdade de Medicina	605	0,02781	—
MEV	Escola de Medicina Veterinária	1350	0,06205	—
NUT	Escola de Nutrição	229	0,01052	—
FOF	Faculdade de Odontologia	2005	0,09215	—
ÁREA III				
ADM	Escola de Administração	427	0,01962	—
FCC	Fac. de Ciências Contábeis	0	0,00000	—
ECO	Fac. de Ciências Econômicas	506	0,02326	—
COM	Faculdade de Comunicação	246	0,01131	—
DIR	Faculdade de Direito	1886	0,08668	—
EDC	Faculdade de Educação	605	0,02781	—
FCH	Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	445	0,02045	—
ICI	Instituto de Ciências da Informação	142	0,00653	—
ÁREA IV				
LET	Instituto de Letras	513	0,02358	—
ÁREA V				
EBA	Escola de Belas Artes	219	0,01007	—
DAN	Escola de Dança	59	0,00271	—
MUS	Escola de Música	1078	0,04954	—
TEA	Escola de Teatro	832	0,03824	—
TOTAL		21768	1,00000	—

Fonte: Baiard e Lima (1998).

ANEXO F - VARIÁVEL ÁREA TOTAL (m²) - UFBA 1998

VARIÁVEL ÁREA TOTAL (m ²) UFBA 1998				
Sigla UNIDADE	UNIDADE	ÁREA TOTAL		
		ÁREA TOTAL	PART. Área Tot.	PART. ·PESO
ÁREA I				
ARQ	Faculdade Arquitetura	8371	0,04979	—
FIS	Instituto de Física	6771	0,04027	—
GEO	Instituto de Geociências	9889	0,05882	—
MAT	Instituto de Matemática	3847	0,02288	—
ENG	Escola Politécnica	20196	0,12012	—
QUI	Instituto de Química	6968	0,04151	—
ÁREA II				
AGR	Escola de Agronomia	10341	0,06150	—
ENF	Escola de Enfermagem	5066	0,03013	—
FAR	Faculdade Farmácia	4805	0,02858	—
BIO	Instituto de Biologia	7196	0,04280	—
ICS	Instituto de Ciências da Saúde	10695	0,06361	—
ISC	Instituto de Saúde Coletiva	0	0,00000	—
MED	Faculdade de Medicina	3665	0,02180	—
MEV	Escola de Medicina Veterinária	8493	0,05051	—
NUT	Escola de Nutrição	1383	0,00823	—
FOF	Faculdade de Odontologia	9225	0,05487	—
ÁREA III				
ADM	Escola de Administração	6209	0,03693	—
FCC	Fac. de Ciências Contábeis	1982	0,01179	—
ECO	Fac. de Ciências Econômicas	2974	0,01769	—
COM	Faculdade de Comunicação	1159	0,00689	—
DIR	Faculdade de Direito	11354	0,06753	—
EDC	Faculdade de Educação	6984	0,04154	—
FCH	Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	5584	0,03321	—
ICI	Instituto de Ciências da Informação	1376	0,00818	—
ÁREA IV				
LET	Instituto de Letras	2939	0,01748	—
ÁREA V				
EBA	Escola de Belas Artes	4405	0,02620	—
DAN	Escola de Dança	1569	0,00933	—
MUS	Escola de Música	2959	0,01760	—
TEA	Escola de Teatro	1720	0,01023	—
TOTAL		168137	1,00000	—

Fonte: Baiard e Lima (1998).

ANEXO G - VARIÁVEL PROFESSOR EQUIVALENTE NA UNIDADE - UFBA 1998

VARIÁVEL PROFESSOR EQUIVALENTE NA UNIDADE UFBA 1998								
Sigla UNIDADE	UNIDADE	PROFESSOR EQUIVALENTE 40hs						
		20hs	40hs	DE	TOTAL	TOTAL 40hs Ajustado	Participação Prof 40hs Ajustado	Participação· Peso
ÁREA I								
ARQ	Faculdade Arquitetura	14	10	52	76	66,5	0,04552	—
FIS	Instituto de Física	1	5	56	62	60,25	0,04124	—
GEO	Instituto de Geociências	8	6	51	65	59,5	0,04073	—
MAT	Instituto de Matemática	12	7	61	80	72,25	0,04945	—
ENG	Escola Politécnica	56	4	81	141	112	0,07666	—
QUI	Instituto de Química	3	3	53	59	56,75	0,03884	—
ÁREA II								
AGR	Escola de Agronomia	5	3	68	76	72,75	0,04979	—
ENF	Escola de Enfermagem	13	1	46	60	53,25	0,03645	—
FAR	Faculdade Farmácia	13	3	34	50	42,75	0,02926	—
BIO	Instituto de Biologia	5	2	47	54	51	0,03491	—
ICS	Instituto de Ciências da Saúde	12	14	31	57	47,5	0,03251	—
ISC	Instituto de Saúde Coletiva	2	3	14	19	17,25	0,01181	—
MED	Faculdade de Medicina	131	71	21	223	139,75	0,09565	—
MEV	Escola de Medicina Veterinária	4	0	50	54	52	0,03559	—
NUT	Escola de Nutrição	2	0	32	34	33	0,02259	—
FOF	Faculdade de Odontologia	21	31	20	72	53,75	0,03679	—
ÁREA III								
ADM	Escola de Administração	17	4	22	43	33,5	0,02293	—
FCC	Fac. de Ciências Contábeis	8	3	4	15	10,25	0,00702	—
ECO	Fac. de Ciências Econômicas	15	2	20	37	29	0,01985	—
COM	Faculdade de Comunicação	2	1	27	30	28,75	0,01968	—
DIR	Faculdade de Direito	25	6	3	34	20	0,01369	—
EDC	Faculdade de Educação	17	8	42	67	56,5	0,03867	—
FCH	Fac. de Filosofia e Ciências Humanas	10	19	96	125	115,25	0,07888	—
ICI	Instituto de Ciências da Informação	2	3	11	16	14,25	0,00975	—
ÁREA IV								
LET	Instituto de Letras	11	6	55	72	65	0,04449	—
ÁREA V								
EBA	Escola de Belas Artes	4	1	28	33	30,75	0,02105	—
DAN	Escola de Dança	1	1	20	22	21,25	0,01454	—
MUS	Escola de Música	6	3	21	30	26,25	0,01797	—
TEA	Escola de Teatro	1	2	18	21	20	0,01369	—
TOTAL		421	222	1084	1727	1461	1,00000	—

(*) Total 40hs Ajustado= 20hs · 0,5+ 40hs · 0,75 + DE

obs: Falta 1 docente 20hs e 1 docente 40hs dos Órgãos Suplementares

Fonte: Baiard e Lima (1998).

ANEXO H - GRADUAÇÃO - UFBA 2013

GRADUAÇÃO, UFBA - 2013			
Alunos Matriculados	1º semestre	2º semestre	Média
Campus Salvador	32449	32059	32254
Campus Reitor Edgard Santos	2015	-	-
Campus Anísio Teixeira	1040	960	1000
Diplomados	1º semestre	2º semestre	Média
Campus Salvador	1312	1594	2096
Campus Reitor Edgard Santos	38	-	38
Campus Anísio Teixeira	33	86	119

Fonte: UFBA (2014);

Nota: A partir de agosto de 2013 o Campus Reitor Edgard Santos (Barreiras) foi integrado à Universidade Federal do Oeste da Bahia, deixando de fazer parte da UFBA.

ANEXO I - MATRÍCULA E CONCLUSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO - UFBA 2013

MATRÍCULA E CONCLUSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO, UFBA - 2013		
Alunos Matriculados	1º semestre	2º semestre
Programas de Residência Médica	253	
Residência Multiprofissional	127	
Especialização	1273	176
Mestrado Profissional	359	422
Mestrado Acadêmico	2584	2049
Doutorado	2144	2090
Alunos Diplomados		1069
Dissertações		624
Teses		212

Fonte: UFBA (2014).

ANEXO J - ÁREA FÍSICA E CARACTERIZAÇÃO DE USO - UFBA 2013

ÁREA FÍSICA E CARACTERIZAÇÃO DE USO, UFBA - 2013	
Área Territorial (m ²)	6367561,90
Área Construída (m ²)	354265,79
Campus	4
Unidades Universitárias	32
Unidades Universitárias do Campus Canela	10
Unidades Universitárias do Campus Federação/Ondina	15
Unidades Universitárias do Campus Anísio Teixeira	1
Unidades Universitárias do Campus Reitor Edgard Santos	1
Unidades Universitárias Dispersas na malha Urbana de Salvador	5
Hospitais Universitários - HUPES e COM	2
Hospital de Medicina Veterinária Prof. Renato de Medeiros Neto	1
Museus	3
Creche	1
Fazendas Experimentais	3
Residências Universitárias	5
Restaurante Universitário	1
Centro de Esportes	1
Pavilhões de Aulas	16
Campus Salvador	9
Campus Anísio Teixeira	2
Campus Edgard Santos I e II	5

Fonte: UFBA (2014);

Nota: A partir de agosto de 2013 o Campus Reitor Edgard Santos (Barreiras) foi integrado à Universidade Federal do Oeste da Bahia, deixando de fazer parte da UFBA.

ANEXO K - CUSTO CORRENTE /ALUNO EQUIVALENTE - UFBA 2013

Tabela Custo Corrente / Aluno Equivalente= Custo Corrente / (AGE + APGTI + ARTI) - UFBA, 2013a		
DESPESAS - Ano 2013		VALOR (R\$)
DESPESAS CORRENTES DA UNIVERSIDADE (Conta SIAFI 3.30.00.00)	(+)	1429160351,96
65% DESPESAS DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS	(-)	227840470,53
100% das despesas dos Hospitais Universitários	(-)	350523800,81
APOSENTADORIAS E REFORMAS (conta SIAFI nº 3319001)	(-)	296112405,90
SENTENÇAS JUDICIAIS (Conta SIAFI Nº 3319091)	(-)	11004483,30
PENSÕES (Conta SIAFI nº 3319003)	(-)	70712427,07
PESSOAL DOCENTE CEDIDO (com ônus)	(-)	648516,88
PESSOAL TÉCNICO CEDIDO (com ônus)	(-)	392069,18
AFASTAMENTO DE DOCENTES DO PAÍS/EXTERIOR	(-)	8250639,34
AFASTAMENTO DE TÉCNICOS DO PAÍS/EXTERIOR	(-)	879566,10
CUSTO CORRENTE (+) (-) incluindo despesas dos Hospitais Universitários (35%)		813319773,66
CUSTO CORRENTE (+) (-) excluindo despesas dos Hospitais Universitários		690636443,38
TOTAL DE ALUNO EQUIVALENTE 2013= (AGE + APG + ARTI)		45465
AGE= 35,723 ; APG= 9,236 ; ARTI= 506;		
CUSTO CORRENTE / ALUNO EQUIVALENTE COM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS		17888,92
CUSTO CORRENTE / ALUNO EQUIVALENTE SEM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS		15190,51

Fonte: UFBA (2013a).

ANEXO L - TOTAL DE ALUNOS ATIVOS ÁREA I, GRADUAÇÃO - UFBA 2013

Área I - Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia											
Cód.	Curso por Área do Conhecimento	Alunado Ativo (2013)									
		Matriculados cursando		Não matriculados		Trancamentos		Com inscrição em disciplina		Ativos	
		1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
101	ARQUITETURA	760	702	68	98	17	11	777	713	845	811
102	ENGENHARIA CIVIL	958	1000	105	172	16	2	974	1002	1079	1174
103	ENGENHARIA DE MINAS	288	262	26	39	7	3	295	265	321	304
104	ENGENHARIA ELETRICA	417	430	78	114	12	1	429	431	507	545
105	ENGENHARIA MECANICA	430	443	74	115	11	3	441	446	515	561
106	ENGENHARIA QUIMICA	434	419	67	125	4	3	438	422	505	547
107	ENGENHARIA SANITARIA	250	229	29	45	2	2	252	231	281	276
108	FISICA	178	152	91	94	1	6	179	158	270	252
109	GEOGRAFIA	266	251	92	125	9	4	275	255	367	380
110	GEOLOGIA	279	261	32	46	10	3	289	264	321	310
111	MATEMATICA	162	143	96	79	0	0	162	143	258	222
112	CIENCIA DA COMPUTACAO	392	400	66	95	4	0	396	400	462	495
113	QUIMICA	333	342	99	133	5	3	338	345	437	478
115	GEOGRAFIA – FEB	24	0	2	0	0	0	24	0	26	0
116	ESTATISTICA	46	42	31	20	0	0	46	42	77	62
118	GEOFISICA	124	129	19	18	3	1	127	130	146	148
119	OCEANOGRAFIA	164	147	20	14	6	0	170	147	190	161
123	GEOLOGIA – CES	100		46		0		100		146	
124	GEOGRAFIA – CES	115		65		2		117		182	
125	ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL - CES	130		65		4		134		199	
126	QUIMICA – CES	33		37		1		34		71	
127	MATEMÁTICA - À DISTÂNCIA	0	0	152	152	0	0	0	0	152	152
128	ENGENHARIA CIVIL – CES	155		70		1		156		226	
129	MATEMÁTICA – CES	10		17		0		10		27	
176	FISICA – CES	19		18		0		19		37	
177	BI - CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CES	161		95		0		161		256	
178	QUÍMICA – FEB	26	19	5	0	0	0	26	19	31	19
181	FISICA –NOTURNO	99	80	51	38	1	2	100	82	151	120
182	GEOGRAFIA – NOTURNO	157	153	51	27	7	4	164	157	215	184
183	MATEMÁTICA – NOTURNO	100	100	42	28	0	2	100	102	142	130
184	QUÍMICA – NOTURNO	101	95	29	20	0	1	101	96	130	116
185	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - NOTURNO	184	179	23	36	7	3	191	182	214	218
186	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO - NOTURNO	171	172	32	34	1	0	172	172	204	206
187	ARQUITETURA – NOTURNO	191	183	40	19	0	0	191	183	231	202
188	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	172	164	33	40	5	4	177	168	210	208
189	BI - CIÊNCIA E TECNOLOGIA - NOTURNO	489	457	216	153	3	2	492	459	708	612
190	BI - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	223	204	99	43	0	1	223	205	322	248
194	ENGENHARIA DE AGRIMENSURA E CARTOGRÁFICA	109	105	34	21	2	0	111	105	145	126
195	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	149	134	28	38	1	3	150	137	178	175
196	COMPUTAÇÃO	32	26	11	9	1	1	33	27	44	36
197	TRANSPORTE TERRESTRE	92	90	58	27	1	0	93	90	151	117
198	FÍSICA – FEB	29	10	3	0	0	0	29	10	32	10
199	MATEMÁTICA – FEB	30	32	3	0	0	0	30	32	33	32
	Total Área I com as lic	8582	7555	2318	2017	144	65	8726	7620	11044	9637
	Total Área I sem as lic. e sem à distância	8473	7494	2153	1865	144	65	8617	7559	10770	9424
	CES 8 cursos	723	0	413	0	8	0	731	0	1144	0
	BI 3 cursos	873	661	410	196	3	3	876	664	1286	860
	TEC 1 curso	92	90	58	27	1	0	93	90	151	117
	à distancia 1 curso	0	0	152	152	0	0	0	0	152	152

*Alunado regular

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO M - TOTAL DE ALUNOS ATIVOS ÁREA II, GRADUAÇÃO - UFBA 2013

Área II - Ciências Biológicas e Profissões da Saúde											
Cód.	Curso por Área do Conhecimento	Alunado Ativo (2013)									
		Matriculados cursando		Não matriculados		Trancamentos		Com inscrição em disciplina		Ativos	
		1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
202	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	394	391	129	178	10	0	404	391	533	569
203	ENFERMAGEM	449	459	37	57	11	3	460	462	497	519
204	FARMACIA	609	602	149	201	0	1	609	603	758	804
205	MEDICINA	982	967	29	78	1	3	983	970	1012	1048
206	MEDICINA VETERINARIA	767	813	69	105	8	4	775	817	844	922
207	NUTRICAÇÃO	523	539	51	55	1	0	524	539	575	594
208	ODONTOLOGIA	584	588	44	52	6	1	590	589	634	641
209	CIÊNCIAS NATURAIS	36	35	27	5	1	0	37	35	64	40
210	FONOAUDIOLOGIA	269	264	27	26	7	1	276	265	303	291
215	BIOLOGIA - CES	108		83		3		111		194	
216	ENFERMAGEM - CAT	172	138	23	19	2	0	174	138	197	157
217	FARMACIA - CAT	178	175	26	23	3	2	181	177	207	200
218	NUTRICAÇÃO - CAT	170	167	14	14	1	0	171	167	185	181
219	ZOOTECNIA	106	101	30	19	2	0	108	101	138	120
220	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CAT	93	89	11	9	2	2	95	91	106	100
221	BIOTECNOLOGIA - CAT	137	127	30	28	0	0	137	127	167	155
222	FISIOTERAPIA	286	314	24	32	2	1	288	315	312	347
223	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - FEB	35	13	3	2	0	0	35	13	38	15
226	BI - SAÚDE - DIURNO	197	189	120	41	1	1	198	190	318	231
280	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - NOTURNO	107	117	9	40	1	2	108	119	117	159
281	FARMÁCIA - NOTURNO	159	152	23	19	0	0	159	152	182	171
282	GASTRONOMIA - NOTURNO	280	276	50	63	7	2	287	278	337	341
283	SAÚDE COLETIVA - NOTURNO	95	98	16	18	2	0	97	98	113	116
284	BIOTECNOLOGIA - NOTURNO	217	246	36	60	1	2	218	248	254	308
286	BI-SAÚDE-NOTURNO	442	447	238	130	10	3	452	450	690	580
	Total Área II com as lic. 25 cursos	7395	7307	1298	1274	82	28	7477	7335	8775	8609
	Total Área II sem as lic. 24 cursos	7360	7294	1295	1272	82	28	7442	7322	8737	8594
	CES 1 curso	108	0	83	0	3	0	111	0	194	0
	CAT 5 cursos	750	696	104	93	8	4	758	700	862	793
	BI 2 cursos	639	636	358	171	11	4	650	640	1008	811
	*Alunado regular										

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO N - TOTAL DE ALUNOS ATIVOS ÁREA III, GRADUAÇÃO - UFBA 2013

Área III - Filosofia e Ciências Humanas											
Cód.	Curso por Área do Conhecimento	Alunado Ativo (2013)									
		Matriculados cursando		Não matriculados		Trancamentos		Com inscrição em disciplina		Ativos	
		1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
301	ADMINISTRAÇÃO	721	760	91	145	15	12	736	772	827	917
303	BIBLIOTECONOMIA	180	163	38	23	1	0	181	163	219	186
304	CIENCIAS CONTABEIS	481	466	56	97	5	1	486	467	542	564
305	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	385	358	101	98	7	5	392	363	493	461
306	CIENCIAS SOCIAIS	445	447	190	235	21	8	466	455	656	690
307	COMUNICACAO	553	546	74	100	10	5	563	551	637	651
308	DIREITO	1038	1011	63	94	2	10	1040	1021	1103	1115
309	FILOSOFIA	190	188	76	81	9	4	199	192	275	273
310	HISTORIA	233	201	90	96	5	1	238	202	328	298
311	MUSEOLOGIA	100	79	37	34	2	0	102	79	139	113
312	PEDAGOGIA	423	396	59	62	8	7	431	403	490	465
313	PSICOLOGIA	423	428	41	54	9	7	432	435	473	489
314	SECRETARIADO	247	234	46	36	8	0	255	234	301	270
315	EDUCACAO FISICA	216	197	57	42	6	1	222	198	279	240
317	ARQUIVOLOGIA	127	107	48	44	0	0	127	107	175	151
319	PEDAGOGIA – IRECÊ	0	0	7	7	0	0	0	0	7	7
321	ADMINISTRACAO – CES	150		68		3		153		221	
323	LE EDUCAÇÃO DO CAMPO	0		0		0		0		0	
324	PEDAGOGIA – TAPIRAMUTÁ	0	0	58	44	0	0	0	0	58	44
325	SERVIÇO SOCIAL	309	343	20	71	4	0	313	343	333	414
327	BI-HUMANIDADES	233	230	119	66	3	1	236	231	355	297
328	PSICOLOGIA – CAT	158	157	16	8	4	2	162	159	178	167
329	PEDAGOGIA – FEB	37		0		0		37		37	
380	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - NOTURNO	203	189	39	45	3	0	206	189	245	234
381	ARQUIVOLOGIA - NOTURNO	129	128	32	24	0	0	129	128	161	152
382	DIREITO – NOTURNO	810	879	66	108	4	8	814	887	880	995
383	GÊNERO E DIVERSIDADES - NOTURNO	79	84	25	21	2	0	81	84	106	105
384	TEC. GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL - NOTURNO	103	87	72	57	1	0	104	87	176	144
385	PEDAGOGIA - NOTURNO (1)	104	142	12	34	2	2	106	144	118	178
386	HISTÓRIA – NOTURNO	167	151	50	44	2	2	169	153	219	197
387	BI - HUMANIDADES - NOTURNO	786	769	367	238	10	3	796	772	1163	1010
388	BI - HUMANIDADES – CES	168		123		2	0	170		293	
389	HISTÓRIA – CES	81		80		2	0	83		163	
390	HISTÓRIA - FEB/CES	15	15	3	15	0	0	15	0	18	15
397	HISTÓRIA – FEB	43	17	6	0	0	0	43	17	49	17
398	PEDAGOGIA - PARFOR - NOTURNO	54	53	7	0	0	0	54	53	61	53
	Total Área III com as lic.	9391	8825	2237	2023	150	79	9541	8889	11778	10912
	Total Área III sem as lic.	9242	8740	2156	1957	150	79	9392	8819	11548	10776
	CES sem LE 3 curso	399	0	271	0	7	0	406	0	677	0
	CAT 1 curso	158	157	16	8	4	2	162	159	178	167
	TEC. 1 curso	103	87	72	57	1	0	104	87	176	144
	BI 3 cursos	1187	999	609	304	15	4	1202	1003	1811	1307

(1) Curso iniciado em 2010.2

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO O - TOTAL DE ALUNOS ATIVOS ÁREAS IV e V, GRADUAÇÃO - UFBA 2013

Área IV e V - Letras e Artes											
Cód.	Curso por Área do Conhecimento	Alunado Ativo (2013)									
		Matriculados cursando		Não matriculados		Trancamentos		Com inscrição em disciplina		Ativos	
		1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
401	LETRAS VERNÁCULAS	420	397	94	62	9	3	429	400	523	462
402	LETRAS VERNAC. C\ LING. ESTRANG.	315	324	68	73	13	4	328	328	396	401
403	LETRAS - LINGUA ESTRANG.	295	291	88	109	8	3	303	294	391	403
406	LETRAS VERNÁCULAS - FEB	18	0	0	0	0	0	18	0	18	0
480	LETRAS VERNÁCULAS - NOTURNO	140	139	27	26	2	2	142	141	169	167
481	LÍNGUA ESTRANGEIRA - NOTURNO	225	244	62	74	12	7	237	251	299	325
	Total Área IV com as lic. 6 cursos	1413	1395	339	344	44	19	1457	1414	1796	1758
	Totoal Área IV sem as lic. 5 cursos	1395	1395	339	344	44	19	1439	1414	1778	1758
501	ARTES PLASTICAS	206	200	50	55	8	2	214	202	264	257
502	COMPOSICAO E REGENCIA	69	63	10	15	1	2	70	65	80	80
503	DANÇA	146	143	57	64	5	0	151	143	208	207
505	DESENHO E PLASTICA	110	108	24	36	0	0	110	108	134	144
506	ARTES CENICAS - DIRECAO TEATRAL	26	25	5	5	1	0	27	25	32	30
510	ARTES CENICAS - INTERPRETAÇÃO TEATRAL	78	66	20	20	2	0	80	66	100	86
507	MUSICA	107	104	16	20	4	0	111	104	127	124
508	CANTO	16	16	2	6	2	0	18	16	20	22
509	INSTRUMENTO	102	94	30	34	7	2	109	96	139	130
511	TEATRO	83	75	11	18	3	0	86	75	97	93
512	DESENHO INDUSTRIAL	149	132	15	18	6	3	155	135	170	153
513	DECORACAO	92	87	13	20	5	2	97	89	110	109
514	MÚSICA POPULAR	82	78	15	15	0	4	82	82	97	97
515	BI-ARTES	234	234	118	68	8	0	242	234	360	302
580	BI-ARTES - NOTURNO	479	433	183	165	15	2	494	435	677	600
581	DANÇA - NOTURNO	47	48	8	13	1	0	48	48	56	61
	Totoal Área V sem as lic. - 16 cursos	2026	1906	577	572	68	17	2094	1923	2671	2495
	BI - 2 cursos	713	667	301	233	23	2	736	669	1037	902
	Total UFBA com as lic e à distância	28807	26988	6769	6230	488	208	29295	27181	36064	33411
	Total UFBA sem as lic. e sem à distância	28496	26829	6520	6010	488	208	28984	27037	35504	33047
	Campus CAT - 6 cursos	908	853	120	101	12	6	920	859	1040	960
	BI - 10 cursos	3412	2963	1678	904	52	13	3464	2976	5142	3880
	TEC - 2 curso	195	177	130	84	2	0	197	177	327	261
	Á Distancia - 1 curso	0	0	152	152	0	0	0	0	152	152
	Lic. - 13 cursos 1º sem e 11 cursos 2º sem	311	159	97	68	0	0	311	144	408	212

*Alunado regular

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO P - TOTAL DE ALUNOS ATIVOS DO MESTRADO - UFBA 2013

Cursos de Mestrado - 2013											
Unid.	nº	Cód. UFBA	Mestrado	Ingressantes			Matrícula			Código Curso CAPES	Instalação
				1º sem.	2º sem.	Total	1º sem.	2º sem.	Med.		
334	1	334	Administração	10		10	30	21	26	28001010020M3	1983
257	2	257	Alimentos, Nutrição e Saúde	21		21	42	41	42	28001010047M9	2005
348	3	348	Antropologia	11		11	32	26	29	28001010058M0	2007
136	4	136	Arquitetura e Urbanismo	16		16	61	41	51	28001010019M5	1983
532	5	532	Artes Cênicas	24		24	61	55	58	28001010035M0	1997
533	6	533	Artes Visuais	14		14	40	30	35	28001010030M9	1992
224	7	224	Biociências - CAT	7	2	9	12	14	13	28001010089M3	2012
296	8	296	Biotecnologia	11	5	16	35	31	33	28001010080M6	2010
247	9	247	Ciência Animal nos Trópicos	9	3	12	31	31	31	28001010036M7	2000
168	10	168	Ciência da Computação (UFBA/UEFS)	40		40	101	88	95	28001010090M1	2012
339	11	339	Ciência da Informação	9	7	16	33	40	37	28001010041M0	2000
258	12	258	Ciência de Alimentos	16	5	21	40	37	39	28001010057M4	2006
288	13	288	Ciências Ambientais		15	15	32	37	35	28001010086M4	2011
267	14	267	Ciências da Saúde	12		12	22	21	22	28001010072M3	2009
244	15	244	Ciências Fisiológicas (UFBA/SBFis)	4		4	9	8	9	33147019001M2	2008
336	16	336	Ciências Sociais	22	1	23	62	55	59	28001010023M2	1990
337	17	337	Comunicação e Cultura Contemporâneas	12		12	37	30	34	28001010024M9	1990
349	18	349	Contabilidade	15		15	28	25	27	28001010063M4	2007
333	19	333	Cultura e Sociedade - Multidisciplinar	32		32	82	65	74	28001010049M1	2005
534	20	534	Dança	18		18	40	39	40	28001010054M5	2006
332	21	332	Direito	46	1	47	127	86	107	28001010015M0	1975
263	22	263	Diversidade Animal	7	4	11	27	26	27	28001010065M7	2008
248	23	248	Ecologia e Biomonitoramento	12		12	34	26	30	28001010039M6	2000
331	24	331	Economia	20		20	48	41	45	28001010010M8	1973
330	25	330	Educação		58	58	66	111	89	28001010001M9	1972
234	26	234	Enfermagem	15	21	36	45	57	51	28001010014M3	1979
141	27	141	Engenharia Ambiental Urbana	14		14	27	23	25	28001010038M0	1997
167	28	167	Engenharia de Estruturas	6		6	12	12	12	28001010087M0	2011
139	29	139	Engenharia Elétrica	13	8	21	55	54	55	28001010037M3	1994
161	30	161	Engenharia Industrial	16	21	37	44	57	51	28001010062M8	2008
137	31	137	Engenharia Química	9	14	23	44	45	45	28001010021M0	1988
142	32	142	Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS)	16		16	50	39	45	28001010040M4	2000
344	33	344	Estudos Étnicos e Africanos	8		8	20	15	18	28001010048M5	2005
365	34	365	Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	24	13	37	77	77	77	28001010083M5	2011
346	35	346	Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	13		13	28	20	24	28001010056M8	2006
266	36	266	Farmácia	13	2	15	29	27	28	28001010067M0	2009
340	37	340	Filosofia	9		9	36	31	34	28001010042M7	2001
131	38	131	Física	13	12	25	49	47	48	28001010002M5	1975
289	39	289	Genética e Biodiversidade	13		13	27	22	25	28001010084M1	2011
130	40	130	Geofísica	18	5	23	36	35	36	28001010007M7	1969
138	41	138	Geografia	18		18	48	39	44	28001010032M1	1994
135	42	135	Geologia	10	6	16	46	47	47	28001010005M4	1976
146	43	146	Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	4	7	11	19	19	19	28001010073M0	2009
335	44	335	História	20		20	60	58	59	28001010022M6	1990
238	45	238	Imunologia	11	2	13	24	26	25	28001010025M5	1990
430	46	430	Letras e Linguística			0	2	2	2	28001010017M2	1990
431	47	431	Língua e Cultura	40		40	93	77	85	28001010078M1	2010
432	48	432	Literatura e Cultura	20		20	73	55	64	28001010079M8	2010
133	49	133	Matemática	10	5	15	23	25	24	28001010003M1	1969

Cursos de Mestrado - 2013											
Unid.	n°	Cód. UFBA	Mestrado	Ingressantes			Matrícula			Código Curso CAPES	Instalação
				1° sem.	2° sem.	Total	1° sem.	2° sem.	Med.		
145	50	145	Mecatrônica	14	4	18	45	46	46	28001010045M6	2003
231	51	231	Medicina e Saúde	28		28	52	44	48	28001010012M0	1972
164	52	164	Meio Ambiente, Águas e Saneamento	8		8	35	27	31	28001010076M9	2010
	53		Museologia		10	10		10	10	28001010093P0	2013
530	54	530	Música	26		26	62	57	60	28001010026M1	1990
290	55	290	Odontologia e Saúde			0	19	19	19	28001010029M0	1992
232	56	232	Patologia Humana (FIOCRUZ)	6	4	10	26	29	28	28001010011M4	1973
245	57	245	Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas	20		20	38	37	38	28001010075M2	2009
341	58	341	Psicologia	21		21	46	40	43	28001010044M0	2002
134	59	134	Química	15	8	23	57	56	57	28001010004M8	1968
233	60	233	Saúde Coletiva - Comunitária	21		21	42	43	43	28001010013M7	1974
262	61	262	Saúde, Ambiente e Trabalho	20		20	38	36	37	28001010060M5	2006
298	62	298	Zootecnia	7	4	11	28	31	30	28001010088M7	2011
338	63	338	Profissional em Administração	27		27	74	71	73	28001010052F5	1998
147	64	147	Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos			0	8		8	28001010077F8	2010
347	65	347	Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social			0	76	74	75	28001010055F4	2006
297	66	297	Profissional em Ecologia aplicada à gestão ambiental	12		12	26	25	26	28001010082F1	2011
368	67	368	Profissional em Educação		20	20		20	20		
162	68	162	Profissional em Engenharia Industrial	10	11	21	23	30	27	28001010071F0	2009
433	69	433	Profissional em Letras	2	24	26		24	24	23001011069P5	2013
179	70	179	Profissional em Matemática em Rede Nacional	20		20	42	37	40	31075010001P2	2010
535	71	535	Profissional em Música	23		23	23	23	23	28001010092F7	2013
249	72	249	Profissional em Saúde Coletiva		20	20	34	52	43	28001010051F9	2001
366	73	366	Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania	12	31	43	54	68	61	28001010085F0	2011
TOTAL GERAL 73 cursos (academico 62)				1013	353	1366	2947	2833	2890		
TOTAL dos MP – 11				106	106	212	360	424	392		
TOTAL sem os MP - M-Acadêmicos 62				907	247	1154	2587	2409	2498		

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO Q - TOTAL DE ALUNOS ATIVOS DO DOUTORADO - UFBA 2013

Doutorado Ano - 2013											
Unid.	nº	Cód. UFBA	CURSOS	Ingressantes			Matricula			Código Curso CAPES	Instalação
				1º sem.	2º sem.	Total	1º sem.	2º sem.	Média		
ADM	1	354	Administração	15		15	59	51	55	28001010020D4	1993
FFCH	2	360	Antropologia	6		6	34	33	34	28001010058D1	2007
ARQ	3	156	Arquitetura e Urbanismo	16		16	74	51	63	28001010019D6	1999
TEA	4	551	Artes Cênicas	14	3	17	62	61	62	28001010035D1	1997
EBA	5	552	Artes Visuais	7		7	7	6	7	28001010030D0	2013
VET	6	265	Ciência Animal nos Trópicos	7	3	10	44	41	43	28001010036D8	2009
MAT	7	159	Ciência da Computação (UFBA/UNIFACS/UEFS)	13		13	51	48	50	28001010061D2	2007
ICI	8	355	Ciência da Informação	5		5	14	14	14	28001010041D1	2011
MED	9	268	Ciências da Saúde	13		13	32	32	32	28001010072D4	2009
IMS	10	256	Ciências Fisiológicas (UFBA/SBFis)	1		1	5	5	5	33147019001D3	2008
FFCH	11	356	Ciências Sociais	16		16	69	64	67	28001010023D3	1999
FACOM	12	351	Comunicação e Cultura Contemporâneas	16		16	42	43	43	28001010024D0	1995
IHAC	13	353	Cultura e Sociedade - Multidisciplinar	16		16	52	44	48	28001010049D2	2005
EDC	14	362	Difusão do Conhecimento	20		20	90	84	87	28001010064D1	2008
DIR	15	358	Direito	16		16	35	33	34	28001010015D0	2005
BIO	16	264	Ecologia e Biomonitoramento	11		11	35	33	34	28001010039D7	2008
EDC	17	350	Educação		40	40	121	161	141	28001010001D0	1992
ENG	18	158	Energia e Ambiente	8	1	9	32	30	31	28001010053D0	2006
ENF	19	261	Enfermagem	7	8	15	27	33	30	28001010014D4	2006
ENG	20	163	Engenharia Elétrica	3	4	7	24	26	25	28001010037D4	2009
ENG	21	160	Engenharia Industrial	12	9	21	80	80	80	28001010062D9	2007
ENG	22	157	Engenharia Química (UFBA/UNIFACS)	4	1	5	29	29	29	28001010059D8	2007
FIS	23	152	Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS)	12	2	14	73	67	70	28001010040D5	2006
FFCH	24	352	Estudos Étnicos e Africanos	6		6	27	25	26	28001010048D6	2006
FFCH	25	359	Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	7		7	22	19	21	28001010056D9	2006
FFCH	26	364	Filosofia	7		7	29	30	30	28001010042D8	2010
FIS	27	151	Física	9	12	21	47	57	52	28001010002D6	2007
GEO	28	150	Geofísica	4	1	5	22	18	20	28001010007D8	1972
GEO	29	166	Geografia	9		9	28	28	28	28001010032D2	2011
GEO	30	155	Geologia	6	7	13	50	56	53	28001010005D5	1992
FFCH	31	357	História	11		11	51	49	50	28001010022D7	2002
ICS	32	254	Imunologia	8	5	13	44	47	46	28001010025D6	1998
LET	33	450	Letras e Linguística			0	21	16	19	28001010017D3	1998
LET	34	451	Língua e Cultura	13		13	63	63	63	28001010078D2	2010
LET	35	452	Literatura e Cultura	17		17	64	65	65	28001010079D9	2010
MAT	36	165	Matemática (UFBA/UFAL)	9	1	10	25	23	24	28001010081D3	2010
ENG	37	153	Mecatrônica	10	3	13	17	18	18	28001010045D7	2012
MED	38	253	Medicina e Saúde	13		13	71	42	57	28001010012D1	1993
MUS	39	550	Música	18		18	62	60	61	28001010026D2	1997
FOUFBA	40	255	Odontologia - Doutorado Integrado (UFBA/UFPB)		1	1	8	6	7	24001015039D2	2000
FOUFBA	41	800	Odontologia e Saúde			0	10	10	10	28001010029D1	2012
MED	42	250	Patologia Humana	2	6	8	50	52	51	28001010011D5	1988
ISC	43	259	Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas	15		15	56	53	55	28001010075D3	2009
FFCH	44	361	Psicologia	13		13	50	47	49	28001010044D0	2007
QUI	45	154	Química	24	8	32	112	113	113	28001010004D9	1992
ISC	46	251	Saúde Coletiva - Pública	22		22	90	89	90	28001010013D8	1989
VET	47	299	Zootecnia	15	4	19	35	39	37	28001010088D8	2011
Total Geral(46 cursos) + 01 Dinter= 46				415	107	522	2145	2094	2120		-

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO R - TOTAL DE ALUNOS ATIVOS DA RESIDÊNCIA MÉDICA - UFBA 2013

Residência Médica - Ano 2013					
Curso	Matriculado				
	R1	R2	R3	R4	TOTAL
ANESTESIOLOGIA	7	7	10		24
CARDIOLOGIA	4	1			5
CARDIOLOGIA PEDIATRICA	2			1	3
CIRURGIA GERAL	8	4			12
CIRURGIA PLÁSTICA	4	2	2		8
CIRURGIA VASCULAR	3	3			6
CLINICA MÉDICA/	10	10			20
DERMATOLOGIA	4	4	4		12
ECOCARDIOGRAFIA - ÁREA DE ATUAÇÃO EM CARDIOLOGIA	2				2
ENDOCRINOLOGIA	4	4			8
ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA	2			1	3
GASTROENTEROLOGIA	3	3			6
GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA	2				2
GENÉTICA MÉDICA	1				1
HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	2	1			3
HEPATOLOGIA	1				1
INFECTOLOGIA	4	1	1		6
MEDICINA DO TRABALHO	7	7			14
NEFROLOGIA	3	5			8
NEONATOLOGIA	2				2
NEUROLOGIA	2	2	0		4
NUTROLOGIA	6	5	5		16
OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	6	6	6		18
OFTALMOLOGIA	3	2	1		6
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	4	3	3		10
OTORRINOLARINGOLOGIA	4	3	3		10
PATOLOGIA	3	2	1		6
PEDIATRIA	10	9			19
PNEUMOLOGIA PEDIATRÍCA	1				1
RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	4	4	4		12
ULTRASSONOGRAFIA EM OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	2				2
UROLOGIA	1	1	1		3
TOTAL	121	89	41	2	253

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO S - PRINCIPAIS DESPESAS DE MANUTENÇÃO - UFBA 2013

PRINCIPAIS DESPESAS DE MANUTENÇÃO UFBA 2012 - 2013		
DESPESA	VALOR EM R\$ 1,00	
	2012	2013
Água	7.003.069	6.959.000
Energia Elétrica	11.656.118	10.722.000
Telefonia	2.295.398	2.536.270
Limpeza	12.245.026	14.261.003
Vigilância	13.687.695	19.608.005
Portaria e Recepção	6.815.041	8.672.000
Diárias	941.297	2.184.980
Passagens	2.116.284	2.282.037
Manutenção Predial	19.722.643	18.007.833
Exercícios Anteriores	1.117.700	292.352
Outros Contratos	10.689.225	13.197.403
Outras Despesas	28.492.383	72.769.448
TOTAL	116.781.879	171.492.331

Fonte: UFBA (2013b).

ANEXO T - ALUNOS TEMPO INTEGRAL - UFBA 2013

Alunos - Ano 2013 Tempo Integral - UFBA	Peso	Quantitativo
Mestrado (*) (1º semestre= 2.587 ; 2º semestre= 2.409) Média= 2498	2	2.498
Doutorado (*) (1º semestre= 2.145 ; 2º semestre= 2.094) Média= 2120	2	2.120
Total de Alunos de PG. (APG)		2.309
Total de Alunos de PG. Tempo Integral (APGTI)= (2 · M) + (2 · D)	-	9.236
Total de Alunos de Residência Médica – AR	2	253
Aluno Tempo Integral - Residência Médica (ARTI)= 2 · R	-	506
Total de Alunos Tempo Integral Pós -Graduação e Residência Médica	-	9.742
Alunos da Graduação Tempo Integral - AGTI	-	20.168
Aluno em Tempo Integral (Graduação+ Pós-Graduação+ Residência Médica)	-	29.910
(AGTI) + (APGTI) + (ARTI)	-	

Fonte: UFBA (2013a).

ANEXO U - ALUNOS GRADUAÇÃO - UFBA 2013.2

Alunos - Graduação (AG e AGTI) – UFBA 2013.2	Quantitativo
Matriculados (AG) (1º Sem= 35.557; 2º Sem = 34.532); Média= 35.045	354.045
Aluno em Tempo Integral - AGTI	20.168

Fonte: UFBA (2013a).

ANEXO V - CRÉDITO / ORÇAMENTO FINAL 2013 UFBA E COMPLEXO

CRÉDITO (Orçamento Final 2013 UFBA e Complexo)					
ITEM	DESPESA/FONTE	INICIAL	CANCELADO	SUPLEMENT.	FINAL
TESOURO		1.056.042.359	-15.473.80	252.851.538	1.293.420.100
	PESSOAL	843.816.087	-146.913	171.768.281	1.015.437.455
	ATIVO	426.824.822		102.565.443	529.390.265
	INATIVOS E PENSIONISTAS	323.292.920		55.273.277	378.566.197
	SENTENÇAS JUDICIAIS PESSOAL	4.172.884	-146.913		4.025.971
	PRECATÓRIOS PEQUENOS VULTOS	459.017			459.017
	CONTRIB. DA UNIÃO E SUAS AUTARQUIAS	89.066.444		13.929.561	102.996.005
	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - OCC	212.226.272	-15.326.884	81.083.257	277.982.645
	SENTENÇAS JUDICIAIS	376.713	-17.436	8.100	367.377
	CORRENTE	41	-103	100	38
	CAPITAL	376.672	-17.333	8.000	367.339
	MANUTENÇÃO	144.614.808	-14.937.027	71.747.857	201.425.638
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.791.790	-189.046	53.758.268	165.361.012
	CAPITAL	32.823.018	-14.747.981	17.989.589	36.064.626
	BENEFÍCIOS	31.334.751	-372.421	9.237.300	40.289.630
	PRÉ-ESCOLAR	504.000		136.000	640.000
	AUXÍLIO TRANSPORTE	1.996.392		526.000	2.522.392
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	19.752.000		6.049.000	25.801.000
	ASSIST. MÉDICA / ODONTO	8.608.421	-172.421	2.616.300	11.052.300
	ASSIST. MÉDICA / EXAMES PERIÓDICOS	473.938	-200.000		273.938
	EMENDA	35.900.000			35.900.000
	CUSTEIO	2.400.000			2.400.000
	CAPITAL	33.500.000			33.500.000
REC. PRÓPRIOS		29.951.173	-4.444.085	24.076.617	49.583.705
	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	29.951.173	-4.444.085	24.076.617	49.583.705
	MANUTENÇÃO	29.951.173	-4.444.085	24.076.617	49.583.705
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.791.840		15.808.973	39.600.813
	CAPITAL	6.159.333	-4.444.085	8.267.644	9.982.892
	TOTAL GERAL	1.085.993.532	-19.917.882	276.928.155	1.343.003.805

Fonte: UFBA (2013a).

ANEXO W - DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFBA - 2013

Unidades Universitárias	2013	2014	2015
Escola de Administração	26	25	26
Escola de Belas Artes	24	26	24
Escola de Dança	29	31	29
Escola de Enfermagem	21	22	22
Escola de Medicina Veterinária	46	50	50
Escola de Música	75	78	75
Escola de Nutrição	24	24	25
Escola de Teatro	26	28	28
Escola Politécnica	73	73	72
Faculdade de Arquitetura	22	24	23
Faculdade de Ciências Contábeis	15	17	16
Faculdade de Ciências Econômicas	24	24	23
Faculdade de Comunicação	19	20	20
Faculdade de Direito	28	29	29
Faculdade de Educação	31	31	33
Faculdade de Farmácia	35	35	34
Faculdade Filosofia Ciências Humanas ¹	49	47	48
Faculdade de Medicina	44	48	45
Faculdade de Odontologia	42	43	42
Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável / Campus Barreiras	42		
Instituto Multidisciplinar em Saúde / Campus Vitória Conquista	50	55	58
Instituto de Biologia	26	28	30
Instituto da Ciência da Informação	13	15	15
Instituto de Ciências da Saúde	64	71	72
Instituto de Física	26	26	24
Instituto de Geociência	50	52	53
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências	22	25	30
Instituto de Letras	26	25	22
Instituto de Matemática	22	22	22
Instituto de Psicologia	9	11	10
Instituto de Química	33	34	35
Instituto de Saúde Coletiva	22	25	24
Subtotal	1016	1064	1059

Fonte: UFBA (2013c).

ANEXO X - DEMONSTRATIVO DE DOCENTES DA UFBA - 2013

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS	Titular			Asso-ciado		Adjunto					Assistente					Auxiliar					Total Geral
	D	M	T	D	T	G	E	M	D	T	G	E	M	D	T	E	G	M	D	T	
Escola de Administração	6	0	6	14	14	0	0	5	27	32	1	0	4	0	5	0	0	0	0	0	57
Escola de Belas Artes	2	0	2	9	9	0	0	3	6	9	0	1	7	0	8	0	2	6	0	8	36
Escola de Dança	0	1	1	5	5	1	0	2	16	19	0	0	7	0	7	0	0	0	0	0	32
Escola de Enfermagem	0	0	0	18	18	0	0	5	17	22	0	0	17	2	19	2	0	0	0	2	61
Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia	6	0	6	15	15	0	0	6	41	47	0	0	2	1	3	0	1	2	0	3	74
Escola de Música	2	0	2	11	11	3	0	0	22	25	0	0	9	0	9	1	1	2	0	4	51
Escola de Nutrição	2	0	2	17	17	0	0	3	22	25	0	0	11	1	12	1	3	0	0	4	60
Escola de Teatro	1	0	1	11	11	2	0	1	10	13	0	0	5	0	5	2	0	0	0	2	32
Escola Politécnica	7	1	8	44	44	0	1	10	63	74	2	0	32	2	36	1	1	0	0	2	164
Gráfica Universitária (Extinto)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faculdade de Arquitetura	3	0	3	10	10	5	2	9	27	43	2	20	0	0	22	3	1	1	1	6	84
Faculdade de Ciências Contábeis	2	0	2	2	2	0	0	1	10	11	0	0	15	0	15	1	1	0	0	2	32
Faculdade de Comunicação	2	0	2	9	9	0	0	1	19	20	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	33
Faculdade de Direito	2	0	2	9	9	1	1	4	29	35	0	0	37	3	40	1	4	0	0	5	91
Faculdade de Economia	4	0	4	8	8	0	0	6	14	20	0	1	5	0	6	0	0	0	0	0	38
Faculdade de Educação	2	0	2	34	34	0	2	2	39	43	0	0	5	3	8	0	0	0	0	0	87
Faculdade de Farmácia	3	0	3	22	22	0	1	4	20	25	0	0	4	0	4	1	0	1	0	2	56
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	7	0	7	47	47	0	1	3	56	60	0	1	3	1	5	0	0	0	0	0	119
Faculdade de Medicina da Bahia	26	0	26	57	57	3	5	14	62	84	2	1	33	2	38	3	10	2	1	16	221
Faculdade de Odontologia	4	0	4	23	23	0	2	10	36	48	0	0	6	2	8	2	0	0	0	2	85
Inst Multidisc em Saude/ Campus Vitória Conquista	0	0	0	4	4	0	0	0	49	49	0	0	32	2	34	1	0	1	0	2	89
Inst.Cienc Amb Desenv Sustentavel/Camp Barreiras	0	0	50	0	0	0	0	0		1	0	0	46	0	97	0	0	0	0	0	0
Instituto de Biologia	2	0	2	27	27	0	1	3	32	36	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	67
Instituto de Ciências da Informação	2	0	2	4	4	0	0	3	9	12	0	0	9	0	9	0	0	0	0	0	27
Instituto de Ciências da Saúde	5	0	5	27	27	0	1	2	70	73	0	0	22	10	32	2	0	0	0	2	139
Instituto de Física	6	0	6	20	20	1	0	2	30	33	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	62
Instituto de Geociências	7	0	7	22	22	0	0	2	34	36	0	0	7	0	7	0	0	1	0	1	73
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências	1	0	1	6	6	0	0	0	51	51	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58
Instituto de Letras	2	0	2	33	33	0	0	2	62	64	0	0	19	8	27	1	1	0	0	2	128
Instituto de Matemática	1	0	1	32	32	0	1	6	71	78	1	0	9	0	10	0	0	0	0	0	121
Instituto de Psicologia	1	0	1	9	9	0	0	1	30	31	0	0	8	1	9	0	1	0	0	1	51
Instituto de Química	12	0	12	26	26	0	0	2	24	26	1	0	1	2	4	0	0	0	0	0	68
Instituto de Saúde Coletiva	2	0	2	11	11	0	0	0	22	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
PROAE	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	5
PROEXT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Superintendência Acadêmica	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SUMAI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	123	6	178	586	586	16	18	112	1020	1167	9	26	361	40	487	22	26	16	2	66	2337

Fonte: UFBA (2013c);

D: Doutor; M: Mestre; T: Total; G: Graduado; E: Especialista.

ANEXO Y - ÁREA DE LABORATÓRIO POR UNIDADES UNIVERSITÁRIAS EM (m²) - UFBA 2013

Total da Área de Laboratórios por Unidades Universitárias - UFBA 2013		
Unidades Universitárias (UFBA)		Área de Laboratórios (m²)
CÓDIGO	SIGLA	ÁREA (m²)
153843	ADM	162,14
153842	ARQ	582,56
153829	BIO	617,78
153849	COM	189,02
153851	DAN	729,24
153834	DIR	124,48
153837	EBA	511,11
153838	ECO	109,04
153847	EDC	247,68
153839	ENF	203,03
153835	ENG	2880,13
153840	FAR	918,91
153937	FCC	193,12
153836	FCH	71,66
153827	FIS	933,03
153830	GEO	1089,06
153846	ICI	22,48
153832	ICS	1767
153938	ISC	148,16
153831	LET	181,25
153826	MAT	498,19
153833	MED	129,6
153848	MEV	459
153844	MUS	103,9
153845	NUT	285,93
153841	ODO	247,17
151094	PSI	31,2
153828	QUI	997,54
153850	TEA	329,99
153041	CES/UNID	3649,46
151095	IHAC	80,15
153939	IMS/CAT	1229,42
TOTAL	33	19722,43

Fonte: UFBA (2013e);

Nota: Os dados referentes à disposição espacial dos laboratórios por Unidade Universitária foram disponibilizados pelo Núcleo de Planejamento, Projetos e Patrimônio Imobiliário da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI/UFBA, mas pode haver pequenas variações tendo em vista a transformação interna de salas em laboratórios pelas próprias unidades.

**ANEXO Z - RESUMO DOS INDICADORES DE GESTÃO DA UFBA
(DECISÃO TCU Nº 408/2002) - UFBA 2013**

	INDICADORES DE GESTÃO DA UFBA - Ano 2013	Resultado Cálculos
1	CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE com Hospitais Universitários	17.888,92
	CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE sem Hospitais Universitários	15.190,51
2	ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR Eqv. 40 h	12,74
3	ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO Eqv. 40 h com func. Hospitais	6,53
	ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO Eqv. 40 h sem func. Hospitais	8,51
4	FUNCIONÁRIO Eqv. 40 h com Hospitais / PROFESSOR Eqv. 40 h	1,95
	FUNCIONÁRIO Eqv. 40 h sem Hospitais / PROFESSOR Eqv. 40 h	1,50
5	GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL - GPE	0,58
6	GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO - GEPG	0,12
7	MÉDIA ARITMÉTICA DOS CONCEITOS CAPES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	4,00
8	ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE - IQCD	3,77
9	TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO - TSG (%)	49,41

Fonte: UFBA (2013a).

**ANEXO AA - EVOLUÇÃO DO INDICADOR DE QUALIFICAÇÃO
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (IQCTA) DA UFBA - UFBA 2013**

IQCTA (ANO)	ESCORE
IQCTA 2007	2,28
IQCTA 2008	2,29
IQCTA 2009	2,40
IQCTA 2010	2,41
IQCTA 2011	2,43
ICCTA 2012	2,94
IQCTA 2013	2,99

Fonte: UFBA (2013a).

**ANEXO AB - ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE - IQCD
2013 - UFBA 2013**

DOCENTES - 2013		Quadro Permanente (+)	Substitutos Temporários Visitantes (+)	Quadro Afastados* (-)	Quadro Cedidos* (-)	Total (+) (-)
Doutores (D)	(peso 5)	1.651	06	73	16	1.568
Mestres (M)	(peso 3)	550	26	68	05	503
Especialistas (E)	(peso 2)	56	02	02	0	56
Graduados (G)	(peso 1)	67	456		01	
Total de Docentes		2.324	490	144	22	2.648
IQCD (+) (-) = 3,77						

Fonte: UFBA (2013a).

ANEXO AC - CONCEITOS CAPES/MEC DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO - ANO 2013 - UFBA 2013

PROGRAMAS ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	Curso/Programa		
	M	D	Conceito Programa
SAÚDE COLETIVA	7	7	7
ARTES CÊNICAS	6	6	6
PATOLOGIA HUMANA	6	6	6
ECOLOGIA E BIOMONITORAMENTO	6	6	6
ADMINISTRAÇÃO	5	5	5
ARQUITETURA E URBANISMO	5	5	5
CIÊNCIAS DA SAÚDE	5	5	5
CIÊNCIAS SOCIAIS	5	5	5
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	5	5	5
ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	5	5	5
LITERATURA E CULTURA	5	5	5
PSICOLOGIA	5	5	5
QUÍMICA	5	5	5
ENGENHARIA INDUSTRIAL	5	5	5
FILOSOFIA	5	5	5
IMUNOLOGIA	5	5	5
MEDICINA E SAÚDE	5	5	5
HISTÓRIA	4	4	4
LÍNGUA E CULTURA	4	4	4
ANTROPOLOGIA	4	4	4
ARTES VISUAIS	4	-	4
CIÊNCIA ANIMAL NOS TRÓPICOS	4	4	4
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - UFBA - UNIFACS - UEFS	-	4	4
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	4	4	4
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	-	4	4
DIREITO	4	4	4
ECONOMIA	4	4	4
EDUCAÇÃO	4	4	4
ENERGIA E AMBIENTE	-	4	4
ENFERMAGEM	4	4	4
GEOFÍSICA	4	4	4
GEOGRAFIA	4	4	4
MATEMÁTICA	4	-	4
MATEMÁTICA – UFBA –UFAL	-	4	4
MECATRÔNICA	4	4	4
ODONTOLOGIA E SAÚDE	4	4	4
PROCESSOS INTERATIVOS DOS ÓRGÃOS E SISTEMAS	4	4	4
ZOOTECNIA	4	4	4
ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE	4	-	4
BIOTECNOLOGIA	4	-	4
DIVERSIDADE ANIMAL	4	-	4
ENGENHARIA AMBIENTAL URBANA	4	-	4
ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS	4	4	4
ESTUDOS. INTERDIS. SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO	4	4	4
GEOQUÍMICA: PETRÓLEO E MEIO AMBIENTE	4	-	4
CULTURA E SOCIEDADE	3	3	3
ENGENHARIA ELÉTRICA	3	3	3
ENGENHARIA QUÍMICA - UFBA -UNIFACS	-	3	3
FÍSICA	3	3	3
GEOLOGIA	3	3	3
MÚSICA	3	3	3

PROGRAMAS ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	Curso/Programa		
	M	D	Conceito Programa
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – UFBA-UEFS	3		3
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	3	-	3
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	3	-	3
CONTABILIDADE	3	-	3
DANÇA	3	-	3
ENGENHARIA DE ESTRUTURAS	3	-	3
ENGENHARIA QUÍMICA	3	-	3
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE	3	-	3
FARMÁCIA	3	-	3
GENÉTICA E BIODIVERSIDADE	3	-	3
MEIO AMBIENTE, ÁGUAS E SANEAMENTO	3	-	3
SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO	3	-	3
BIOCIÊNCIAS	3		3
MUSEOLOGIA	3	-	3
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	3	-	3
Média Aritmética dos Programas	-	-	4,00

Fonte: UFBA (2013a).